



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CARLA SAMPAIO DOS SANTOS

**A ESCRITORA MARIA FIRMINA DOS REIS: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UMA
PROFESSORA NO MARANHÃO DO SÉCULO XIX**

Campinas
2016

CARLA SAMPAIO DOS SANTOS

**A ESCRITORA MARIA FIRMINA DOS REIS: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UMA
PROFESSORA NO MARANHÃO DO SÉCULO XIX**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação para obtenção do título de Mestra em Educação, na área de concentração Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Martins

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA CARLA SAMPAIO DOS SANTOS E ORIENTADA PELA Prof.^a Dr.^a MARIA DO CARMO MARTINS.

**Campinas
2016**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Santos, Carla Sampaio dos, 1982-
Sa59e A escritora Maria Firmina dos Reis : história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX / Carla Sampaio dos Santos. – Campinas, SP: [s.n.], 2016.

Orientadora: Maria do Carmo Martins.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Docentes - História. 2. Literatura. 3. História Cultural. 4. Educação – Séc. XIX. 5. História da Educação. I. Martins, Maria do Carmo, 1964 -. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: *The writer Maria Firmina dos Reis: history and memory of a teacher in Maranhão in the nineteenth century*

Palavras-chave em inglês:

Teachers – History;
Literature;
Cultural History;
Education 19thCentury;
Culture – History of Education

Área de concentração: Educação.

Titulação: Mestra em Educação

Banca examinadora:

Maria do Carmo Martins [Orientadora]
André Luiz Paulilo
Jonas Marçal de Queiroz

Data de defesa: 24-05-2016

Programa de Pós-Graduação: Educação

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A ESCRITORA MARIA FIRMINA DOS REIS: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UMA
PROFESSORA NO MARANHÃO DO SÉCULO XIX**

Autor : Carla Sampaio dos Santos

COMISSÃO JULGADORA:

Orientadora Profa. Dra. Maria do Carmo Martins

Prof. Dr. André Luiz Paulilo

Prof. Dr. Jonas Marçal de Queiroz

A Ata da Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

2016

Dedico essa pesquisa à memória de
Dizú, Lídia, Ângelo, Ferreira, Cuca e Gilvá.

AGRADECIMENTOS

Afinal,

“sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só,
mas sonho que se sonha junto é realidade.” (Raul Seixas)

Dialogar com o conhecimento é sempre muito prazeroso e fazê-lo com a colaboração de pessoas queridas torna a caminhada bem mais rica. Embora este seja um esforço solitário, em grande parte, sua realização não seria possível sem a dedicação e carinho de pessoas que direta ou indiretamente estiveram envolvidas nesse caminhar.

Primeiramente, quero agradecer à minha orientadora Maria do Carmo Martins, que me acolheu totalmente nessa caminhada, acreditando a todo tempo que seria possível. Muito obrigada pelo incentivo, carinho e zelo nas orientações.

Aos meus companheiros do grupo de pesquisa memória: Carla, Maurício, Getúlio, Giselle, Rayane e Priscila que a cada encontro, prevalecia a certeza de novos aprendizados.

Agradeço atenciosamente aos professores Cláudia Ometto e André Paulilo que no exame de qualificação apontaram caminhos para o desenvolvimento e finalização da pesquisa. Agradeço ainda ao Prof. Dr. André Luiz Paulilo por suas atitudes nas aulas, associando grande conhecimento e muita gentileza.

Agradeço ao professor Jonas Marçal de Queiroz que acreditou em mim e com todo o incentivo e carinho me possibilitou sonhar e realizar tal grandioso projeto.

Agradeço aos professores Cesar Augusto Castro e Elisabeth Sousa Abrantes por terem dedicado algumas horas do seu tempo no diálogo sobre a instrução pública maranhense.

Agradeço a todos os funcionários do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), a Biblioteca Pública Benedito Leite, o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, e a Academia Maranhense de Letras (AML) por viabilizarem minhas pesquisas nesses espaços públicos.

Agradeço a Gizele que só enriquece a minha existência com sua amizade.

Agradeço a Fernando, Júnia, Carol, Cris e Bia por serem alguns dos melhores presentes que a trajetória da vida me concedeu.

Agradeço ao Rafael, Dan, Flavinho e Igor por serem para mim uma verdadeira equipe “Brothers”.

Agradeço aos meus padrinhos Marilena, Tereza e Tadeu que nessa caminhada tiveram muita paciência e muito amor comigo. Não menos, Paulo que nessa caminhada também se fez presente.

Todo meu amor e gratidão a minha avó Laura, o alicerce de tudo.

Agradeço as minhas tias Suzana, Nadjane, Márcia e Nádia e meus tios Moises, Jorge e Niraldo. Assim como aos meus primos Elane, Sheila, Diego, George, Maria Eduarda e meu afilhado Davi por se fazerem presentes mesmo na distância.

Agradeço imensamente aos meus pais Ângela e Ferreira os responsáveis por tudo isso, por toda essa felicidade. Um amor sem igual!

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que foi a agência financiadora desta pesquisa.

Por fim, e não menos importante ao professor Rafael Sabião que me fez acreditar a todo tempo nesta concretização.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa, desenvolvido com referenciais da história da educação, aborda a trajetória de vida da escritora e professora de Maria Firmina dos Reis (1825 a 1917) e analisa três de suas obras, *Úrsula*, *A Escrava* e *Gupeva* sob aspectos pertinentes à educação.

O trabalho se desenvolve com fontes documentais do ensino maranhense (relatórios, leis e regimentos), obras da historiografia educacional tais como VIDAL (2013) e CASTRO (2013), que possibilitam um diálogo metodológico a respeito da instrução pública maranhense e, obras literárias de Maria Firmina dos Reis, procurando compreender sua trajetória docente, o contexto educacional do período em que trabalhou como professora, fundou a primeira escola mista de Guimarães na Província do Maranhão e produziu contos e novelas que se destacam sob aspectos educativos .

Em que pese algumas de suas obras já serem estudadas em trabalhos voltados aos estudos literários, tais como Mendes (2006) e Oliveira (2007), nesta pesquisa é a professora de primeiras letras que é destacada, em seu ofício e suas missões.

Para a análise e compreensão da problemática desta pesquisa, definimos um *corpus* conceitual de categorias da História Cultural na perspectiva de Chartier (1990; 2002) e de Le Goff (1990) e nos valem do conceito de memória, em Martins & Rocha (2005). A metodologia de leitura das obras beneficiou-se da proposta de “configuração textual” em Mortatti (2000). A análise interpretativa dos textos estudados permitiu apreender que o discurso de suas obras tem a intencionalidade ensinar, criticar e/ou moralizar seus leitores. Fica demonstrado ainda que a escrita proposta por Maria Firmina dos Reis é relevante por seu caráter didático-pedagógico e moral para a educação no século XIX, e permite retirar do anonimato uma professora deste período.

Palavras-chave: História Docente; Literatura e História; Educação no século XIX; História Cultural.

ABSTRACT

This research, developed with references of History of Education, aims to know the life history and the trajectory of a writer and a school teacher called Maria Firmina dos Reis (1825-1917), who lived, taught and wrote in Maranhão, Brazil, in the 19th century. We also analyzes three of his works, “Ursula”, “A Slave” and “Gupeva” in some relevant aspects of Education.

It is develops with documentary sources of Maranhão Education´s (reports, laws and political regulations), works of brazilian educational history such as Vidal (2013) and Castro (2013), which enable a methodological dialogue about Public Instruction in the 19th century and Literary works of Maria Firmina dos Reis, seeking understand teaching trajectory, the educational context of the period in which he was a school teacher, and she founded the first mixed school in Guimarães. She also produced short stories and novels that stand out educational aspects in the same period.

Some of his works are already studied in work aimed to literary studies, such as Mendes (2006) and Oliveira (2007), but on this research, is a teacher of childrens and primary school what is highlighted in his craft and its missions.

For the analysis and understanding of this problematic search, we defined a conceptual *corpus* of Cultural History in Perspective of Chartier (1990; 2002), Le Goff (1990), Martins & Rocha (2005) and Mortatti (2000). The interpretative analysis of texts studied allowed apprehend that speech his works have an intention to teach, criticize and / or moralizing your readers and the writer, as the same time, has a relevant didactic and pedagogical character.

Keywords: Life History and Teaching Profession; Brazilian History of Education; Literature and History; Brazilian Education in Nineteenth Century.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1: Instrução Pública no Maranhão	22
1.1 Legislação: sobre as cadeiras da instrução elementar	22
1.2 Construção das instituições educativas na primeira metade do século XIX	44
Capítulo 2: Maria Firmina dos Reis: Reconstruindo fragmentos	51
2.1 Dos afastamentos à aposentadoria.....	68
2.2 Atividades simultâneas: escrever e ensinar	74
Capítulo 3: Educação e Literatura: aspectos pedagógicos das obras <i>Úrsula, A Escrava e Gupeva</i>	83
3.1 Critérios e organização da análise.....	88
3.2 Didática e formação moral.....	92
Considerações Finais	107
Referências	110
Anexos	118
Figura 2: Posse na Assembleia Legislativa Provincial.....	118
Figura 3: Nomeação para Professora de Primeiras Letras.....	118
Figura 4: Pedido de Licença.....	119
Figura 5: Pedido de Licença	119
Figura 6: Pedido de Licença	120
Figura 7: Prorrogação de Licença	120
Figura 8: Licença.....	121
Figura 9: Licença.....	121
Figura 10: Pedido de Licença/ Afastamento.....	122
Figura 11: Pedido de Aposentadoria.....	125
Figura 12: Licença.....	126

INTRODUÇÃO

Maria Firmina dos Reis interessou-me como possibilidade de pesquisa, ainda na graduação, quando, pude desenvolver um projeto por meio de uma investigação iniciada sobre abolicionismo e controle social do país. Quando dela me aproximei como pesquisadora, descobri que sua imagem estava construída como um dos personagens chave na elaboração das representações sobre o abolicionismo no Brasil do século XIX¹. Ela seria então um símbolo por se tratar de uma mulher negra, pobre, nordestina que fora esquecida pela historiografia e que em tempos recentes, fora “resgatada” do esquecimento por ações isoladas de memorialistas ou estudiosos de literatura aos quais me reportarei adiante.

Enredada neste processo, permaneci com tais impressões por um bom tempo, no qual me valeram muitas leituras no esforço de conhecer suas memórias e sua trajetória como mulher, escritora e a *posteriori* como educadora no Maranhão do século XIX.

Durante este percurso muitos questionamentos foram se delineando. Maria Firmina é apresentada a mim (leitora) com uma trajetória fragmentada e construída a partir de um ideário de uma mulher intelectual maranhense. Diferentemente disso, em seus textos, identifico uma leitura desencadeada por processos cognitivos como ensinar, pensar, imaginar, lembrar, analisar se valendo de críticas as questões sociais do seu tempo.

No desenvolvimento da atual pesquisa, os questionamentos sobre a memória e trajetória de outras Marias foram ganhando fôlego, em especial por identificação pessoal com o tema e com a condição social de Maria Firmina dos Reis.

A primeira identificação ocorre porque estou em condições que remetem à Maria Firmina: mulher, negra, nordestina, residente na cidade de Salvador (Bahia), que migrei para Minas Gerais para trabalhar e posteriormente estudar Pedagogia.

Estando nestas condições, por muitas vezes escutei frases pejorativas sobre ser nordestina, que versavam sobre o seguinte imaginário coletivo: lugar do analfabetismo, da miséria, da seca, do flagelado, do homem e da mulher rude e/ou

¹ Em 2013 desenvolvemos uma pesquisa de iniciação científica, a partir do projeto de título: A elite política imperial e a magna questão: abolicionismo, imigrantismo e controle social (1871-1888), com a coordenação do Jonas Marçal de Queiroz e apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ),

“caipira”. Dentre as representações, encontrei o/a nordestino/a como sinônimo de pobreza, baixa estatura, feio/feia, pele escura, sempre inferior e que tenta sair de sua terra para buscar uma vida melhor no sudeste.

No período acadêmico, na disciplina História da Educação, me deparei com a permanência de algumas destas representações no que tange aos papéis sociais da mulher na educação. Desta forma vislumbrei a possibilidade de desenvolver uma pesquisa e, o fiz, inicialmente sob referências da História, tendo a oportunidade de pesquisar mulheres escritoras do século XIX que tivessem relatado a escravidão como a temática de seus textos.

Nesta ocasião nos deparamos com a documentação de três escritoras, Maria Ribeiro, Julia de Almeida Lopes e Maria Firmina dos Reis das quais, durante os estudos desenvolvidos na pesquisa, buscamos analisar a precarização da educação feminina no contexto do século XIX, na sua atuação nos espaços públicos e como o ato da escrita propiciou a inserção das mesmas no ambiente seletivo da literatura.

A partir daí, tivemos acesso às bibliografias sobre a história dessas mulheres, que, particularmente nos chamou atenção à fragmentada trajetória de vida que nos foi apresentada e a dificuldade de obter documentos sobre escritora e educadora Maria Firmina dos Reis, como já mencionado.

Vivenciei também o dilema de adentrar o universo do historiador enquanto futura pedagoga. Para o desenvolvimento da pesquisa tive que me fazer valer de momentos diferentes de uma análise historiográfica. O primeiro foi investigar, debruçar-me sobre documentos desordenados, com uma grande quantidade de notas e informações dispersas, com muitos problemas. Foi preciso sintetizar coerentemente informações e resumir os dados à algumas páginas de anotações. Os documentos foram encontrados em arquivos, que pela falta de infraestrutura e conservação, estão em péssimo estado de manuseio. A experiência nestes arquivos e na condição de pesquisadora foi difícil e instigante, ao mesmo tempo.

Os primeiros livros de Maria Firmina dos Reis (1825 – 1917), a que tive acesso foram *Úrsula e A Escrava*, contidos no mesmo volume de uma obra recentemente editada². O desejo de saber o que iria ocorrer ao final do testemunho daquela escritora e educadora acompanhou minha leitura com a mesma intensidade

² REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004. 288 p.

e curiosidade de compreender as surpreendentes passagens que evocavam romantismo com uma camuflada denúncia à sociedade patriarcal e escravocrata.

Durante a primeira pesquisa, um Trabalho de Conclusão de Curso, denominado “Educação, Negritude e Condição Feminina: uma análise sobre *Úrsula*, romance abolicionista de Maria Firmina dos Reis” analisamos a narrativa do romance *Úrsula*, na construção de um discurso abolicionista em prol dos negros escravizados e, na indignação com a triste realidade da mulher, excluída de esferas públicas e de uma educação formal³.

A pesquisa assenta-se na ideia do caráter pedagógico propiciado pelo romance *Úrsula*, e enfatiza a literatura como uma arte de comunicação que tem como objetivo ensinar e/ou transmitir um conhecimento ao leitor. Com isso, notamos a força literária dos seus escritos ao relatar como se davam as condições sociais experienciadas nas vozes dos oprimidos (negros escravos e mulheres), que viveram à margem da sociedade do século XIX.

Percebemos, ainda, que os trabalhos sobre Maria Firmina tematizam questões relativas a gênero, a cânone literário, a teoria e/ou crítica feministas ou ao lugar da mulher escritora nas histórias da literatura brasileira. Uma questão, porém, que questionamos e que ainda não havia sido abordada, refere-se à sua trajetória no aprendizado das primeiras letras até a constituição de sua carreira docente, em escola para meninas, na Vila de Guimarães; bem como sua vivência na dupla condição, a de escritora e professora na província do Maranhão do século XIX. Essa é a proposta desta dissertação.

Sendo assim, neste estudo, temos como objetivo analisar as condições em que Maria Firmina atuou como educadora, tanto no que diz respeito à profissão docente quanto em relação à sua obra literária, considerando ainda a reflexão sobre o conteúdo de suas obras, quanto ao caráter didático-pedagógico e moral da educação no século XIX.

Começamos por explicitar as implicações e consequências das ações empreendidas pelos parlamentares na legalização de políticas públicas para educação maranhense, no que diz respeito à sua institucionalização e organização

³ Defendido em 2013 no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Viçosa, orientado também pelo professor Jonas Marçal de Queiroz, com a coorientadora da Prof.^a Joana D'Arc Germano Hollerbach do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa e da prof.^a Joelma Santana Siqueira do Departamento de Letras da mesma Universidade, que participaram da banca de defesa.

de ensino, por acreditarmos que dessa maneira, conseguiremos compreender em qual contexto educacional a escritora e educadora Maria Firmina dos Reis atuou em meados do século XIX.

Em relação à sua condição de formação, localizamos apenas fragmentos sobre sua trajetória educacional, dos quais um diário intitulado *Álbum* (1865) que demonstra ter adquirido os primeiros ensinamentos escolares no seio familiar, com sua mãe e tia, como também sua nomeação para o cargo de professora de primeiras letras na cidade de Guimarães.

Buscamos analisar a trajetória de vida de Maria Firmina dos Reis e sua contribuição como educadora tematizando três diferentes perspectivas de sua vida: como escritora, como professora e, no contexto literário de suas obras. Assim, pretendemos investigar a forma como essa mulher representa sua relação com a educação através dos seus escritos, além de reconstituir a sua contribuição educativa. Ao mesmo tempo, pretendemos delinear o perfil biográfico de Maria Firmina dos Reis relacionando-a ao momento histórico em que viveu.

Consideramos a pertinência para a História da Educação, por compreendermos que, na condição de professora, ela tenha contribuído para o desenvolvimento da instrução pública da província do Maranhão, tendo em vista o quão significativo poderia ser o seu papel social, em especial porque eram tão poucas as classes de primeiras letras para o público feminino no período em que atuou de 1847 a 1881.

Como ocorre em estudos que versem sobre sujeitos históricos, nossa atenção volta-se para história de uma mulher comum, que se preocupou com suas práticas culturais e suas experiências na construção da mudança social. A pesquisa na intenção de pontuar essas práticas buscou em Martins e Rocha (2005), significados para o trabalho com a memória educacional, tal como assinalam:

“[...] no campo da educação, a retomada das discussões sobre a memória tem significado retomar o “lugar do sujeito”, já que a memória, concebida como capacidade cognitiva (a memória/conhecimento), ou como função política (memória voluntária e memória coletiva) nos permite repensar os sujeitos diretamente envolvidos em processos educativos, por práticas interventoras, ação institucional e regulamentada mediante dispositivos de regulação social. Esse “lugar da memória do sujeito”

contém o vivido e o imaginado, já que a virtualidade é uma das características da memória”. (p.94)

Para preencher diversas lacunas que essa pesquisa apresentou sobre o lugar do sujeito (Maria Firmina) na prática do seu exercício docente, nos valem de documentos oficiais (relatórios, leis e regimentos) sobre a instrução pública maranhense e sobre os poucos elementos de gestão de sua carreira docente que neles pudemos encontrar. As mesmas autoras citadas anteriormente sinalizam sobre “[...] à necessidade de procurar e selecionar, no passado, elementos que reforcem o enraizamento desses sujeitos” (p.95). Assim o fizemos, ao analisar o contexto formal para a educação maranhense naquele período e ao refletirmos sobre o conteúdo de suas obras, quanto ao caráter didático-pedagógico e moral da educação no século XIX.

Este trabalho estabelece seu lugar à luz da Historiografia da Educação regional/nacional e dos referenciais teórico-metodológicos da História Cultural e suas categorias de práticas e representações dos sujeitos sociais. Para a análise e compreensão da problemática desta pesquisa, selecionei um *corpus* conceitual de categorias da História Cultural na perspectiva de CHARTIER (1990; 2002) e de LE GOFF (1990)

Propusemo-nos tratar o discurso literário de Maria Firmina como um documento “[...] produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de forças que aí detinham poder [...]”, sendo então necessário perceber, não apenas como um documento, mas sim como um monumento. (Le Goff, 1990, p.536) Tendo em vista esse tratamento, no contexto de suas três obras literárias *Úrsula*, *A Escrava* e *Gupeva*, suas contribuições de caráter didático-pedagógico e moral a educação no século XIX. Para isso, trataremos as obras como documentos que carregam em si uma intencionalidade (Ibid., p. 537).

Entendemos que seus textos literários (obras) são produtos forjados a partir de representações contextualizadas da realidade. O que, invariavelmente, revelam formas simbólicas de luta pelo poder de representar, afirmando-se, com isso, a memória de Maria Firmina dos Reis sobre a sociedade. Para Chartier essas representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a

apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. (Chartier, 1990, p.17)

Nessa perspectiva o campo das representações podem incluir as formas de pensar, sentir e agir, transformando-se em aparelho de fabricar respeito e submissão. (CHARTIER, 2002, p.61), servindo como base geradora de condutas e práticas sociais uma vez que as representações não são discursos neutros. À vista disso, torna-se, fundamental, “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16).

Para ler e analisar as obras, optamos pelo caminho proposto por Mortatti (2000) que através da expressão “configuração textual”, busca “nomear o conjunto de aspectos constitutivos de um texto”, referindo-se

“[...] da opção temático-conteudística (o quê?), buscando apreender como o locutor constituiu seu enunciado, de um determinado ponto de vista e lugar social (de onde?), em um momento histórico (quando?), movido por necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?), visando produzir certos efeitos sobre o leitor (para quem?) [...]” (p.31)

Ainda, segundo Mortatti (2000), “a análise integrada” propicia ao investigador,

“[...] reconhecer e interrogar determinado texto como configuração saturada de agoras e objeto singular e vigoroso; e dele produzir uma leitura possível e autorizada, a partir de seus próprios objetivos, necessidades e interesses.” (p.31)

Esse caminho corrobora abordagem sobre as representações proposto por Chartier, ao analisar as fontes documentais revelando as estratégias de ação com as quais a multiplicidade de agentes sociais conduz seus propósitos. Assim como, a importância da localização dos sujeitos históricos em seu espaço e tempo

de atuação. E ao considerar para quem os discursos eram produzidos, já que “ (...) *tais determinações, que regulam as práticas, dependem das maneiras pelas quais os textos podem ser lidos diferentemente pelos leitores que não dispõem dos mesmos utensílios intelectuais e que não entretêm uma mesma relação com o escrito*” (CHARTIER, 1990, p.179).

Esta pesquisa defende que os discursos literários propostos por Maria Firmina dos Reis representam e visam uma conscientização dos leitores ao apresentar os sujeitos sociais (negros escravos e a mulher) a partir do ponto de vista dos oprimidos. São sujeitos que não aceitam a subordinação ao poder patriarcal e escravocrata, são os próprios que se pensam, que se expressam na denúncia das práticas opressivas e ao desqualificá-los.

Maria Firmina dos Reis tinha consciência do lugar que ocupava, no século XIX, como escritora e educadora em uma sociedade patriarcal. O lugar da personagem feminina e do negro como textos de ficção no âmbito das letras nacionais determina de qual lugar e para quem ela fala. Seus discursos literários são carregados de uma intencionalidade formativa e porque não dizer educativa.

A dissertação está dividida em três capítulos: no primeiro capítulo, denominado *Instrução Pública no Maranhão*, apresentamos um panorama educação pública maranhense durante o Império, focalizando o significativo número de textos legais que visavam regulamentar a instrução primária e secundária, sendo à produção legislativa um dos mecanismos destacados da intervenção do Estado. Valemo-nos de VIDAL, SÁ e SILVA (2013) que, em seus estudos, apontam as especificidades de cada província no processo de instituição da obrigatoriedade escolar no Brasil e ao localizar as “[...] rupturas que se produzem tanto ao longo do tempo quanto no interior do espaço geográfico” (p.9).

Para o desenvolvimento deste capítulo estabelecemos um recorte histórico, abrangendo o período de 1823 a 1881. A data inicial refere-se, após a independência do Brasil, ao início da vigência do decreto de 20 de outubro de 1823 e que determinava, dentre outras coisas, a melhoria da instrução pública no Império, ficando esta responsabilidade a cargo do Conselho da Presidência⁴. E, continua até 1881, por se tratar de aposentadoria de Maria Firmina como professora.

⁴ O Conselho da Presidência (chamado também de Conselho Administrativo, Conselho de Presidência ou Conselho de Governo), criado após a Declaração de Independência do Brasil era um órgão de cunho provincial, atuando nas capitais das províncias, comandado pelo Presidente de Província

Autores da historiografia VIDAL (2013) e CASTRO (2013) possibilitam um diálogo metodológico sobre os documentos oficiais (relatórios, leis e regimentos) a respeito da instrução pública maranhense⁵. A dificuldade de acesso às fontes documentais foi parcialmente mitigada quando pudemos, em visita até à cidade de São Luís, Maranhão, Maio/2015 pesquisar no acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, a Biblioteca Pública Benedito Leite e a Academia Maranhense de Letras (AML)⁶.

Não tivemos o sucesso desejado na totalidade dos documentos, tendo em vista as dificuldades com a “garimpagem” e a questão da precária preservação dos documentos, o que foi um entrave à pesquisa. Mas acreditamos que conseguimos uma qualidade grande na seleção das fontes. Cotizamos os documentos com a historiografia sobre a educação e, neste sentido, o capítulo atende a uma premissa contextual nesta dissertação.

No segundo capítulo, *Maria Firmina dos Reis: Reconstruindo fragmentos* apresentamos a trajetória de vida da escritora e educadora, com vistas a identificar e analisar sua inserção como educadora no cenário educacional maranhense, procurando ainda por indícios de sua atuação. Propusemo-nos desvendar a trajetória percorrida pela maranhense no aprendizado das primeiras letras até sua carreira docente. Para isso, tivemos como referência a sua única biografia *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, de José Nascimento Morais Filho⁷ e dois trabalhos sobre sua literatura, de autorias de Mendes (2006) e Oliveira (2007)⁸.

(cargo escolhido pelo imperador) e por outros conselheiros. A educação pública estava entre as várias ações políticas de responsabilidade do conselho. No caso do Maranhão, iniciou suas atividades no ano de 1825. (CIRINO, 2013, p.2), mesmo ano de nascimento de Maria Firmina dos Reis.

⁵ Estes documentos oficiais estão disponibilizados no site <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>.

⁶ Nesta mesma viagem participei com apresentação de trabalho do evento VIII Encontro Maranhense de História da Educação, que tinha como temática central Os sujeitos silenciados pela História da Educação, oferecido pelo Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitora- NEDHEL em parceria com o Programa de Pós-graduação em Educação e o Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão realizam no período de 12 a 15 de maio de 2015.

⁷ José Nascimento Morais Filho nasceu no dia 15 de julho de 1922 em São Luís do Maranhão, foi professor, poeta, jornalista e folclorista, sendo participante do Modernismo em seu estado. Algumas das suas obras, *Clamor da Hora Presente* (1955), *Pé de Conversa* (1957), *Um Punhado de Rima* (1959).

⁸ Mendes (2006), que tem como questão central “(...) rastrear o processo de inclusão e de exclusão das escritoras Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na historiografia literária brasileira do século XIX e XX” e de Oliveira, (2007, p.24), em sua pesquisa busca a “[...] denúncia da condição de desigualdade a que as mulheres e que os africanos e seus descendentes estavam submetidos, no Brasil, do século XIX, devido à atuação do regime patriarcal”.

Neste capítulo discorreremos sobre a intencionalidade de se mistificar ou mitologizar a imagem da maranhense na década de 1970 no estado do Maranhão a partir de uma valorização da cultura regional e uma exaltação em prol de construir um símbolo de uma maranhense negra, que como intelectual, ousou escrever em pleno século XIX. Neste processo de consagração da imagem da maranhense no cenário nacional e, tendo como proposta problematizar essa intencionalidade, pesquisa apresenta, a imagem do busto de Maria Firmina criado pelo artista plástico Flory Gama⁹ e, algumas reflexões sobre suas representações imagéticas.

Outra questão levantada nesse capítulo é a hipótese de que Maria Firmina Reis e seu primo ilustre, o gramático Sotero dos Reis, estavam em relação e participavam dos mesmos espaços por onde circulavam as obras. Esta relação, antes não reconhecida, se expressa na admiração que Maria Firmina nutria para com ele, como nos mostra um poema que lhe foi dedicado. Talvez tenha sido pautada nas condições em que ele exercia de seu cargo de inspetor de ensino e ela, de professora de primeiras letras ou, na prática escriturária, sendo ele um dos editores e ela uma escritora que se vinculavam ao mesmo editorial.

Conseguimos apresentar ao leitor elementos que comprovam o que conceituamos por rede de sociabilidades. Nessa rede percebemos que, por todos os espaços em que ela transitou, seja como educadora, como escritora, suas relações de amizade e, até mesmo o convívio com pessoas que tenha influenciado as suas práticas escriturárias estiveram presentes.

Tendo como assertiva que num processo de sociabilidade o indivíduo entra em contato com um número de contextos e grupos sociais diversos que lhe permitem um grande número de perspectivas significativas, procuramos compreender a professora e a autora nestes contextos diversos.

No que tange sua carreira docente, o capítulo possibilita ao leitor levantar hipóteses sobre a prática do exercício de professora de primeiras letras no contexto da vila de Guimarães.

No terceiro capítulo, Educação e Literatura: aspectos pedagógicos das obras *Úrsula*, *A Escrava* e *Gupeva*, apresentamos a descrição e uma breve análise das três obras *Úrsula*, *A Escrava* e *Gupeva*, para aqueles que não leram seus originais, e partimos para a análise das mesmas.

⁹ Flory Lisboa Gama, nascido em 1916 na cidade de Vargem Grande – MA vindo a falecer em 1996 na cidade do Rio de Janeiro.

Delimitamos nosso objetivo, em apresentar, no contexto de suas três obras literárias, a partir das condições sociais nas quais atuou como educadora, suas contribuições de caráter didático-pedagógico e moral a educação no século XIX. Para isso, trataremos as obras como documentos que carregam em si uma intencionalidade (Le Goff, p. 537).

A metodologia de leitura dos textos literários beneficiou-se a proposta de análise da configuração textual, que deriva do conceito de configuração textual proposto por Mortatti (2000, p.31). Essa análise incide sobre todos os aspectos constitutivos do sentido das obras: formação e atuação profissional do autor; o conteúdo e o método apresentados nas obras; os objetivos e necessidades a que se propõe responder; o público a que se destina; o “momento histórico” em que foram produzidas as obras; e aspectos de sua circulação e repercussão no momento de sua publicação.

A análise interpretativa dos textos estudados permitiu apreender que o discurso de suas obras tem a intencionalidade ensinar, criticar e/ou moralizar seus leitores. Fica demonstrado neste capítulo que a escrita proposta por Maria Firmina dos Reis é relevante por seu caráter didático-pedagógico e moral a educação no século XIX enquanto educadora em exercício no momento da criação das suas obras.

Atenta aos acontecimentos, ela consegue, na sua obra, dialogar com o leitor de que forma a sociedade se constituía, quais problemas, os dilemas internos e sociais presentes na época. Nesse sentido, a prática da escrita, se apresenta como uma espécie de representação da realidade, com o poder de retratar o mundo e seus contornos. Seus textos representam e visam uma conscientização dos leitores ao apresentar os sujeitos sociais (negros escravos e a mulher) a partir do seu próprio ponto de vista, concedendo voz aos oprimidos. São sujeitos que não aceitam a subordinação ao poder patriarcal e escravocrata, são os próprios que se pensam, que se expressam na denúncia das práticas opressivas e ao desqualificá-los.

É importante ressaltar que Maria Firmina era professora de primeiras letras do sexo feminino na vila de Guimarães. Deste modo, percebemos que o exercício de escritora e educadora se confundem e, isso é perceptível em suas obras ao contribuir com sua literatura no processo ensino aprendizagem de temas comuns ao seu tempo. Sendo a literatura um caminho que buscou para sensibilizar

e educar os sentidos e na qual manifestou sua indignação à realidade dos oprimidos (da mulher, do negro e do indígena).

CAPÍTULO 1: A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO MARANHÃO

1.1 Legislação – sobre as cadeiras da instrução elementar.

A proposta deste Capítulo é construir um panorama da educação pública maranhense durante o Império, focalizando o significativo número de textos legais que visavam regulamentar a instrução primária e secundária, sendo à produção legislativa um dos mecanismos destacados da intervenção do Estado.

Para isso, acreditamos que não se pode “analisar o século XIX no âmbito de uma homogeneidade de ações ou intenções.” Por entendemos que cada província teve suas peculiaridades no processo de instituição da obrigatoriedade escolar no Brasil, quando localizamos “rupturas que se produzem tanto ao longo do tempo quanto no interior do espaço geográfico [...]” (VIDAL; SÁ; SILVA, 2013, p. 9).

As questões que analisaremos versam sobre as ações empreendidas pelos parlamentares na legalização de políticas públicas para educação maranhense, no que diz respeito à sua institucionalização e organização de ensino. Acreditamos que dessa maneira, conseguiremos compreender em qual contexto educacional a escritora e educadora Maria Firmina dos Reis atuou em meados do século XIX.

A pesquisa fez um recorte histórico, abrangendo o período de 1823 a 1881. A data inicial refere-se, após a independência do Brasil, ao início da vigência do decreto de 20 de outubro de 1823 e que determinava, dentre outras coisas, a melhoria da instrução pública no Império, ficando esta responsabilidade a cargo do Conselho da Presidial¹⁰. E, continua até 1881, por se tratar de aposentadoria de Maria Firmina como professora.

É importante destacar nesta cronologia que, em 1880, houve criação da primeira escola gratuita e mista da educadora Maria Firmina dos Reis, fato considerado bastante escandaloso para época. Destaca-se ainda que duas das obras a que fazemos referências neste trabalho foram escritas e publicadas

¹⁰ O Conselho da Presidial (chamado também de Conselho Administrativo, Conselho de Presidência ou Conselho de Governo), criado após a Declaração de Independência do Brasil era um órgão de cunho provincial, atuando nas capitais das províncias, comandado pelo Presidente de Província (cargo escolhido pelo imperador) e por outros conselheiros (homens eleitos na província). A educação pública estava entre as várias ações políticas de responsabilidade do conselho. No caso do Maranhão, iniciou suas atividades no ano de 1825. (CIRINO, 2013, p.2), mesmo ano de nascimento de Maria Firmina dos Reis.

concomitantemente à sua atuação como docente (*Úrsula*, 1859 e *Gupeva* 1861/1862). Já o conto *A escrava*, foi publicado em 1887, poucos anos após sua aposentadoria como professora. Com este panorama, conseguimos compreender um pouco melhor o contexto de vida de Maria Firmina dos Reis, no que tange ao aspecto educacional e a sua obra educativa e literária.

À época de seu nascimento, e por toda a primeira metade do século XIX, a região Nordeste¹¹ ocupava o lugar dos principais centros de desenvolvimento econômico e político no território brasileiro. No que tange ao território maranhense, a reorganização da Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão em 1794, potencializou o surgimento das elites locais, num período que foi caracterizado pelo ciclo do “Ouro Branco”, que durou até 1868, e pelo ciclo do açúcar, de 1868 a 1894. (MEIRELES, 2001), desenvolvendo assim a primazia de uma camada elitista de origem rural.

Consolidado o processo de Independência do Brasil e, lembrando que o Maranhão somente aceitou tal Independência em 1823, numa clara resistência à nova condição nacional, uma das preocupações do império recém estabelecido foi de organizar um sistema educacional que fosse capaz de atender às necessidades de grande parte da elite colonial que, naquele momento, passou a assumir a direção na construção do estado nacional¹². A inclusão da mulher no processo educacional, estabelecida como obrigatoriedade do ensino primário gratuito, também fez parte das preocupações do governo.

Assinala-se que a estruturação do ensino sustentou-se em três etapas fundamentais: o decreto de 20 de outubro de 1823, que organizou e elencou as principais necessidades das províncias, entre elas, a melhoria da instrução pública; pouco mais tarde, em 1824 a outorga da primeira Constituição do Império, na qual estabeleceu-se que “A instrução primaria é gratuita a todos os cidadãos” (CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPERIO BRAZIL, 1824. Artigo 179)¹³. E, posteriormente, com o Decreto de 15 de Outubro de 1827, por tratar-se da primeira Lei imperial que regulamenta de fato a instrução escolar, com um conjunto de

¹¹ No século XIX não havia região Nordeste, sendo chamado neste período de região Norte.

¹² O Maranhão só veio a aderir à Independência um ano após a sua proclamação, pois conforme Meireles (1994, apud Castelo Branco, 2014, p.34) o governador do Estado colonial português, juntamente com o grande número de comerciantes portugueses que viviam nas terras maranhenses, insistiram numa acirrada repressão contra os que apregoavam os discursos a favor da adesão do Maranhão.

¹³ Constituição esta que vigorou durante todo o Brasil Império.

preposições políticas pautado na necessidade de expandir a instrução a todas as classes. Este decreto, em especial, contém algumas orientações específicas que interessam a este trabalho. Destaco:

[...] Art. 1º Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias.

[...] Art. 6º os professores ensinarão a ler e escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporcionais, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional e os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica romana, proporcionadas à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

Art. 7º Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes proverão o que for julgado mais digno e darão parte ao Governo para sua legal nomeação.

Art. 8º Só serão admitidos à oposição e examinados os cidadãos brasileiros que estiverem no gozo de seus direitos civis e políticos, sem nota na regularidade de sua conduta.

[...] Art. 11º Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.

Art. 12º As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º [...] (DECRETO-LEI IMPERIAL de 15 de Outubro de 1827).

O Decreto respondia a algumas perguntas sobre a instrução pública daquele período, ao se questionar: Quem poderia ensinar? O que ensinar? Aos que eram submetidos a um concurso, deveria se analisar o perfil, a conduta, e as habilidades, além de ser brasileiro, outro pré-requisito verificado pelo Conselho. “Assim, um exame prévio visava observar se o (a) candidato (a) atendia aos critérios [...]. Outra etapa desta seleção supunha um exame das capacidades do candidato, intimamente articulado aos saberes que iriam disseminar” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.53)

Mesmo após o Decreto, os relatórios dos inspetores de ensino do Maranhão¹⁴, salientam que a nova Lei educacional não foi suficiente para que as escolas fossem construídas em quantidades satisfatórias, capazes de atender a demanda. Nesse sentido, são raros os registros de criação de escolas para determinadas localidades, somente a criação de cadeiras, partindo do princípio de vilas e lugares mais populosos.

O então presidente provincial Manoel Felisardo de Sousa e Mello, ao tratar da instrução em seu discurso, em 3 de maio de 1839, evidencia a situação que se encontrava a instrução pública no Maranhão, após doze anos do Decreto de 1827:

“A instrução pública primaria em todo o território da minha Administração tem descido ao maior abatimento, à mais completa nulidade, que se possa imaginar: triste conseqüência das disposições mal calculadas da Lei de 15 de Outubro de 1827, que não assentando o ensino elementar nas largas bases, que o devem sustentar, e não acomodando as nossas circunstâncias, o ferio de esterilidade.” (MARANHÃO, 1839, p.16).

O exposto nomeia o Decreto de 1827 como o responsável por todas as mazelas enfrentadas na instrução pública, atribuindo todas as dificuldades da educação maranhense aos dispositivos do documento, caracterizado como disposições “mal calculadas”. Ao longo da pesquisa, iremos demonstrar que era comum, no período estudado, que os governantes, em seus discursos, colocassem a culpa dos problemas sociais na legislação vigente, na tentativa de se isentar de sua responsabilidade no cumprimento das Leis.

Em relação à educação feminina, o Decreto limitou-se a 3 questões em seu conteúdo. Na primeira, determina a criação de escolas para a formação das moças; na segunda, estabelece o conteúdo a ser ensinado em sala e, na terceira, determina o perfil necessário para a carreira de professora.

Acerca destes elementos destacamos uma educação organizada com classes diferenciadas por declaração de sexo de nascimento, ou seja, havia aquelas

¹⁴ Os relatórios estão disponibilizados na página: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>.

para meninas/moças e aquelas para meninos/rapazes, cujo ensino deveria ocorrer com professores do mesmo sexo da classe.

Em relação ao conteúdo escolar, o diferenciador voltava-se para o atendimento específico dos conteúdos selecionados por Gênero. E neste caso em questão, cabe salientar que as professoras deveriam acrescentar no ensino das moças, prendas necessárias às habilidades domésticas, limitar-se ao ensino das quatro operações de aritmética e excluir as noções de geometria. Além de estabelecer um perfil de profissional para o exercício da carreira docente.

Mas no tocante da Lei, em seu Art. 13º estabelece igualdade salarial entre professoras e professores. Determinou-se que “[...] As Mestras [ganhariam] os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres [...]” (DECRETO-LEI IMPERIAL de 15 de Outubro de 1827).

Porém, o que ficou previsto em Lei em termos de igualdade em relação aos ordenados e gratificações para as professoras, perdeu seu valor com a própria legislação posterior, Art. 6º do decreto de 27 de agosto de 1831 na qual determinava que os salários previstos em lei só fossem repassados para professores habilitados nas matérias de ensino indicado na lei de 15 de outubro de 1827. Entendia-se que era possível excluir as professoras do benefício da isonomia salarial, por não serem habilitadas para o ensino da geometria.

Todavia, como vemos pela legislação, o magistério, tornava-se um dos espaços sociais de caráter público, atrativo para as mulheres que dependiam de trabalho para o sustento pessoal ou familiar, como podia ser o caso de muitas jovens mulheres viúvas, filhas bastardas sem direito à herança paterna, mulheres solteiras e sem família próxima.

Conforme a Lei de 1827, em seu Art. 4º, ficou determinado que o Método Lancasteriano (mútuo/monitorial) seria aplicado em todas as escolas, nas capitais das províncias, cidades e vilas¹⁵. O interessante é notar que a utilização do método, tornou-se um entrave ao avanço da educação, principalmente pela carência de

¹⁵ O Método Lancasteriano foi um método pedagógico formulado, nos últimos anos do século XVIII, pelo inglês Joseph Lancaster (1778-1838), amparado nas ideias pedagógicas do pastor anglicano Andrew Bell (1753-1832) e nas ideias panópticas do jurista e reformador de costumes Jérémy Bentham (1748-1892). No Brasil, foi o primeiro método pedagógico, para a instrução pública instituído, oficialmente por D. Pedro I, por meio da Lei 15 de outubro de 1827, no período que gira em torno da descolonização e dos diferentes projetos que o recém fundado Estado Nacional se propunha a desenvolver (NEVES; MEN, 2007, p.1)

peças habilitadas para o magistério e os que já exerciam a profissão não tinham o preparo adequado.

Conforme Neves e Men (2007, p.2) o método lancasteriano foi o primeiro método pedagógico estabelecido no império, prezou pelo ensino oral, a constante repetição e memorização das coisas. Por ser tratar de um método de ensino no qual:

[...] os alunos eram divididos ou classificados em turmas ou classes, depois subdivididos em decúrias (grupo) segundo o grau de conhecimento dos conteúdos exigidos nas matérias de leitura, escrita, caligrafia, gramática, aritmética, tabuada, noções de tempo, de pesos, de juro, do sistema métrico e da doutrina cristã. Em sala de aula os alunos se posicionavam conforme seus estágios de aproveitamento; da direita para a esquerda, em ordem decrescente de aprendizagem, dos “mais adiantados até os menos adiantados, que são os últimos de esquerda.” E o monitor ocupava um lugar mais [...] saliente e visível para o mestre [...] previa vários modos e instrumentos de castigo, caracterizados como morais, que eram utilizados conforme as outras faltas dos discípulos, como a ausência à aula, a desobediência (aos monitores ou aos pais), e a falta de limpeza (MEN, 2003, 179-181).

Dessa forma, o método de Lancaster ajustava-se perfeitamente com o ideário de instruir a “grande massa de incultos.” Conforme Faria Filho (2000, p.140), o “componente central desse ideário estava a ideia da obrigação de alargar as possibilidades de acesso de um número cada vez maior de pessoas às instituições e práticas civilizatórias”.

Segundo o relato do inspetor de instrução pública, o referido método sofria dificuldade na sua aplicação, visto que “[...] faltavam, [até] mesmo, os meios materiais para executá-lo, pois as casas, onde ele deve ter aplicação é, [...] construção particular [...]” (RELATÓRIO, 1838, p.11). Ademais, o método configurou-se como um aliado do Estado ao disciplinar às classes subalternas, mentalmente e fisicamente.

Cabe mencionar, que antes do referido método já havia sido instituído em 1759, por iniciativa do Marques de Pombal, o regime das aulas régias, que eram “aulas avulsas”, tratando de disciplinas isoladas. Sendo considerada à primeira forma do sistema de ensino público no Brasil. Na prática o sistema das Aulas Régias

pouco alterou a realidade educacional no Brasil, tampouco se constituiu numa oferta de educação popular, ficando restrita às elites locais.

Conforme Bastos (1997, p.126) antes de surgir o método de ensino lancasteriano, a grande maioria dos professores de primeiras letras, principalmente no meio rural, adotava o método de ensino individual. No qual consistia “[...] em fazer ler, escrever, calcular, cada aluno separadamente, um após outro, de maneira que, quando um recita a lição, os demais trabalham em silêncio e sozinhos”.

Ainda segundo a autora a partir de 1850 surge o método simultâneo que acaba sendo generalizado nas escolas primárias, no qual consistia que o “professor [instruísse] e [dirigisse] simultaneamente todos os alunos, que [realizassem] os mesmos trabalhos, ao mesmo tempo.” (Id., ibid., p.117) Neste caso, o ensino era coletivo, sendo ofertado a um grupo de alunos em função da matéria a ser ensinada¹⁶.

Em cada método a figura do professor desenvolvia um papel. No método simultâneo e individual o professor era o agente do ensino. Já o método lancasteriano, a responsabilidade recai sobre o professor e monitor, estabelecendo uma divisão na responsabilidade de ensinar. Pensando na proposta deste Capítulo que é tentar compreender em qual contexto educacional a escritora e educadora Maria Firmina dos Reis atuou em meados do século XIX. A partir desta análise dos métodos de ensino nos foi facultativo questionar, em qual (is) método (s) de ensino Maria Firmina dos Reis, fez uso? Mesmo entendendo que pela escassez das fontes documentais sobre a trajetória da educadora não nos foi permitido responder a este questionamento, podemos suscitar hipóteses sobre suas práticas a partir de seus escritos/obras. No Capítulo três nos deteremos mais profundamente a esta análise.

Percebemos no período analisado que mesmo havendo um decreto que estabelecia o uso de um único método (lancasteriano) na prática não existiu um único método a ser aplicado, e sim, três métodos de ensino atuando comitadamente. Em alguns relatórios datados de 1838 a 1860¹⁷, a questão do método era posto em discussão, concebendo qual seria a solução mais cabível para um ensino uniforme e adequado. Neste caso, com método de Lancaster, a carreira de “professor seria mais atrativa”, porém a Lei nº 267 de 17 de dezembro de 1849,

¹⁶ De acordo com Bastos (1997, p.126) a Reforma Couto Ferraz (Decreto n. 1331, de 17/02/1854, que regulamenta a instrução primária e secundária do Município da Corte), no Art. 73, estabelece que o método de ensino a ser adotado nas escolas em geral será o simultâneo.

¹⁷ Os relatórios estão disponibilizados na página: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>.

determina no seu Art.1º “[...] os professores públicos de Primeiras Letras da Província servir-se-ão ao ensino da mocidade do método individual, simultâneo e lancastrino, segundo a frequência dos seus alunos mínima, média e máxima [...]”¹⁸.

O aspecto importante deste trecho é visto que a aplicação dos métodos citados se baseava a partir da quantidade de alunos que se matriculavam nas escolas, e que igualmente determinava o salário dos (a) professores (a)s. Faz-se importante conhecer que:

Art.2º Os que tiverem de 10 a 39 alunos ensinarão pelo método individual e receberão o ordenado anual de trezentos mil réis e a gratificação adicional de três mil réis por cada aluno, que acrescer desde o undécimo até o trigésimo nono inclusive.

Art.3º Os que tiverem de quarenta a setenta e nove alunos ensinarão pelo método simultâneo e vencerão por ano o ordenado de quatrocentos e cinquenta mil réis e a gratificação adicional de três mil réis por cada aluno, que acrescer desde o quadragésimo primeiro até o septuagésimo nono inclusive.

Art.4º Os que tiverem de oitenta a cento e sessenta alunos ensinarão pelo método lancastrino, e receberão por ano o ordenado de seiscentos mil réis e a gratificação adicional de três mil réis por cada aluno, que acrescer desde o octogésimo primeiro até o centésimo sexagésimo inclusive. (CASTRO, 2009, p.90).

Sendo assim, os professores eram pagos de acordo com a quantidade de alunos que tinham em suas salas e adoção do método de ensino estava diretamente relacionada ao número de alunos. Portanto, o salário dos professores era baseado no método e na quantidade de discentes.

O Ato Adicional promulgado em 21 de agosto de 1834 estabeleceu as principais modificações a serem realizadas na Constituição de 1824. O Ato Adicional criou as Assembleias Legislativas Provinciais, então encarregadas de legislar e

¹⁸ Cabe salientar, que o modelo de educação individual, concebido no ambiente familiar era ineficiente para os ideais desse período. Era um método adotado para elite imperial e em alguns lugares “o ensino individual [era] realizado com filhos da classe abastada, por padres ou parentes conhecedores dos ensinamentos da leitura e da escrita” (GONDRA; SCHNEIDER, 2011, p.86). No método simultâneo o ensino era de responsabilidade de um único professor que distribuía a turma em grupos com homogêneos conhecimentos. Já o lancasteriano, era o método pedagógico oficialmente determinado pelo Decreto de 1827, que no cenário da época passa a ser o mais adequado, uma vez que estava ligado à necessidade de extensão da instrução para todas as classes, demandando menos tempo e gastos. Ver a Lei, nº 267 de 17 de dezembro de 1849 em sua íntegra em: http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20140827222523140_9189123_48361409189123_4836.pdf.

promover vários setores da administração pública, entre esses setores a instrução pública primária e secundária¹⁹. Para além, incluía na tarefa das Assembleias Provinciais, a criação de recursos para promover a administração pública, entretanto lhe era vetado o direito de criar ou legislar sobre seus impostos.

Com a descentralização do poder as províncias, neste caso a província do Maranhão ficou exposta aos governantes locais, “[...] um oportuno pretexto para garantir as condições privilegiadas de uma minoria elitizada e, ao mesmo tempo, a discriminação de uma enorme população miserável [...]” (CASTELO BRANCO, 2014, p.33)

O cenário educacional maranhense, nessa época, aponta uma insuficiência de recursos, que se traduziu na precariedade e o abandono do ensino elementar, que era perceptível pelo pequeno número de estabelecimentos de ensino e a baixa remuneração dos professores. Segundo Caetano José da Silva, inspetor da Instrução Pública, as dificuldades do ensino, estavam diretamente ligadas à falta de casas adequadas para o bom funcionamento das escolas, de móveis e de acessórios para a educação (RELATÓRIO, 1855, p.18).

Nesse momento, a questão da profissionalização do professor é uma discussão recorrente nos relatórios dos inspetores de ensino maranhense. Com a expansão da instrução pública, o poder público estabelece políticas educativas buscando, cada vez mais, especificar e definir a construção de um perfil ideal de professor. Para isso, se faziam necessárias, reformas educacionais em prol da fiscalização e do controle na atuação dos mesmos.

Com a função de fiscalizar e controlar a instrução pública foi criada, em 1841, a Inspeção Geral da Instrução Pública. A proposta do órgão era servir de apoio ao Estado, fiscalizando e inspecionando todas as escolas da Província; regulando e dirigindo o sistema e método prático de ensino, fazendo o regulamento das escolas, orientando os professores públicos e particulares e fazendo semestralmente relatórios sobre a educação (RELATÓRIO, 1841, p.22).

O cargo de inspetor de ensino ficou sob a responsabilidade do diretor do Liceu Maranhense (fundado em 1839), que nesta época era o professor de latim, Francisco Sotero dos Reis, influente intelectual maranhense durante o século XIX.

¹⁹ O ato excluía da Província competência, de legislar e organizar as faculdades de Medicina e Direito e as Academias existentes, além de outros estabelecimentos que fossem criados posteriormente sob a lei geral. Ver mais a respeito em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM16.htm.

Este inspetor era primo de Maria Firmina dos Reis, a escritora e professora em foco nesta pesquisa, que assumiu a cadeira de primeiras letras em 1847.

Dando prosseguimento e compreendendo ainda um pouco mais da educação formal escolar no período, destaca-se o regulamento da instrução pública de 1854, no qual o Art. 36^o determinou a obrigatoriedade do ensino primário, com o princípio de democratização do ensino. Portanto, possibilitar o acesso à escola e garantir a permanência do aluno passam a serem obrigações do Estado.

E para tal efetivação o Estado passou a estabelecer a partir de termos legais, o papel de fiscalizar os professores, pais e as escolas, assim como na aplicação de multas pelo seu descumprimento. Ou seja, sua “[...] efetivação não se daria pela “obrigação legal”, sendo preciso que esta se transformasse em “obrigação moral” [...]” (CASTRO, 2013, p.102)

A questão sobre a obrigatoriedade escolar no Maranhão aparece no debate sobre a uniformidade e a fiscalização escolar, que conforme Castro (2013, p.104) “[...] se estabelece de forma mais sistemática e frequente a partir de 1844, quando começou a funcionar de forma efetiva a Inspeção Geral da Instrução Pública [...]” (criada em 1841, como já mencionada).

No relatório de 3 de maio de 1838, o então presidente da província, Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, ao descrever a situação da instrução pública maranhense, afirmou a necessidade de se estabelecer soluções para uniformidade na instrução elementar o que exigia o estabelecimento de uma lei:

“[...] que imprima uniformidade na instrução elementar; que sujeite os Mestres a uma restrita fiscalização; marque-lhes uma gratificação em razão do aproveitamento do maior número de alunos manifestado por exames rigorosos; descreva regras para jubilação; determine os casos, em que eles podem ser demitidos: uma Lei enfim, que revista de consideração os seus professores aos seus próprios olhos, e aos do Público, convença aos [ilegível] da certeza do castigo, e seduza os diligentes pelo atrativo da recompensa [...]”²⁰.

Essa mesma defesa foi proferida pelo presidente da província Manoel Felisardo de Sousa e Mello, em 3 de maio de 1839 ao afirmar da necessidade de se

²⁰ Ver em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/337/000010.html>

estabelecer um “[...] mesmo método para todas as escolas, como também o mesmo regulamento, e um sistema de inspeção capaz de produzir efeito [...]” os mesmos efeitos em toda província. (RELATÓRIO, 1839, p.17)

Em 3 de julho de 1841, o presidente da província João Antônio de Miranda, acrescentou a essas dificuldades a falta de “[...] casas e cômodos para o bom desempenho dos [professores] de suas obrigações e acolhimento de seus discípulos [...]” a carência de utensílios e uma veemente crítica ao que chama de “[...] uma concessão impolítica e prejudicial [...]”, que facultava o “direito absoluto” para que qualquer um pudesse exercer a “instrução da mocidade.” (RELATÓRIO, 1841, p.24) A sua fala denota esses serem os motivos do atraso na qual se encontrava a instrução pública maranhense, questionando que a pesar da promulgação da Lei nº 93 de 16 de julho de 1840, que criou a um sistema de fiscalização e de obrigações para professores e alunos a instrução pública encontrava-se “estacionada.”

De acordo com Castro (2013, p.105) a fala de Herculano Ferreira Penna, aos deputados provinciais, em 14 de outubro de 1849, aparece de forma mais incisiva um texto sobre a questão da obrigatoriedade escolar²¹. Na sua fala estabelece a criação de uma comissão especial com a na incumbência de organizar um plano de reforma para instrução pública maranhense, tendo como membros Francisco de Mello Coutinho Vilhena²², João Francisco Lisboa²³, Alexandre Theophilo de Carvalho Leal²⁴ e Francisco Sotero dos Reis²⁵, este último primo de Maria Firmina dos Reis.

²¹ Lembrando que esse discurso antecede o regulamento de 1854 no qual em seu Art. 36^o determinou a obrigatoriedade do ensino primário, com o princípio de democratização do ensino.

²² Francisco de Melo Coutinho de Vilhena (1816-1880) foi um político brasileiro. Foi 4^o vice-presidente da província do Maranhão, exercendo a presidência interina de 11 a 21 de novembro de 1878. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_de_Melo_Coutinho_de_Vilhena>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

²³ João Francisco Lisboa (1812-1863) fora um político liberal, autodidata que enveredara por conta própria no estudo do Direito e da Filosofia greco-latina. Literato, membro do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), e dentre outras coisas um Pantheon Maranhense. Nascera em 22 de março de 1812 no distrito de Pirapemas, município de Itapecuru-Mirim, pertencente a Província do Maranhão. Descendente de famílias tradicionais ligadas à aristocracia rural instaladas no vale do Itapecuru. Ver mais em (COSTA, 2013, p.1).

²⁴ Alexandre Theophilo de Carvalho Leal (1828-1885) era bacharel em ciências sociais e jurídicas e proprietário. No ano de 1846 era diretor do Liceu Maranhense.

²⁵ Francisco Sotero dos Reis (1800-1871) nascido na cidade de São Luís - MA, filho de Baltasar José dos Reis e DF. Maria Teresa Cordeiro. Descrito como poeta, crítico literário, gramático, jornalista, professor, parlamentar, comendador da Ordem da Rosa e da de Cristo, patrono da Cadeira nº. 19 de sócios correspondentes da Academia Brasileira de Letras e da de nº. 17 da Academia Maranhense de Letras. Sotero dos Reis é lembrado como o grande erudito do grupo Maranhense, cultivador das letras clássicas e representante oitocentista das ideias linguísticas e da historiografia literária

Herculano Ferreira Penna elenca algumas medidas que se faziam urgentes naquele momento: 1) gratificação dos professores proporcionalmente ao número de alunos frequentes a cada mês, até o máximo de 40; 2) remoção dos professores de um lugar para o outro, onde a ausência de alunos era evidenciada; 3) determina a responsabilidade dos pais e tutores, sob penas pecuniárias, são obrigados a mandar os meninos à aula, “[...] salvo se provarem que lhes dão o ensino em Escolas, ou casas particulares [...]” (RELATÓRIO, 1849, p.35)

Conforme Castro (2013, p.106) mesmo sendo objeto dos discursos e falas dos Presidentes da Província do Maranhão, não foi encontrado leis que tratassem especificamente da obrigatoriedade do ensino, anteriores ao regulamento de 1854²⁶.

A pesar do Art. 36^o que determinou a obrigatoriedade do ensino primário, em 1854, a sua aplicabilidade esbarra nos problemas já existentes, que perdurou todo período analisado²⁷. As dificuldades permaneceram sobre a escassez de recursos financeiros, a precariedade e inadequação das instalações escolares, falta de mobiliário adequado, bem como, a incipiente fiscalização sobre os professores.

No que diz respeito às práticas punitivas, a reforma estabeleceu uma multa de 20 a 100 mil reis aos pais ou tutores de crianças com idade acima de sete anos que não frequentassem a escola. Destacamos também, a cobrança de multa para os professores de 100 a 300 Réis que, no decurso do ano letivo, que tivessem faltado vinte vezes sem causa justificada (CASTRO, 2009, p.385-390).

Fazendo uso de dispositivos legais, o poder público maranhense acreditou que as aplicações de penas com cobrança de multas aumentariam a frequência e a permanência da população nas escolas públicas primárias e obrigaria comprometimento por parte do professor com o ensino. Quando se tratava dos professores, os inspetores de ensino nos relatórios provinciais eram categóricos na necessidade de controle e fiscalização constante para que cumprissem seus

brasileira. No âmbito historiográfico, produziu o famoso *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* para a formação de nosso grupo de histórias literárias românticas.

²⁶ Castro em sua pesquisa *Cartografia das Fontes Legislativas para a história da educação maranhense no Oitocentos*, na qual buscou mapear leis, regulamentos e os estatutos daquele período. Contudo não foram localizados documentos anteriores ao regulamento de 1855, nenhum dispositivo que tratasse da obrigatoriedade da educação escolar. Em seu livro *Leis e Regulamento da Instrução Pública no Maranhão Império (1835-1889)* traz um levantamento de todas as leis, os regulamentos e os estatutos, com a finalidade de oferecer às futuras pesquisas uma contribuição valiosa ao catalogar fontes documentais do período imperial na província do Maranhão. (2013, p.107)

²⁷ Lembramos que a pesquisa fez um recorte histórico, abrangendo o período de 1823 a 1881. Logo ao dizermos que perdurou todo período nos referimos a essa cronologia.

deveres. Para isso, os inspetores adotaram a prática de visitas às escolas para averiguar a dedicação dos professores.

Já na década de 1870, o Conselho da instrução pública por meio de uma junta médica, inspecionava os professores, dando pareceres sobre a situação de saúde dos mesmos em caso de pedido de licença. Houve com isso, uma estratégia de fiscalização e controle na concessão de licença saúde concedida aos professores, em decorrência dos constantes afastamentos do exercício docente.

Sobre isto, Castelo Branco (2014, p.90) aponta que no jornal **Diário do Maranhão**, na publicação de 3 de outubro de 1878, ao tratar da Instrução Pública, explicita uma estrutura criada para atender, entre outros aspectos, às especificidades do trabalho docente.

“[...] A Junta medica da instrução pública foi creada em 06 de julho de 1874, destinada para inspeccionar os professores que solicitam licença para tratar da saúde; A Dellegacia da Inspectoria geral da instrucção publica primária e secundaria do município da corte – creada por decreto n 5429 de 2 de outubro de 1873. A inspecctoria geral da instrucção pública – creada em 2 de outubro de 1873 (decreto N 5429). Perante os professores que compõem esta delegacia, os alunos prestam exames para ingressarem nos cursos superiores, com validade em qualquer academia do Império; O Conselho da Instrucção Publica – creado pelo Regimento de 6 de julho de 1874 e aprovado pela Lei N 1091 de julho de 1874 tem a funcção de direção e inspecção do ensino dos estabelecimentos públicos e particulares [...]”

O texto acima nos diz que existia, uma estrutura criada para atender as necessidades do período. Existe uma supervisão na qualidade do trabalho docente, presente nos critérios para a concessão de licença de saúde. Assim como, a existência de um dispositivo de inspeção escolar, na tentativa de acompanhar e fiscalizar as atividades do professor. Já o citado Conselho da Instrução Pública nos parece ser um órgão auxiliar que atua com mesma natureza da Inspetoria.

Portanto, estes órgãos são criados na assertiva de uma melhoria da instrução pública a partir da fiscalização, organização e regularização do trabalho docente. E isso se deve aos relatos dos inspetores de ensino que atribuíam o fracasso da instrução pública maranhense ao papel assumido pelos professores da época como omissos e descompromissados. Por isso, muitas das intervenções do

poder público em relação ao ensino elementar, perpassam sobre a profissão docente.

A questão referente à obrigatoriedade escolar permanece como tema no regulamento educacional de 1874, trazendo novos dispositivos sobre esta questão no Art. 6º, determinando que o ensino primário fosse obrigatório em qualquer dos seus graus, podendo ser oferecida em casa, em escolas públicas ou particulares. Desta maneira, ampliando a atuação e o “[...] controle da assiduidade, não só dos alunos, como também dos professores no processo da instrução [...]” (CASTRO, 2013, p.110)

Assim como Castro, acreditamos que apesar de a obrigatoriedade escolar se mostrar regulamentada na província do Maranhão desde 1855 e, posteriormente, reiterada em 1874 não existiu uma lei com essa finalidade. Fundamentamos nossa hipótese a partir da fala do inspetor de ensino Antônio Marques Rodrigues, datado de 1 de abril de 1865, que corrobora com assertiva de que não foram instituídas leis específicas que abrangessem a questão da obrigatoriedade do ensino.

Uma medida, porém que desde já produziria magníficos resultados haveria de ser, por sem dúvida a promulgação de uma lei geral que obrigasse os pais, tutores, na circunvizinhança de meia légua de qualquer escola pública, ou particular, a mandar os filhos e tutelados a aprenderem a lei, sob pena de multa e prisão e formulasse ao mesmo tempo as regras sumarias para o progresso. (RELATÓRIO, 1865, apud CASTRO, 2013, p. 111)

Essa reivindicação do inspetor de ensino Antônio Marques Rodrigues, sobre a necessidade de uma lei que promulgasse a obrigatoriedade escolar reverberou no Maranhão, no século XIX, como podemos constatar a partir das análises dos relatórios dos presidentes da província, nos relatórios dos inspetores de ensino e na legislação educacional. Isto é, “[...] ficando circunscrita nos regulamentos da instrução pública.” (ibidem, p. 112)

Em muitas das falas dos relatórios provinciais identificamos que as dificuldades apresentadas pelo poder público perpassam pela falta de fiscalização, organização e regularização do trabalho docente. Muitas medidas foram aplicadas para “melhoria” do ensino elementar, seja na constante fiscalização a partir dos

inspetores de ensino e os órgãos de supervisão e inspeção, ou no critério para admissão dos mesmos.

No Regulamento da Instrução Pública Maranhense, de 1874, foram estabelecidos critérios para o candidato concorrer à vaga de professor. De acordo com o documento, “[...] ser professores públicos os cidadãos brasileiros, que reunirem as condições seguintes: 1º. Idade maior de vinte anos; 2º. Moralidade; e 3º. Instrução profissional [...]” (CASTRO 2009, p.401). Para provar a instrução profissional, os candidatos deveriam se submeter aos exames de habilitação feitos publicamente perante o inspetor e três examinadores designados por ele, como nos foi possível exemplificar, no ofício enviado em 23 de janeiro de 1865, pelo Inspetor da Instrução Pública, Antônio Marques Rodrigues, para o Presidente da Província, Ambrósio Leitão Cunha, comunicando-lhe acerca de um exame realizado, para admissão do cargo de professora da vila de Pinheiro:

Aos vinte dias do mês de janeiro do ano de mil oitocentos e sessenta e cinco, na sala dos exames do liceu do Maranhão, achando-se presente o inspetor da instrução pública o doutor Antônio Marques Rodrigues, e os examinadores os senhores Filippe Benicio de Oliveira Condurú, professor público de primeiras letras da 3ª freguesia da capital, Alexandre Jose Rodrigues professor jubilado da 2ª freguesia da capital e D. Antonia Senhorinha Carneiro Belford Rego, professora do recolhimento, para o fim de proceder-se o exame das opositoras á cadeira de primeiras letras do sexo feminino da vila de Santo Ignácio do Pinheiro, e sendo presente somente a opositora D. Filomena Bandeira Pinto de Almeida, foi esta examinada em todas as matérias do art. 27 parte primeira do regulamento de 2 de fevereiro de 1855, e aprovada plenamente em todas essas matérias. (MARANHÃO, 1865, apud CASTRO; CASTELLANOS; COELHO, grifos nossos).

Evidenciasse a presença de uma mulher como examinadora, em uma época de escolas separadas por sexos, a qual, seria responsável pelo julgamento dos trabalhos de bordado e agulha, como determinava o regulamento de 1874 ao dizer que:

Nas escolas do sexo feminino além das matérias gerais, se ensinarão bordados e trabalhos de agulhas, estabelecendo ainda que quando o concurso for para provimento de cadeira do sexo feminino, um dos examinadores [seria] uma professora pública, que será especialmente ouvida sobre trabalhos de agulha. (MARANHÃO, 1874, apud CASTRO; CASTELLANOS; COELHO)

No que diz respeito ao grau de escolaridade exigida para atuação no magistério, não conseguimos localizar dados oficiais. É provável que grande parte dos professores somente tivesse o ensino primário; Já os que conseguiam sair da província talvez adquirissem um aperfeiçoamento educacional. Afinal, não havia no Maranhão nenhuma instituição específica para formação de professor nos moldes de uma formação sólida profissional²⁸. Isto só aconteceria no final do século XIX, com a criação efetiva de uma Escola Normal²⁹.

Portanto, em conformidade com o regulamento de 1874, para ter acesso ao exame de admissão ao magistério público primário, era necessário que o candidato se enquadrar no perfil da idade, moralidade e capacidade profissional, comprovada nos exames públicos. Na intenção de garantir que os candidatos estivessem enquadrados para o exercício docente a inspetoria tinha como função controlar a postura dos professores, no momento da seleção, por meio de punições permitidas pela legislação vigente.

A partir de nosso recorte histórico, abrangendo o período de 1823 a 1881, foi possível localizar o papel que o professor desenvolvia na conjuntura da instrução pública maranhense. Papel este, que Maria Firmina dos Reis exerceu por 34 anos. Identificamos nos documentos oficiais que para os legisladores, um dos problemas que afrontava o ensino nas províncias era a formação dos professores primários.

²⁸ Conforme Tanuri (2000, p.64) a primeira escola normal brasileira foi criada na Província do Rio de Janeiro, pela Lei n° 10, de 1835, que determinava: "Haverá na capital da Província uma escola normal para nela se habilitarem as pessoas que se destinarem ao magistério da instrução primária e os professores atualmente existentes que não tiverem adquirido necessária instrução nas escolas de ensino mútuo, na conformidade da Lei de 15/10/1827." A escola seria regida por um diretor, que exerceria também a função de professor, e contemplaria o seguinte currículo: ler e escrever pelo método Lancasteriano; as quatro operações e proporções; a língua nacional; elementos de geografia; princípios de moral cristã. Os pré-requisitos para ingresso limitavam-se a: "ser cidadão brasileiro, ter 18 anos de idade, boa morigeração e saber ler e escrever" (apud Moacyr, 1939b, p. 191). Devido à consagração do método do ensino mútuo na Lei de 1827 e à sua conseqüente divulgação, as primeiras escolas normais brasileiras reduziam o preparo didático e profissional do mestre à compreensão do referido método. (Bastos, 1998).

²⁹ A Escola Normal, para formação docente, no Maranhão, tem sua institucionalização na última década do século XIX, precisamente em 1890, através do Decreto n° 21 de 15 de abril, conforme determinação em seu artigo 7° que dizia: "Fica criada nesta capital uma Escola Normal, onde funcionarão as seguintes cadeiras:..." (Decreto 1890 apud MOTTA, 2013, p.1).

Afirma-se até mesmo que não tinham preparo algum, pois bastava, segundo o critério de seleção, ter boa conduta, saber ler e escrever.

Mas sabe-se que a primeira iniciativa da Província do Maranhão na tentativa de preparar os professores, foi envio do professor Felipe Benício Oliveira Conduru, à França, para formar-se no método de ensino lancasteriano, com os estudos de pedagogia em 1838. Historiadores da educação destacam que isto marca o início do processo de organização do sistema público para formar professores no Maranhão e a primeira tentativa de criação de uma Escola Normal no Estado, pois, no prazo de dois anos, o jovem Felipe deveria retornar “[...] ao Maranhão para dirigir em 1840, a [...] primeira Escola Normal para formar professores no método de Lancaster ou ensino mútuo” (OLIVEIRA, 2004, p. 45). As aulas seriam ministradas, nas dependências do Liceu Maranhense.

De acordo com Oliveira (2004, p. 49), tal processo de formação de professores no Liceu Maranhense teve pouco tempo de vigência, pois em 1844 suas atividades foram encerradas “[...] por exigir práticas inadequadas à realidade social na qual as escolas estavam inseridas e a consequente falta de alunos interessados na desvalorizada carreira do magistério primário”.

Como podemos perceber pelas informações históricas até agora apuradas, se é verdade que não havia uma sistemática e estruturada escola de formação, havia um rudimentar espaço formador para professores, no qual circulavam pessoas como Sotero dos Reis e Oliveira Condurú, que tornava a cidade de São Luís, um local por onde os estudos para a docência podiam ser realizados, mesmo que de forma irregular e assistemática.

A Lei Provincial nº 1088 de 17 de julho de 1874 é a segunda tentativa local de implantar um curso destinado à formação de professores de ambos os sexos para função do magistério. A Escola Normal Onze de Agosto, surgiu com a proposta de preparar professores para “[...] uma série de cursos pedagógicos o ensino teórico e prático indispensável às pessoas que se destinam ao magistério da instrução pública [...]” (CASTRO, 2009, p.432), encerrou suas atividades em 1939 com a criação do Instituto de Educação do Maranhão e da Escola de Professor Primário.

Pouca coisa nos foi permitido aferir sobre a composição curricular da instrução pública que se constituía para além do ensino obrigatório. Somente no exposto de dois relatórios, entre os analisados, localizamos apenas dois que se

detêm a distribuição de livros. O primeiro relatório (1862, p.19) o conselheiro Antônio Manoel de Campos Mello, fez um agradecimento a Antônio Marques Rodrigues, pela doação de 1800 exemplares de sua obra Livro do Povo para serem distribuídos nas escolas da província³⁰. Já no segundo relatório de 1870 diz que foram distribuídos 355 exemplares do mesmo livro que conforme Castelo Branco (2014, p.74) “[...] era destinado à leitura e continha lições da bíblia e lições de moral, além de trezentos e sessenta e dois Alfabetos e trezentas e duas tabuadas para a instrução pública na província [...]” Ou seja, o conteúdo apresentado pelo livro estava em concordância com a legislação em vigor do Brasil, sendo uma obra [...] muito recomendável pelas suas doutrinas que contêm [...]” (Relatório de 1862)

Como podemos perceber pela sucessão de decretos, leis provinciais e regimentos, grande foi à luta para construir uma rede de ensino escolar neste período, no Maranhão. Pode-se dizer que, apesar da importância econômica da região, a criação de uma rede para a escolarização, que articulasse a formação de professores e a implantação de classes para estudantes da escola primária, foi lenta e muito problemática.

Conforme Abrantes (2014, p.81) em meados do século XIX, os números oficiais sobre o ensino elementar demonstram uma grande diferença na educação ofertada para meninas e meninos. Enquanto o número de escolas para meninas eram de 12 com a frequência de 262 alunas, foram abertas 36 escolas para meninos com frequência de 1.484 alunos, uma diferença de 1.222 alunos em 1850.

A década de 50 do século XIX mostra um relativo aumento no número de escolas e de frequência para meninas e para os meninos, segundo o Relatório de Inspeção de 1857 (p.09). No primeiro caso, ou seja, para meninas, o número de escola passou a ser de 20, com uma frequência de 309 alunas, e no segundo caso, ou seja, para meninos, seriam então 48 escolas, com frequência de 1807 alunos. Os números demonstram um aumento no número de escolas oferecidas às meninas, todavia segue discrepante a taxa de cobertura, com a desproporcional matrícula de 1.448 alunos a mais do que alunas.

³⁰ Antônio Marques Rodrigues (1826-1873) exerceu cargos e funções como deputado provincial, professor do Liceu Maranhense e inspetor da instrução pública. Conforme Costa (2013, p.7) o Livro do Povo estava conectada com a legislação em vigor no Brasil naquele período e, além disso, o próprio título era uma tendência internacional. Para saber mais, ver a tese de doutoramento de Odaléia Alves da Costa **O livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão** (1861-1881). Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-24042013-134450/pt-br.php> Acesso em: 26 jan. de 2014.

Por sua vez, no ano de 1867, dados oficiais mostram que existiam 100 cadeiras primárias públicas do 1º grau, das quais 40 eram para atendimento feminino e 60 para atendimento masculino, respectivamente, frequentadas por 661 meninas e 2.113 meninos (RELATÓRIO, 1867). No mesmo relatório, para o ensino do 2º grau primário só existiam 8 cadeiras para meninos, no qual três estavam na Capital e cinco no interior.

Em relação ao ensino primário particular, em 1867, foram registradas 16 cadeiras, na qual 5 para meninas e 11 para meninos com uma frequência total de 953 alunos, respectivamente 399 do sexo feminino e 564 masculino. Neste relatório, o Inspetor de ensino define a realidade da instrução pública maranhense como desanimadora, referindo-se ao déficit na frequência dos alunos nas escolas, sinalizando um abandono muito grande das vagas criadas nas matrículas.

Sobre o déficit escolar, o relatório de 24 de março de 1861 já havia sinalizado as três prováveis causas para tal situação que estariam: 1) na pobreza da maior parte dos alunos, que abandonavam os estudos para poderem trabalhar; 2) a província não oferecia livros, “indispensáveis” para os alunos pobres estudarem; 3) a negligência de alguns professores, que não cumpriam como deveriam as suas obrigações.

Existe uma diferença de seis anos para os dois relatórios, contudo acreditamos que as causas apresentadas possam representar um indicio do número tão grande déficit no ano de 1867, por entendermos que a situação não tenha se alterado nesse espaço de tempo até mesmo pelos relatórios subsequentes³¹.

Em 1877 é apresentado um regulamento para as escolas públicas de primeiras letras da província, mostrando que até esse ano não haviam prédios próprios para oferta do ensino. O Regulamento, no capítulo I apresenta:

Art. 1ª. As escolas públicas primárias funcionarão em casas que reúnam boas condições higiênicas expressamente construídas para esse mister, com sala bem ventilada e espaçosa para conter folgados os alunos que as freqüentarem.

Art. 2ª. Nas localidades onde não houver casas expressamente construídas para funcionar as escolas, o professor, com aprovação

³¹ Como podemos constar no Relatório apresentado pelo conselheiro Antônio Manoel de Campos Mello, em 27 de outubro de 1862, em sua fala realizou uma crítica sobre a falta de livros “adaptados”, a serem distribuídos para os meninos pobres.

do delegado literário, alugará a que reunir as condições de que trata o art. 1^a (CASTRO, 2009, p.415).

A legislação ainda prevê que as escolas públicas possam ser ofertadas na casa dos mestres, o que evidencia a precariedade nesse serviço. No relatório de 1866 é mencionada pelo inspetor de ensino como uma prática “[...] incontestada a liberdade de ensino [...]” podendo o professor “[...] sem necessidade de licença prévia, abrir escolas de primeiras letras, colégios e quaisquer estabelecimentos literários”.

Até o ano de 1877, os dados apresentados apontam que as escolas foram frequentadas por 4.004 alunos, na qual 1.031 meninas e 2.073 meninos, com déficit de 900 alunos, sendo inferiores ao ano de 1875, que o total de alunos frequentes era 5.003, com 1.228 meninas e 3.775 meninos (Relatório, 1877).

Neste mesmo relatório, o Inspetor de ensino atribuiu ao poder público a responsabilidade sobre a baixa oferta do ensino; a ineficiência da aplicabilidade das leis e a falta de escolas como fatores preponderantes para as dificuldades enfrentadas pela instrução pública maranhense. E atribuiu também, a dificuldade do ensino, aos responsáveis pelas crianças que não os deixam frequentar o espaço escolar.

Para além disso, o relatório informa que o Diretor da Instrução Pública passou a permitir que meninos de 6 a 9 anos de idade pudessem frequentar escolas femininas, tendo como justificativa, se tratar de uma “(...) [ideia] hoje muito aceita em todos os [países] como de grande proveito para o ensino dos meninos de tal idade” (RELATÓRIO, 1877, p.38). Caberia então, perguntar se as aulas seriam ministradas em salas distintas e se haveria diferenciação para os conteúdos ensinados, entre meninas e meninos. Essas questões não são informadas no teor do relatório, podendo se aferir várias possibilidades.

Neste momento, as escolas primárias do Maranhão eram classificadas em duas classes, primária elementar, do 1^o grau, e primária superior, do 2^o grau. Os ensinamentos eram distintos, nas aulas do 1^o grau lecionavam leitura, escrita, as quatro operações fundamentais da aritmética sobre números inteiros quebrados e decimais, sistema métrico decimal, noções gerais de gramática portuguesa, catecismo e noções de história sagrada; as aulas do 2^o grau, compreendendo além

das matérias mencionadas, desenvolvimento de aritmética em suas operações práticas até proporções, gramática geral e análise dos clássicos, geografia, história do Brasil e história sagrada mais desenvolvida. Para o ensino feminino era acrescido trabalhos de agulha (costura, bordados) e no interior da província, a escolarização estava restrito às escolas de 1º grau (ABRANTES, 2014, p.89).

Nesse período as escolas de 2º grau do ensino elementar, só deveriam ser criadas em Vilas e lugares mais populosos, fazendo com que a maioria dos alunos tivesse o ensino da leitura e escrita, a prática do contar e ensino religioso.

Conforme Relatório de 1881, o último deles analisado para este trabalho, a Instrução Pública na Província do Maranhão dispunha de 117 escolas, das quais 40 para meninas e 77 para meninos, sendo a frequência de 6.306 alunos, respectivamente 1.204 para alunas e 6.102 para alunos.

Ou seja, foi num contexto de poucas classes e, posteriormente, unidades escolares femininas, que Maria Firmina dos Reis atuou como professora, destacando-se portanto, o caráter de excepcionalidade de sua ação social como docente. Os relatórios oficiais do período de 1838 a 1881³², referentes à instrução Pública na Província do Maranhão, mostram a precariedade da educação elementar que perdurou ao longo 43 anos analisados. Embora, sejam atos oficiais, as condições de realização da instrução no Maranhão, só pode ser investigada pelos relatos dos supervisores ou por relatos dos professores e mestres das cadeiras isoladas.

A importância, portanto, de analisarmos os relatórios oficiais justifica-se por se constituírem como indícios das representações daquela época, sobre a educação que se realizava, sobre as práticas educativas, sobre o cotidiano e principalmente, para conhecer os dados sobre a cobertura e ampliação da rede física da qual Maria Firmina dos Reis exerceu o cargo de professora por 34 anos.

Destacamos algumas questões que nos foram apresentadas (a partir de nossas fontes, da maneira como ocorreu a organização da instrução maranhense pública e privada no período imperial. As condições estruturais nas quais esteve inserida, os baixos salários a que foram submetidos os professores nomeados para desempenharem essa profissão, as práticas punitivas e de controles cometidas aos professores, os espaços cedidos, emprestados e de moradia utilizados para o

³² Estabelecemos como recorte temporal para pesquisa o período que compreende 1823 – 1881. Sendo que, para os relatórios só conseguimos localizar no período de 1838 a 1881.

ensino, a falta de professores formados para exercer o magistério público, a dificuldade na aplicabilidade das leis, a falta de incentivo dos responsáveis para que as crianças estudassem, a padronização do método e, por conseguinte, a padronização dos conteúdos a serem trabalhados, constituíram-se elementos que conduziram a instrução maranhense (RELATÓRIOS, 1838-1881).

Sabemos que estudar a educação de uma determinada época é entender que suas ações serão intrinsecamente relacionadas ao contexto social de cada período histórico. A educação maranhense pode ser assinalada com uma instituição que buscou substituir uma educação que, até então, era desempenhada pela família e passa a ser gradativamente ampliada.

1.2 Construção das Instituições educativas na primeira metade do século XIX.

No período de 1838 a 1861, percebemos que o ensino primário e secundário foi uma proposta que se desenvolveu em diferentes espaços educacionais, tais como, instituições do tipo internato para crianças abandonadas e pobres, escolas públicas primárias, particulares, domésticas e escolas profissionalizantes.

Para melhor compreender, o provável processo de formação e atuação educacional que Maria Firmina esteve inserida, apresentaremos uma breve síntese das instituições escolares maranhenses que durante o século XIX, redefiniram a instrução pública, seja na oferta de um ensino moral e religioso, escolar ou profissionalizante.

O Liceu Maranhense foi criado através da Lei Provincial nº 77, de 24 de julho de 1838, e inaugurado em fevereiro de 1839, sob a direção de Francisco Sotero dos Reis, para atender a formação dos filhos da elite local, serviu como um ensino preparatório para o ingresso dos mesmos ao ensino superior.

Assim,

"[...] O ensino secundário vem nutrindo-se enquanto formato de classes que já estariam no poder, às únicas capazes de “consumir” uma escola cujo maior cuidado liga-se ao mundo das ideias, pouco propício para contribuir com a superação dos problemas presentes na sociedade da época. Pois sua preocupação maior era formar homens aptos á oratória e retórica, em sociedade de muitos analfabetos [...]”. RIBEIRO (2006, p.114)

Segundo o Estatuto do Liceu, de 1838, o currículo estava ligado ao ensino clássico, às humanidades, repousava nos ensinamentos do Grego, Latim, Matemática, Filosofia, Estatística, História, dentre outras (CASTRO, 2009, p.51).

Conforme Abrantes (2014, p.82) o ensino oferecido pelo Liceu Maranhense concedia o grau de bacharel em letras, além de funcionar como um

curso preparatório para os futuros candidatos ao ensino superior, que adequavam-se às exigências dos exames para ingresso nas faculdades estrangeiras.

Ainda sobre o ensino secundário, em 1841 foi criado o Colégio Nossa Senhora dos Remédios, de Domingos Feliciano Marques Perdigão que, para além da formação secundária oferecia o ensino elementar para rapazes. A proposta curricular era ligada ao estudo das humanidades, assim como o Liceu, prezava pelo ensino do Latim, Grego, Francês, Inglês, princípios gerais da Música, Piano, dentre outros (Almanak Administrativo de 1858 Apud ABRANTES, 2014, p. 83).

Outra instituição foi a Casa dos Educandos Artífices do Maranhão criada a partir da Lei Provincial Nº 105, de 23 de agosto de 1841, só sendo inaugurada em novembro desse mesmo ano, sob a direção de José Antônio Falcão, para atender “[...] moços desvalidos, de preferência os enjeitados, e dar-lhes instrução e primeiras letras e um ofício [...]” (VIVEIROS Apud CASTRO, 2009, p.51).

Dentre as atividades de ensino, além dos ofícios mecânicos, era oferecido o ensino da música (instrumentos de corda) e as de instrumentos bélicos, Geometria Prática, dentre outros, os educandos deveriam receber “[...] a instrução de primeiras letras e princípios religiosos [...]” (CASTRO, 2009, p.320). Com o objetivo de oferecer aos rapazes de baixa renda uma educação voltada para o ensino técnico, suprindo à demanda por profissionais, como carpinteiros, pedreiros, sapateiros, entre outros.

A educação feminina também foi contemplada com o Recolhimento de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios, que conforme Rodrigues (2010, p.40), se constituiu na década de 1840, como uma das mais relevantes instituições para o atendimento às meninas desvalidas. No qual passa abrigar também, a partir de 1850 mulheres das mais diversas classes, por diferentes motivos tais como, mulheres casadas, órfãs, viúvas, filhas submissas, educandas e professoras.

A criação do Recolhimento data do século XVIII, pelo Frei Gabriel Malagrida³³. A formação almejada era baseada no exercício das habilidades domésticas e no ensino da doutrina cristã, proporcionando não apenas educação

³³ Gabriel Malagrida (1689-1761), nascido em Menaggio, Milão, foi padre jesuíta italiano. Tendo sido missionário no Brasil e pregador em Lisboa, veio a ser condenado como herege no âmbito do Processo dos Távoras. Foi garrotado e queimado na fogueira num ato de fé realizado no Rossio de Lisboa. Ver mais em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriel_Malagrida ou <https://archive.org/details/historiadegabrie00mury>.

regular, mas garantindo a virtuosidade das moças, para que estas, inseridas de uma conduta moral proporcionada pela instituição, pudessem conseguir um bom casamento (RODRIGUES, 2010, p.53):

O Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, instalado em 5 de agosto de 1753 pelo jesuíta Padre Gabriel Malagrida vítima da Inquisição. A direção ficou a cargo das irmãs Ursulinas nos seus primórdios e posteriormente, das irmãs Dorotéias, até a sua extinção em 1879. Daí, as órfãs e carentes atendidas no Recolhimento passaram para o asilo de Santa Tereza, criado em 1854. (MOTTA, 2004, p.1).

Como a educação feminina, naquela época, não podia ser concebida fora dos preceitos cristãos, o Recolhimento da Anunciação deve ter sido visto pela sociedade como um espaço propício para as moças serem “[...] educadas com pudor modéstias e virtudes cristãs” (REGULAMENTO, 2009, p. 353).

Conforme Abrantes (2004, p. 153),

“A precariedade do ensino ministrado às meninas demonstrava o descaso dos governantes e da sociedade com a educação feminina, justificada pela ideia de que a fragilidade natural da mulher a impedia de aprofundar seus estudos. Sua fraqueza física era seu principal encanto, e por essa razão a mulher devia ser preservada para as ocupações que a natureza lhe destinou, estas dispensáveis de conhecimentos intelectuais”.

Diante desse contexto de precariedade da instrução feminina no Maranhão, em 1844, o Colégio Nossa Senhora da Glória (também conhecido como Colégio das Abranches) foi criado pela senhora Martinha Abranches³⁴, que segundo

³⁴ A senhora Marta Alonso Veado Alvarez de Castro, descendente da aristocracia espanhola, chegou a São Luís no início do século XIX em virtude das invasões napoleônicas. Casou-se com o português João Antônio Garcia de Abranches, rico fazendeiro escravocrata, escritor, jornalista e fundador do jornal **O Censor Maranhense**. Era uma mulher instruída e culta, falava cinco línguas e ficou extremamente assombrada ao encontrar uma Província que não se ocupava da educação de suas mulheres. Ver mais em (MENDES, 2013, p.31).

Mendes, (2013, p.31), tornou-se o primeiro colégio de ensino particular oferecido às mulheres da elite maranhense.

As disciplinas escolares incluíam o ensino de primeiras letras, a instrução artística e moral, educação física, aulas de etiqueta e dança social, bordado, entre outros. Além disso, havia também uma seção para os meninos até os doze anos de idade, nas quais eram preparados para o Liceu Maranhense (MENDES, 2013, p.32),

De acordo com Motta (2004, p.3), ao lado dessas disciplinas, as alunas também participavam dos eventos cívicos e políticos, “[...] através de doações, serões, ao lado da confecção de bandeiras e até roupas para os soldados da Guerra do Paraguai³⁵”.

Nessa mesma época, outras instituições escolares são criadas na Província do Maranhão, o Asilo de Santa Teresa, a Escola Agrícola do Cutim e a Escola de Aprendizes de Marinheiro, com finalidade de recolher e prestar assistência a crianças pobres e desvalidas, oferecendo-lhes o ensino das primeiras letras e uma formação profissional.

Dentre essas instituições escolares o Asilo de Santa Teresa, como determina o capítulo I de seu Regulamento que:

Art. 1º. Fica criada na cidade de São Luiz do Maranhão uma casa de educandos que se denominará – Asilo de Santa Teresa e será posta sob a augusta e valiosa proteção de Sua Majestade a Imperatriz, solicitando o Presidente da Província a permissão para esse fim necessário.

Art. 2º. Tem por fim principal amparar as meninas órfãs que forem desvalidas e as expostas da santa Casa de Misericórdia, recolhendo-as; e por fim secundário educá-las por maneira que possam ser empregadas com vantagem no serviço doméstico. O Asilo admitirá também pensionistas. (RELATÓRIO, 1855).

Com um caráter de formação mais profissionalizante que o Recolhimento de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios, o Asilo atraiu a camada mais popular, uma vez que as habilidades ali desenvolvidas favoreciam para o

³⁵ A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul no século XIX. Rivalidades platinas e a formação de Estados nacionais deflagraram o confronto, que destruiu a economia e a população paraguaias. Teve seu início em dezembro de 1864 e só chegou ao fim no ano de 1870. O Contra as pretensões do governo paraguaio, o Brasil, a Argentina e o Uruguai reagiram, firmando o acordo militar chamado de Tríplice Aliança.

complemento da renda familiar. Segundo Castro (2009, p. 370), aprendiam a “[...] coser, talhar vestidos, bordar, tocar, pentear, fazer flores, enfeites, lavar, engomar, cozinhar [...]” atividades que possibilita-se um ofício. O Asilo de Santa Teresa tinha uma formação mais ampla, do que o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, ao oferecer o ensino de ofícios.

O Asilo era responsável por promover o casamento das meninas desvalidas, logo que chegassem à idade de 16 anos. Para além da educação das moças a instituição funcionava também como uma espécie de gestor da educação feminina, conseguindo alguém interessado o Asilo favorecia o matrimônio, pedindo uma contribuição (quantia) ao rapaz interessado à aquela moça. Existindo a impossibilidade de contribuir a própria instituição incentivava a união doando uma quantia inicial para realização do matrimônio (CASTRO, 2009, p.371).

No Capítulo V, do regulamento desta instituição ficava assegurado um pequeno dote para que fosse confeccionado o enxoval para vida de casado. Para a realização do matrimônio o interessado precisava obedecer um trâmite legal, era necessário que encaminhasse uma petição para obter do Presidente da Província a devida autorização.

Com a mesma finalidade de recolher e educar crianças pobres e desvalidas foi criada a Escola Agrícola do Cutim, criada em 1859, a qual centrou-se na formação de mão-de-obra para as atividades agropecuárias, como o ensino do ofício carpinteiro e do ferreiro, da criação de animais domésticos, e do plantio, colheita e beneficiamento dos produtos agrícolas, como açúcar, arroz milho e algodão (CASTRO, 2012, p. 4)

Ainda com a mesma proposta de atendimento e assistência, em 1861, foi criada a partir da iniciativa do governo imperial, A Escola de Aprendizes Marinheiros que tratou de “[...] formar mão-de-obra para atender à expansão da navegação pelos rios e litoral maranhense [...]” com uma “[...] formação militar para atender as necessidades da Armada Nacional [...]” (Id., *ibid.*, p. 12).

Para atender os filhos da elite maranhense, em 1861 foi criado, por Pedro Nunes Leal, o Instituto de Humanidades, uma escola particular de ensinosa primário e secundário, que possuía um regime de internato e destinada á instrução de rapazes entre 5 a 18 anos, que “[...] estavam se formando necessariamente para tentar os Exames Preparatórios do Governo Imperial e, também, conseguir alguma oportunidade nas universidades europeias” (MELO, 2009, p. 197).

Ainda conforme Melo (2009, p.183), o Instituto se manteve “[...] sem patrocínio algum do governo, cujo papel educacional foi bastante importante para a formação intelectual dos homens da região do norte, seguindo os padrões europeus de ensino.” Tornando-se uma das escolas de maior prestígio da Província no século XIX, tendo como colaborador Francisco Sotero dos Reis, bibliotecário e também professor de latinidade e literatura portuguesa e brasileira até seu fechamento.

A instrução secundária tinha por currículo o latim e o grego, a língua portuguesa, o francês, o inglês e o alemão, ciências e letras, princípios de direito natural, aritmética, álgebra e geometria, trigonometria, princípios de química e física, desenho, música, dança, esgrima e ginástica, entre outros (ABRANTES, 2014, p.85).

Podemos constatar, até aqui, que transformações importantes ocorreram no Brasil Imperial, com a promulgação da Constituição de 1824 e da Lei de 1827 que instituiu a criação de escolas.

Entretanto, é a partir do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que começam a aparecer nas províncias dispositivos legisladores de toda ordem sobre a responsabilidade das Assembleias Provinciais de criarem e administrarem as escolas de primeiras letras e o ensino secundário, baseada na descentralização da instrução, isto é, caberia somente ao governo a responsabilidade de regularizar e administrar o ensino superior e às Provinciais, o poder de legislar sobre os outros níveis de ensino.

Nesse sentido, as propostas educacionais com relação ao ensino de primeiras letras no cenário maranhense, centravam-se em políticas de promoção e difusão do ensino, no intuito de garantir a ordem social, e o desenvolvimento moral, intelectual e político das camadas populares, com as instituições de formação profissionalizantes, tanto para meninas como para meninos. Para tanto, o governo propagava a urgência de estender a instrução elementar a todas as classes, incluindo os menos favorecidos, com o ensino de conhecimentos elementares (ler, escrever e contar), a formação profissional (alfaiates, sapateiros, marinheiros, carpinteiros) e a educação moral (a partir dos dogmas cristãos). Ao mesmo tempo, que o melhor ensino, a melhor cultura, era ofertada para elite com o objetivo de formar os intelectuais, bacharéis e futuros dirigentes da sociedade maranhense.

Todo este processo, entretanto, como demonstram os relatórios dos inspetores de instrução, não ocorreram de forma linear e mesmo atendendo a todos

os ditames da lei ao tempo que eram promulgadas e válidas. Percebemos uma grande dificuldade em fazer a expansão da rede física e da formação de professores primários.

Todavia, sabemos que Maria Firmina dos Reis nasceu, instruiu-se e atuou como professora neste contexto e, mesmo não sabendo se foi à escola, é possível encontrá-la no interior de toda esta dinâmica de organização escolar do período, seja pela sua própria vinculação profissional, seja por sua rede de relações familiares e até mesmo por suas posições educativas nas obras que escreveu. É para ela que voltamos agora o olhar.

CAPÍTULO 2: MARIA FIRMINA DOS REIS: RECONSTRUINDO FRAGMENTOS

Neste capítulo será apresentada a trajetória de vida da escritora e educadora Maria Firmina dos Reis, com vistas a identificar e analisar sua inserção como educadora no cenário educacional maranhense, procurando ainda por indícios de sua atuação. Propusemo-nos desvendar a trajetória percorrida pela maranhense no aprendizado das primeiras letras até sua carreira docente. Para isso, teremos como referência a sua única biografia *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, de José Nascimento Morais Filho³⁶ e dois trabalhos sobre sua literatura, de autorias de Mendes (2006) e Oliveira (2007)³⁷.

Morais Filho nesta biografia reúne poesias, hinos, contos, depoimentos de ex-alunos e alunas da escola que fundou em Maçarico. A pesar do esforço em apresentar, o livro aponta apenas fragmentos da vida e obra da escritora e educadora. O enfoque dado no livro é a preocupação em mostrar o pioneirismo, da autora como a primeira mulher a publicar romance no Brasil³⁸.

Nortearmos uma problematização acerca da construção da imagem de Maria Firmina dos Reis, no que se refere ao seu ressurgimento como um símbolo de mulher letrada maranhense e, a relação dela com seu primo, o professor, poeta, jornalista, político, filólogo e crítico literário, Francisco Sotero dos Reis, que provavelmente teria influenciado sua carreira de educadora e escritora.

O biógrafo Morais Filho (1975, p.12) descreve a maranhense como a primeira romancista brasileira, o símbolo de mulher, maranhense, letrada, negra que

³⁶ José Nascimento Morais Filho nasceu no dia 15 de julho de 1922 em São Luís do Maranhão, foi professor, poeta, jornalista e folclorista, sendo participante do Modernismo em seu estado. Algumas das suas obras, *Clamor da Hora Presente* (1955), *Pé de Conversa* (1957), *Um Punhado de Rima* (1959).

³⁷ Em sua pesquisa Mendes (2006) tem como questão central “(...) rastrear o processo de inclusão e de exclusão das escritoras Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na historiografia literária brasileira do século XIX e XX” e Oliveira, (2007, p.24), busca a “[...] denúncia da condição de desigualdade a que as mulheres e que os africanos e seus descendentes estavam submetidos, no Brasil, do século XIX, devido à atuação do regime patriarcal”.

³⁸ Raimundo de Menezes a incluiu na segunda edição do *Dicionário Literário Brasileiro*, em 1978, e sobre está discursão também diz que Maria Firmina: “[...] É considerada em seu Estado (Maranhão) a primeira mulher a escrever romances no Brasil [...]”. Sendo que “[...] A paulista Teresa Margarida da Silva Orta é considerada a primeira brasileira a escrever romances, mas, segundo os maranhenses, sua obra *Aventuras de Diófanos*, escrita em 1752, foi publicada em Portugal e trata de mitologia grega, um tema que nada tem a ver com o Brasil. Por isso, entendem, não pode ser considerada a primeira escritora brasileira.” (MENEZES, 1978, 570)

ousou escrever. É perceptível a intencionalidade do biógrafo em mistificar ou mitologizar a imagem de Maria Firmina dos Reis, a partir de uma valorização da cultura regional e uma exaltação em prol de construir um símbolo de uma maranhense intelectual, que como negra, ousou escrever em pleno século XIX.

A partir daí, em 1975, Maria Firmina dos Reis, recebeu várias homenagens em comemoração ao sesquicentenário do seu nascimento. Dentre elas, está a publicação da edição fac-similar do romance *Úrsula*, a proclamação do Dia da Mulher Maranhense, como a data de seu nascimento em 11 de outubro e a inauguração de um busto, criado pelo artista plástico Flory Gama, que foi colocado na Praça do Pantheon Maranhense, na capital São Luís. Já na cidade de Guimarães, na qual viveu e trabalhou como educadora, uma escola e uma rua levam o seu nome (MORAIS FILHO, 1975, p.208)³⁹.

³⁹ Nos anexos desta pesquisa disponibilizamos a imagem da edição fac-similar do romance *Úrsula*, do busto, da rua e da escola que levam o seu nome em Guimarães.



Figura 1: O busto de Maria Firmina dos Reis
que se encontra no Museu Histórico e Artístico do Maranhão
Fonte: Acervo pessoal - Carla Sampaio dos Santos, 2015.

Na placa que se encontra no pedestal do busto acima encontram-se os dizeres:

MARIA FIRMINA DOS REIS

Nasceu em 10 de novembro⁴⁰ de 1825, em São Luís/MA; Faleceu em 11 de novembro de 1917 em Guimarães/MA foi a primeira romancista brasileira; Foi a única mulher *aprovada* em concurso público para a cadeira de Primeiras

⁴⁰ Existe uma discordância em relação ao mês de nascimento da escritora. Na placa consta novembro, sendo que o mês correto, segundo os biógrafos, é outubro.

Letras na Vila de Guimarães; Fundou a primeira escola mista e gratuita no Brasil. (Placa do Busto, grifos nosso)

O busto, antes colocado na Praça do Pantheon Maranhense (em frente à Biblioteca Pública Benedito Leite), junto aos outros 17 bustos de intelectuais maranhenses, entre eles Gonçalves Dias, Josué Montello, Graça Aranha e Aluísio Azevedo, foi transferido ao Museu Histórico e Artístico do Maranhão⁴¹. Maria Firmina dos Reis era a única mulher a figurar entre tantos homens considerados importantes nas letras ou na política do Estado.

A visualização do busto nos permitiu retomar a problematização acerca da construção da imagem da maranhense, uma vez que ele foi esculpido quando existia um movimento em mistificar ou mitologizar “redescobrir” e recuperar a figura da intelectual Maria Firmina dos Reis. Neste processo de consagração da imagem da maranhense no cenário nacional, o artista plástico Flory Gama a apresenta como uma mulher diferente da que nos foi apresentada por Moraes Filho a partir de relatos de ex-alunos e filhos adotivos de Maria Firmina.

O artista plástico apresenta uma maranhense com nariz proeminente e mais afilado, os lábios finos, cabelos lisos, amarrados em forma de coque. Sua vestimenta simples e bem cavada, com os seios quase à mostra e bem avantajados, em nada se parece com a mulher pequena, parda, de rosto arredondado, olhos escuros, cabelos crespos (e grisalhos). (MORAIS FILHO, 1975) Além da descrição e da imagem não serem assemelhadas, a representação dela, com roupas tão singelas, colo desnudo e nenhum adereço mostram que o autor não procurou retratá-la em seu tempo, mas justamente retratá-la como uma mulher sem vaidades acentuadas, uma representação social em que seu rosto e expressão devem chamar mais atenção do que seu lugar social ou os signos da época em que viveu. Em nada se parecendo com uma mulher negra ou mulata.

⁴¹ Todos os bustos, inclusive de Maria Firmina, foram retirados da praça por conta da ação de vandalismo, já que estavam sendo pichados. O Museu Histórico e Artístico do Maranhão se localiza na Rua do Sol, na capital, São Luís.

Então, a partir desse cenário de valorização da intelectual maranhense, criado por seu biógrafo, a maranhense passa a ser objeto de pesquisas acadêmicas, ganhando visibilidade no cenário nacional⁴².

O levantamento bibliográfico realizado mostra que os trabalhos de pesquisa feitos sobre Maria Firmina dos Reis estão no campo da Crítica Literária e da História. As pesquisas versam sobre o resgate da imagem de um cânone maranhense e estudos de sua obra mais famosa, *Úrsula*, tendo como análise a narrativa, os personagens para sua crítica à escravidão.

Maria Firmina dos Reis nasceu em 11 de outubro de 1825, no bairro de São Pantaleão, na Ilha de São Luís, capital da província do Maranhão, registrada por João Esteves e Leonor Felipa dos Reis⁴³. Mudou-se aos cinco anos de idade, com sua avó, mãe, a irmã Amália Augusta dos Reis e a prima Balduína, para a casa de sua tia Henriqueta, na vila de Guimarães, próxima a São Luís. Era prima, por parte de mãe, do escritor e professor maranhense Francisco Sotero dos Reis (MORAIS FILHO, 1975, p.205).

Com relação à educação que teve na infância, a própria Maria Firmina dos Reis em seu álbum⁴⁴, cujo título é *Resumo de minha vida*, nos conta que,

⁴² Apresento algumas pesquisas do cenário nacional e maranhense sobre Maria Firmina dos Reis, tais como NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. **O negro e a mulher em Úrsula de Maria Firmina dos Reis**. 1. ed. Rio de Janeiro: Caetés, 2009. 130p; SANTOS, Carla Sampaio dos. **Educação, Negritude e Condição Feminina: uma análise sobre Úrsula, romance abolicionista de Maria Firmina dos Reis** Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, (monografia e graduação), 2013.; LOBO, Luiza. **Auto-retrato de uma pioneira abolicionista**. In: *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993, P. 222-238. BATISTA.; SILVA, Régia Agostinho. **A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX**. 2013.177f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo – SP. 2013. CONCEIÇÃO, Maria Moreira de. **A tríade escrava na obra**. São Luís: UFMA, 2002, monografia.; DUARTE, Eduardo de Assis. **Maria Firmina e os primórdios da ficção Afro-brasileira**. In: *Úrsula, A escrava*. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.; MUZART, Zahidé Lupinacci. **Maria Firmina dos Reis**. In: MUZART, Z. L. (Org.). *Escritoras Brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000, P. 264-284.

⁴³ Seus filhos adotivos Leude Guimarães e Nhaninha Goulart, relatam a existência dois apelidos, Diliquinha “[...] assim chamavam Maria Firmina em casa, e os íntimos.” E o outro era Mamanquinha. (apud MORAES FILHO, 1975, p.209 e 222)

⁴⁴ Segundo Mendes (2006, p.27), são pequenos textos, a maioria versando sobre a dor da partida. O tom que domina é o elegíaco. É uma autobiografia intitulada “Resumo de Minha Vida”. Os textos são de 9 de janeiro de 1853 e 1º de abril de 1903. Como informa o senhor Leude Guimarães, filho adotivo da escritora, os documentos da sua mãe, que estavam em seu poder, foram roubados de um baú, em um hotel em São Luís, restando apenas parte do diário. O pesquisador Nascimento Moraes Filho, de posse das informações e do restante dos manuscritos, publicou-os junto à obra de resgate da escritora Maria Firmina dos Reis (Nascimento Moraes Filho. *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*). No entanto, Luiza Lobo (*Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves 1993. p. 222-238) questiona que o Álbum esteja incompleto. Para ela, esse parece ter forma originalmente entrecortada e descontínua. Ao ser publicado, foram invertidas as páginas.

“De uma compleição débil e acanhada, eu não podia deixar de ser uma criatura frágil, tímida e, por conseqüência, melancólica: uma espécie de educação freirática veio dar remate a estas disposições naturais. Encerrada na casa materna, que só conhecia o céu, as estrelas e as flores que minha avó cultivava com esmero; talvez por isso eu tanto amei as flores; foram elas o meu primeiro amor. Minha irmã... minha terna irmã e uma prima querida foram as minhas únicas amigas de infância; e, nos seus seios, eu derramava meus melancólicos e infantis queixumes; por ventura sem causa, mas já bem profundos [...] Vida!... Vida, bem penosa me tens sido tu! Há um desejo, há muito alimentado em minha alma, após o qual minha alma tem voado infinitos espaços e este desejo insondável e jamais satisfeito, afagado, e jamais saciado, indefinível, quase que misterioso, é, pois, sem dúvida, o objeto único de meus pesares infantis e de minhas mágoas. Eu não aborreço os homens, nem o mundo, mas há horas e dias inteiros que aborreço a mim própria (MORAIS FILHO, 1975).

Esse é o único documento, escrito pela própria Maria Firmina dos Reis, que sinaliza o tipo de educação que lhe foi proporcionada. Não é possível, determinar se frequentou algum estabelecimento de ensino para o aprendizado de primeiras letras e/ou se passou a frequentar alguma escola de formação para exercer o cargo de professora de primeiras letras, mas nota-se pela sua própria declaração, que sua educação teve um modelo freirático, coisa que se percebe, aliás, por suas palavras, que indicavam a casa da mãe como um lugar de recolhimento extremo, seu reconhecimento de ter sido uma criança tímida que, pela educação, tornou-se também melancólica. Mais à frente, neste Álbum, ela mostra-se a clamar pela piedade divina, para que sua morte chegasse, a fim de livrá-la do sofrimento e das dores do existir.

É difícil, pela documentação encontrada determinarmos se, e de que maneira Maria Firmina dos Reis iniciou sua formação para os saberes e as práticas escolares durante sua infância, até sua inserção no exercício docente. Os únicos registros que obtivemos são relatos esparsos da própria Maria Firmina que fazem parte do seu álbum pessoal.

Em um desses relatos, Maria Firmina dos Reis deixa a entender a ideia de que seus ensinamentos teriam sido concebidos no seio familiar, quando no escrito “A memória de minha venerada mãe”, de 7 de abril de 1871, agradece à sua mãe pelo incentivo a prática da leitura, e, possivelmente a prática da escrita, declarando que:

[...] É a ti que devo o cultivo de minha fraca [inteligência]; - a ti, que despertaste em meu peito o amor a literatura; - e que um dia me disseste:

Canta!

Eis pois, minha mãe, o fruto dos teus desvelos para comigo; - eis as minhas poesias: - acolhe-as, abençoa-as do fundo do teu [sepulcro] [...].

A escritora atribuiu à sua mãe, o amor e o interesse pela prática da leitura, sinalizado que o gosto pela leitura e pela escrita nasceu no espaço familiar. Portanto, podemos acreditar que Maria Firmina dos Reis teve sua iniciação no campo das letras desde cedo, com o incentivo materno.

Nota-se ainda que a maranhense, nos dois relatos, demonstra uma consciência social sob a “educação freirática” que a mulher vivia relegada no século XIX. Lembrando que a educação primária oferecida às mulheres, em geral, consistia no ensino de conteúdo moral, social e religioso, além do trabalho manual, como coser, lavar, a delicada arte de ‘ser mulher’, de ser mãe, dona de casa, e um pouco de bordados, música, orações, etc.

Princípios considerados morais como a timidez eram ensinados às mulheres a fim de serem recatadas ou, mostrar-se dessa forma diante de estranhos, dirigido com o intuito de fortalecer o papel de mãe e esposa. (ABRANTES, 2004, pág. 157)

Ainda, segundo Mendes (2006, p.26), Maria Firmina foi uma mulher autodidata, sua instrução se fez através de muitas leituras, pois lia e escrevia francês fluentemente. Defende essa teoria, por que a maranhense fez traduções do francês para publicações e, em seus poemas, encontram-se epígrafes em francês⁴⁵.

Além disso, para Mendes em suas obras foi possível constatar marcas de escritores internacionalmente conhecidos, George Gordon Byron, de Bernardin de Saint-Pierre, de Harriet Beecher Stowe, de Louis de Larmatine, de William Shakespeare, de João Almeida Garret, entre outros⁴⁶. (ibidem, p.26)

⁴⁵ Como pode ser identificado em “Je t’aime! O ma vie” (Byron). Apud MORAIS FILHO, José Nascimento. Maria Firmina dos Reis – fragmentos de uma vida. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975 (Mendes 2006, p.26).

⁴⁶ **George Gordon Byron (Lord Byron) 6º Barão** Byron (1788-1824), nascido em Londres – Inglaterra, conhecido como Lord Byron, foi um poeta britânico e uma das figuras mais influentes do Romantismo. Entre os seus trabalhos mais conhecidos estão os extensos poemas narrativos *Don Juan*, *A peregrinação de Childe Harold* e o curto poema lírico *She Walks in Beauty*. **Jacques-Henri Bernardin de Saint-Pierre** (1737-1814), nascido em Le Havre – França foi um escritor e botânico

Com o processo pós-independência a influência portuguesa vai cedendo o lugar à literatura francesa e inglesa no Brasil, e isso, foi identificado nas referências de leitura e nas obras de Maria Firmina, com as traduções e epígrafes em francês.

A partir da análise da escritora Harriet Beecher Stowe foi possível reconhecer similaridade entre o livro, *A Cabana do Pai Tomás* (1851)⁴⁷ e o romance *Úrsula* (1859) de Maria Firmina. As obras tiveram como proposta abordar a questão da luta dos escravos contra os senhores de engenho à procura de liberdade. Cada autora fez isso a partir de sua realidade, uma nos Estados Unidos e a outra no Brasil. É provável que Maria Firmina se valeu da ideia da Elizabeth Beecher Stowe para falar de uma mesma escravidão só que seu olhar foi para o Brasil.

Outro escritor foi João Almeida Garret que com sua publicação periódica as *Memórias de uma África Sofrida* (1830), apresentou aos leitores características sobre o continente africano, como plantação, população que, possivelmente, Maria Firmina se valeu para realizar uma escrita tão minuciosa no livro *Úrsula*, sendo um lugar que nunca conheceu.

Com estas poucas indicações, o que quero destacar aqui é que Maria Firmina provavelmente teve acesso e inspirou-se em obras, que lidas no original, ou em alguma tradução, inseriam-na em uma grande cultura letrada, o que a colocava em lugar de destaque para formação intelectual de sua época.

Mas, voltemos nossa análise para a educação formal de Maria Firmina. Para além do incentivo de sua mãe, para a leitura e escrita dos textos literários, a

francês nascido que usou o primitivismo cultural criando uma das ideias formadoras do movimento romântico francês. Entre os seus trabalhos estão *L' Arcadie* (1781), *Études de la nature* (1784) e *La Mort de Socrate* (1808). **Harriet Elizabeth Beecher Stowe** (1811-1896), nascida em Litchfield, Connecticut - EUA foi escritora abolicionista. Entre seus trabalhos, o mais famoso é o romance *Uncle Tom's Cabin* ("A Cabana do Pai Tomás). **Alphonse Marie Louis de Prat de Lamartine** (1790-1869) nascido em Mâcon - França foi um escritor, poeta e político francês. Seus primeiros livros de poemas *Primeiras Meditações Poéticas* (1820) e *Novas Meditações Poéticas* (1823). Seus trabalhos influenciaram o romantismo na França e em todo o mundo. **William Shakespeare** (1564-1616), nascido em Stratford-upon-Avon - Reino Unido, foi um poeta, dramaturgo e ator inglês, tido como o maior escritor do idioma inglês e o mais influente dramaturgo do mundo. É chamado frequentemente de poeta nacional da Inglaterra e de "Bardo do Avon". Entre os seus trabalhos estão *Hamlet*, *Macbeth*, *Romeu e Julieta* e *Júlio César*. **João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett** (1799-1854), nascido em Lisboa - Portugal e mais tarde 1.º Visconde de Almeida Garrett, foi um escritor e dramaturgo romântico, orador, par do reino, ministro e secretário de estado honorário português. Entre seus trabalhos, *Camões* (1825), *Dona Branca* (1826) e uma publicação periódica de *Memórias de uma África Sofrida* (1830).

⁴⁷ Apresenta, de forma romancada, o conflito vivido entre os escravos norte-americanos e os ricos proprietários de terras no sul dos Estados Unidos, mostrando quão infame era a escravidão. *A Cabana do Pai Tomás* é uma história de fé, coragem, determinação, perseverança e luta pela liberdade.

maranhense tinha na figura do primo Francisco Sotero dos Reis, professor, poeta, jornalista, político, filólogo e crítico literário, uma admiração e de reconhecimento por seu papel social.

A própria Maria Firmina dos Reis atesta isso, em uma poesia oferecida a seu primo, num claro elogio à sua dedicação ao Maranhão. Destacamos abaixo trechos do texto:

Minha Terra

OFFERECIDA AO DISTINCTO LITTERATO O SR. FRANCISCO
SOTERO DOS REIS.

Maranhão! assucena entre verdores,
Gentil filha do mar - meiga donzella,
Que a nobre fronte, desprendida a coma,
Dos seios do oceano levantaste!
Quando és nobre, e formosa - sustentando[...]
[...] Oh! como é bello contemplar-te posta
Mole sultana n'um divan de prata,
Cobrando amor, adoração, respeito,
Dando de par ao estrangeiro- o beijo,
E a fronte ornando de laureis viçosos!
Patria minha natal, - ninho de amores...[...].

Sua poesia traz um lirismo exacerbado sobre a ilha de São Luís, na contemplação das belezas e, ao deixar claro seu carinho pela cidade na qual nasceu e que, neste texto, idolatra. Ao mesmo tempo, reverencia e reconhece seu primo Francisco Sotero dos Reis, colocando-lhe no patamar de um “Distinto Literato”, isto é, como um dos grandes escritores da época.

Percebemos que a trajetória de vida de Maria Firmina dos Reis dialoga de alguma forma com este professor, Francisco Sotero dos Reis, 25 anos mais velho que ela. Ele mesmo, filho de uma educadora, que segundo consta, foi a responsável por dar-lhe acesso às primeiras letras⁴⁸. Ambos estabeleceram um papel social de

⁴⁸ Era visto como modelo a seguir, uma vez que, desde muito jovem, tinha uma conduta exemplar como filho (assumiu a responsabilidades da casa aos 18 anos depois da morte de seu pai, deixando de realizar seu sonho de cursar faculdade de medicina na França) e dedicou-se integralmente às

destaque no cenário da instrução pública maranhense, na atuação como educadores, nas suas práticas de escrita com suas obras publicadas e na colaboração de textos em jornais locais.

Sabemos também que antes de iniciar suas atividades como escritora Maria Firmina “[...] *[disputou] com duas concorrentes a vaga da cadeira de primeiras letras a cidade de Guimarães, e [foi] a única aprovada [...]*” (MORAIS FILHO, 1975), tornando-se, então, professora de primeiras letras no ensino público oficial na Vila de Guimarães.

Temos como hipótese que seu primo Sotero dos Reis, como Inspetor de ensino daquela época, tenha participado como avaliador ou acompanhado o processo de seu exame. Como consta no trecho abaixo, um ano após a posse da professora, o primo Sotero dos Reis deixa o cargo, para ocupar a função de deputado provincial:

A' Francisco Raimundo Quadros – Pelo seu officio de hontem sob n. 1 fico inteirado de achar-se Venc. exercendo interinamente o cargo de Inspector de Instrucção Publica em lugar do Lente Francisco Sotero dos Reis que o exercia e que passou a tomar assento na Assembleia Legislativa Provincial. (JORNAL PUBLICADOR MARANHENSE, Agosto/1848, Trecho transcrito, Figura 2⁴⁹)

Outra questão, que reforça a hipótese de que ambos tinham uma relação, ainda que voltadas às questões profissionais na instrução pública, está no fato de seu primo Sotero dos Reis ter exercido por muitos anos o cargo de inspetor de ensino⁵⁰. Além de participar de comissões para “[...] *organizar mais regularmente, as funções do magistério Público da Província*” no que fosse “[...] *conveniente codificar na legislação existente sobre a instrução primária e secundária [...]*” e tendo total

letras e ao seu ensino, foi um intelectual que nunca saiu de sua província. Teve contato com os livros apenas aos doze anos quando adoeceu e passou um tempo na fazenda dos pais (na cidade de Guimarães). Depois de seu retorno à cidade de São Luís, deixou a carreira de comerciante da família do pai Baltasar José dos Reis e começou a estudar latim, filosofia e retórica na escola pública do Convento de Nossa Senhora do Carmo e, em aulas particulares, aprende a língua francesa e aritmética.

⁴⁹ Optamos por transcrever todos os comunicados oficiais provinciais maranhenses por estarem em péssima conservação. Denominamos de figuras que vão do número 2 a 12 que compõem o corpo do texto. Contudo seus originais encontram-se na parte dos anexos.

⁵⁰ Conseguimos localizar as nomeações para o cargo nos anos de 1838, 1848, 1849, 1850, 1858 e 1863 conforme Jornal Publicador Maranhense. Ver em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

autonomia para as devidas “[...] correções, e complementos que julgarem necessário [...]”⁵¹.

Como podemos constatar, Sotero dos Reis influenciou diretamente na criação/organização da instrução pública maranhense, no seu envolvimento como Inspetor de ensino e com seus trabalhos de cunho didático-pedagógico na formação educacional do Maranhão⁵². Nesse último, em 1863, foi estabelecido que suas *Apostilas de gramática geral aplicada à língua portuguesa* seriam utilizadas no ensino de gramática nas escolas de primeiras letras⁵³. Entendemo-nos que Maria Firmina dos Reis, na condição de professora de primeiras letras da Vila de Guimarães estabeleceu uma rede de relações com seu primo, no que se refere ao seu papel de Inspetor de ensino e no uso de suas Apostilas.

Dos poucos documentos que conseguimos localizar sobre a sua trajetória como educadora, está a sua nomeação, de 15 de outubro de 1847:

Nomeação para Professora de primeiras letras de sexo feminino da Vila de Guimaraes Maria Firmina do Reis.
Doutor Joaquim Franco de Sá oficial da Imperial Ordem da Rosa Cavalleiro da de direito, juiz de Direito da Comarca de Alcântara, Deputado á assembleia legislativa, e ao presidente da província do Maranhão [...]. Faço saber aos que este Alvará [olharem], que atendendo a que Maria Firmina do Reis, depositara á cadeira de primeiras letras do sexo feminino da Vila de Guimarães, se acha competentemente habilitada na fo9rma da lei de quinze de outubro de mil oitocentos e quarenta e sete, [lhe foi] bem, em conformidade das leis em vigor [...]. (LIVRO DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL DO MARANHÃO, Outubro/1847, Trecho transcrito, Figura 3)

No dia 03 de maio deste mesmo ano, cinco meses antes de se tornar professora de primeiras letras na Província do Maranhão, o inspetor público, em

⁵¹ Comissão composta por Francisco Sotero dos Reis, João Francisco Lisboa e Francisco e Mello Coutinho de Vilhena. Ver em: <http://memoria.bn.br>

⁵² Conforme MELO (2009, p.177) Sotero dos Reis destacou-se como importante referência nos capítulos da história das ideias gramaticais do Brasil, com suas duas gramáticas pioneiras e inovadoras: *Postilas de gramática geral aplicada à língua portuguesa pela análise dos clássicos* e a *Gramática Portuguesa* e, no âmbito da historiografia literária, porque produziu uma das principais histórias literárias para a época, o seu *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*.

⁵³ Uma determinação do Secretário de Instrução Pública do Maranhão, que consta no Jornal Publicador Maranhense em 6 de março de 1863. Ver em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720089&pasta=ano%20186&pesq=sotero%20dos%20reis>.

relatório dirigido a Assembleia Provincial solicitou que a mocidade seja capacitada para colaborar no desenvolvimento do trabalho no país. E para isso, o inspetor entendia que o Liceu Maranhense precisava oferecer disciplinas “[...] corpos phisicos, sobre a acção dos agentes naturaes sobre as combinações, e applicações mechanicas [...]”⁵⁴ (RELATÓRIO, 1847, p.41-42).

No que tange à instrução primária, lugar de atuação da Maria Firmina, o inspetor diz que:

[...] Muito maiores são as providencias que reclama a instrução primaria, que exige ampla correcção, assim no pessoal, e material, como na sua organização e regulamento. Os professores em geral nem sabem, nem podem cumprir bem os seus deveres; d’elles há cuja simples escriptura bastaria para constituir o corpo de delicto mais procedente de ignorancia, e imperícia; e quase todos se achão desprovidos não só de casas apropriadas, senão dos objectos, e utensis mais indispensáveis: o Governo lh’os não tem fornecido por falta de fundos, sendo que tal auxilio importaria avultada despesa, e porque em tanta desordem o remedio deve ser mais radical, e completo. Cumpre, Senhores, rehabilitar antes o Professorato Elementar por novos exames, como acertadamente determina o art. 2, da Lei n.º 76 e com novos Regulamentos, para depois apercebel-o dos meios materiaes, cujo despendio seria mal aproveitado sem essa providencia preliminar [...]. (ibidem, p.43)

O descompasso entre a demanda social, a qualidade do ensino e a efetiva aplicabilidade da lei foi a tônica, como vimos no Capítulo anterior, da instrução pública maranhense. Maria Firmina dos Reis ao assumir a cadeira de primeiras letras na Vila de Guimarães deparou-se com a escassez de recursos financeiros, uns dos entraves para o avanço da instrução. Além dos *parcos recursos* da província, número insuficiente de edifícios para as aulas, de objetos e livros, baixa frequência dos alunos e mestres poucos ou nada habilitados, sem preparo para o cumprimento de seus deveres. (RELATÓRIO, 1847, 43)

Ainda sobre este relatório (1847, p.43), o inspetor de ensino, ao falar dos professores alude sobre as “abusivas condescendências”. Isto é, a prática de favorecimento por parte dos examinadores na aprovação de professores sendo,

⁵⁴ No mesmo relatório é sugerido à criação de duas aulas sobre física elementar e mecânica aplicada as artes e outra de agrimensura se juntando as de geometria, álgebra e trigonometria, já estabelecidas, formaria um curso de ciências da física.

para ele, uns dos procedentes para falta de preparo dos mestres no exercício de seus deveres.

Ademais, indica a necessidade do governo regulamentar critérios de “formalidades” para a aplicação dos exames e a especificação de habilidades necessárias para exercer o cargo no magistério. Deixando claro, a sua insatisfação ao modelo de admissão e a prática de favorecimento para beneficiar candidatos.

Sobre a atuação de Maria Firmina dos Reis, localizamos no livro *Cronologia da História de Guimarães*, de Paulo Oliveira o relato que no ano de 1863, “[...] na vila, dois professores públicos de primeiras letras: Daniel Vitor Coutinho lecionava meninos, e Maria Firmina dos Reis, com quatorze meninas [...]”. E no jornal *Publicador Maranhense*, de 6 de maio de 1867 com o título Gazetilha que a cadeira de primeiras letras foi assumida pela maranhense em, “[...] *Guimaraes, professora D. Maria Firmina dos Reis, 8 [alunas] [...]*.”

Estes foram os únicos documentos localizados sobre a vivência em sala de aula da Maria Firmina dos Reis. Contudo podemos levantar algumas hipóteses sobre sua prática em sala como professora de primeiras letras na Vila de Guimarães.

No capítulo anterior, foi mencionada a Lei, nº 267 de 17 de dezembro de 1849, que no seu Art.1 determinava que os professores públicos de primeiras letras da província optariam pelo método de ensino individual, simultâneo e lancastrino com base na quantidade de alunos em sala de aula. A aplicação dos métodos se baseava na quantidade de alunos que se matriculavam nas escolas, e que igualmente determinava o salário dos (a) professores (a)s.

Sendo assim, levando em consideração o exposto e o regulamento do Art.2º, que determina que os professores que tiverem “[...]de 10 a 39 alunos ensinarão pelo método individual e receberão o ordenado anual de trezentos mil réis e a gratificação adicional de três mil réis por cada aluno, que crescer desde o undécimo até o trigésimo nono inclusive”, podemos supor que a educadora Maria Firmina dos Reis em suas aulas teve como prática de ensino o método individual, ao ter como frequência 14 meninas, em 1863 e de 8 meninas em 1867. Além disso, teria como ordenado anual o valor de trezentos mil réis, já a gratificação adicional de três mil réis por cada aluno, *talvez lhe fosse facultada quando tivesse mais de 10 alunas.*

A partir da análise dos documentos sobre o ensino no Maranhão no período, foi possível também contextualizar as condições em que a professora Maria Firmina dos Reis exerceu a docência, e perceber ainda como fez uso da prerrogativas das Leis da época, para sua prática na sala de aula.

A contextualização da instrução pública realizada no capítulo anterior possibilitou compreender em qual contexto educacional Maria Firmina dos Reis atuou em meados do século XIX. O diagnóstico, por parte dos governantes, a partir dos relatórios era sempre pessimista indicando a necessidade de reforma no ensino, pois, segundo eles, não era a falta de zelo dos legisladores que impedia o avanço da instrução pública, mas sim a escassez de recursos financeiros⁵⁵, assim como a “[...] *falta de zelo e a negligencia de alguns professores, que não cumpriam como deveriam as suas obrigações [...]*”. (RELATÓRIO, 1861, p.18)

Quando se tratava dos professores, os inspetores de ensino eram categóricos sobre a necessidade de estabelecer termos leais para controlar e fiscalizar a dedicação e a assiduidade dos mesmos. Para isso, os inspetores adotaram a prática de visitas às escolas para averiguar o trabalho dos professores. Como seu primo, Francisco Sotero dos Reis exerceu a função de inspetor de ensino nos anos de 1838; 1848; 1849; 1850; 1858; 1863, é provável que ele tenha realizado visitas às turmas sob responsabilidades da professora Maria Firmina.

Maria Firmina dos Reis, na condição de professora de primeiras letras de sexo feminino na Vila de Guimarães, *competentemente habilitada na forma lei*, utilizou-se da prerrogativa de sua função para fundar uma escola mista e utilizou-se amplamente de pedidos de afastamento de suas funções docentes por meio de licenças. Esta última nos deteremos mais à frente.

Em relação à abertura de escolas mistas, identificamos que o relatório (1877, p.38), estabeleceu que,

⁵⁵ A escassez impossibilitava o desenvolvimento do ensino, pois ficavam impedidos [...] de dotar as escolhas com edifícios próprios, e solicita provê-las de moveis e utensilios que lhes faltão. Sem isso jamais haverá eschola regular. (RELATÓRIO, 1857, p.11).

“[...] inspetor da instrução publica que permitisse as escolas do sexo feminino sejam frequentadas por meninos de seis a nove [anos], [ideia] hoje aceita em todos os [países] como de grande proveito para o ensino dos meninos de tal idade”.

Somente após três anos esta medida ser estabelecida, Maria Firmina dos Reis, conforme Mendes (2006, p. 19) fundou “[...] *um ano antes de sua aposentadoria, a primeira escola mista no Maranhão, tendo esta funcionado até 1882 [...].*” De acordo com Morais Filho (1975), em 1880, Maria Firmina dos Reis fundou uma aula mista em um barracão, no povoado de Maçaricó. A escola funcionava em espaço cedido pelo fazendeiro Domingo Mondego⁵⁶, visto que a maranhense era educadora de suas filhas, Anica e Amália, passou a ser também, a partir daí, responsável pela instrução das filhas e filhos de outros fazendeiros⁵⁷, na qual meninas e meninos estudariam juntos, em conformidade com o exposto no relatório de 1877, como alternativa registrada pelo próprio inspetor de instrução.

Já no que se refere ao seu salário e recursos para manutenção da escola, ficou estabelecido que o pagamento só seria realizado por quem tivesse condições, para quem não o tivesse, o ensino seria gratuito.

Ainda sobre esta iniciativa de Maria Firmina, Morais Filho (1975), apresenta em seu livro relatos de três ex-alunos da escola, D. Nhazinha Goulart, Sr. Leude Guimarães e D. Eurídice Barbosa Cardoso respectivamente, na época, com 84, 92 e 91 anos. Os dois primeiros vieram a ser filhos adotivos da Maria Firmina.

Em seus depoimentos, os ex-alunos, nos brindam, mesmo de maneira fragmentada, com alguns indícios sobre o funcionamento, a frequência, a receptividade da escola naquele período e a postura da educadora Maria Firmina.

Sr. Leude Guimarães relata que a escola funcionava no “barracão” cedido pelo Domingo Mondego, na qual frequentavam “[...] as filhas do fazendeiro João Damas de Azevedo, Loló, Santa e Dona [...]”, ainda “[...] haviam outras meninas e meninos, mas não lembro dos nomes [...]”.

⁵⁶ Domingo Lourenço da Silva Mondego, major reformado e fazendeiro, um homem influente e produtor de açúcar da época (Jornal Pacotilha, 1886).

⁵⁷ Morais Filho (1975) relata que Maria Firmina dos Reis instruía as filhas de outros fazendeiros, porém só consta o nome do fazendeiro João Damas de Azevedo e os nomes filhas Loló, Santa e Dona que frequentavam a escola.

D. Nhazinha Goulart, conta que nas aulas [...] era todo mundo junto: meninos e meninas. “Quem tinha posses pagava e quem não tinha não pagava.” Sobre o transporte utilizado para chegar à escola diz [...] a gente ia com Maria Firmina num carro de boi e Pranchada era o pajem.”

D. Eurídice Barbosa Cardoso nos relata que a “[...] mestra Maria Firmina era enérgica, falava baixo não aplicava castigos corporais, não ralhava: aconselhava.” A sala era “[...] meninas e meninos, estudando juntos. A aula funcionava pela manhã.” (MORAIS FILHO 1975, p.311)

Em posse dos relatos nos foi possível conhecer, mesmo que minimamente, características sobre a escola mista e gratuita fundada por Maria Firmina por meio da prerrogativa presente no relatório (1877, p.38).

Era uma sala de aula que funcionava na propriedade de um senhor de engenho, na qual lecionava para as filhas do proprietário e para outras crianças. Quando Maria Firmina decidiu-se por organizar esta escola, ela estava com 54 anos e já completara 34 anos de magistério público oficial, sendo, portanto, um considerável tempo no exercício docente.

É evidente pelas falas dos depoentes e pelo consentimento dos pais para a abertura da escola que Maria Firmina era estimada pela população da Vila, tendo o respeito e a confiança, para a instrução dos seus filhos.

Tinham por prática buscar o aluno em um carro de boi para levá-lo à aula, significaria uma preocupação quanto à frequência dos alunos sendo que na própria fala de uma delas, a retrata como uma *mestra enérgica* que ao mesmo tempo *aconselhava*.

Sobre sua prática de ensino em sala de aula foi possível apenas identificar que Maria Firmina não se valeu dos *castigos corporais* pra ensinar seus alunos. Mas, sobre estes depoimentos, Moraes Filho promoveu um elogio, que se voltou para a construção de sua visão sobre a mestra:

“Era uma *mestra enérgica* cobrava e exigia de seus alunos falando *baixo* e *não ralhava* um dedo neles por entender que o ensino não se aplicada de maneira efetiva com o uso de castigos, mas sim no diálogo quando o ex-aluno diz *não ralhava: aconselhava*.” (MORAIS FILHO 1975, p.311).

Já sobre o salário, não temos todas as informações, tendo em vista que não sabemos se ela continuava recebendo o mesmo que lhe era assegurado em Guimaraes. Mas sabemos que o pagamento por parte dos alunos era facultativo aos alunos, mas não eram não excluídos os que eventualmente não tinham condições de custear pelos serviços.

2.1 Dos afastamentos à aposentadoria

Não podemos esquecer que um dos desafios da pesquisa está no tornar *fragmentos* em indícios. Basicamente, mergulhar nos fragmentos sobre a formação de Maria Firmina como professora e no seu processo docente nos intrigou e nos fez buscar conhecer mais deste lugar ocupado por ela que foi silenciado pelo tempo.

Em visita ao Arquivo Público Maranhense, ao manusear os Livros Provinciais, o Jornal da Tarde e Publicador Maranhense foi possível encontrar pedidos e prorrogação de licença de Maria Firmina dos Reis, assim como um pedido de afastamento do exercício docente na Vila de Guimaraes, alegando problemas de saúde.

A contar seis anos de sua nomeação, a maranhense passou a fazer uso dos pedidos de licenças da sua função como professora de primeiras letras. Optamos por transcrevê-los todos aqui:

Licença concedida a professora de primeiras letras da Vila de Guimarães D Maria Firmina dos Reis

O Presidente da Província resolve conceder dois meses de licença com os respectivos vencimentos, a D Maria Firmina dos Reis, professora publica de [primeiras] letras da Vila de Guimarães para tratar de sua saúde como lhe convier, devendo {?} gozar dela dentro do prazo de vinte dias. Palácio do Governo do Maranhão em 4 outubro de 1853. (LIVRO DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL DO MARANHÃO, Outubro/1853) (Trecho transcrito, figura 4)

Licença concedida a professora de primeiras letras da Vila de Guimarães Maria Firmina dos Reis

O presidente da província resolve conceder dois meses de licença com os respectivos vencimentos a Maria Firmina dos Reis, professora publica de [primeiras] letras da Vila de Guimarães, para tratar de sua saúde, como lhe convier, a qual deverá ter principio dentro do prazo de vinte dias. Palácio do governo do Maranhão 4 de outubro de 1854. (LIVRO DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL DO MARANHÃO, Outubro/1854) (Trecho transcrito, figura 5)

Licença da professora publica das primeiras letras da Vila de São José de Guimarães, D. Maria Firmina dos Reis.

Palácio do G. O Presidente da Província do Maranhão 15 de março de 1856. O Presidente da Província resolve conceder a D. Maria Firmina dos Reis, da professora publica das primeiras letras da Vila de São José de Guimarães um mês de licença. (LIVRO DA

ASSEMBLEIA PROVINCIAL DO MARANHÃO, Março/1856) (Trecho transcrito, figura 6)

Prorrogação da licença de D. Maria Firmina dos Reis, professora publica das primeiras letras da Vila de São José de Guimarães.

Palácio da Presidência da Província do Maranhão 16 de junho de 1856. O presidente da Província {?} prorroga mais trinta dias a licença por portaria de 15 de março de 1856 que foi concedida a D. Maria Firmina dos Reis, professora publica das primeiras letras da Vila de São José de Guimarães [...]. (LIVRO DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL DO MARANHÃO, Maio/1856) (Trecho transcrito, figura 7)

Como podemos ver, foram 4 processos oficiais, concedendo e/ou prorrogando licenças à professora, no anos de 1853, 1854, 1856. Sem dúvida, é possível considerar que esse número expressivo de licenças mostram-na como uma professora que conhece e faz uso das regras burocráticas e administrativas, na sua condição funcionária pública da época. E o certo também é que as licenças foram concedidas, com argumentos favoráveis a ela para atender questões de ordem pessoal, associados à saúde.

Por outro lado, há também um indício de certa incapacidade do poder público na aplicabilidade das leis de controle. Há a possibilidade de, pela falta de boa remuneração, as dificuldades de manutenção das classes, a ausência de materiais escolares, dentre outros, como ocorria com tantos outros professores e professoras à época, que a professora Maria Firmina tenha se desobrigado de uma maior frequência às aulas.

A seguir, as figuras 7 e 8 mostram mais dois pedidos de licença. Sendo que, coincidem com o ano de publicação de duas de suas obras. A figura 7, em 1859 com a publicação do seu primeiro romance, *Úrsula*. E a figura 8, em 1871, mesmo ano do seu livro de poesias, *Cantos à Beira Mar*

GOVERNO DA PROVINCIA

Expediente do dia 2 de setembro

O vice – presidente da província resolve conceder á D. Maria Firmina dos Reis, professora publica de primeiras letras da Villa de Guimmarães, dois mezes de licença com os respectivos vencimentos para tratar de sua saúde onde lhe convier,devendo começar a gosar dela dentro do praso de vinte dias. (JORNAL DA TARDE, Setembro/1859) (Trecho transcrito, Figura 8)

SECRETARIA DO GOVERNO.
EXPEDIENTE DO DIA 14 DE MARÇO DE 1871.

A Dr. inspector da instrucção publica – Sua Exc, o Sr. Presidente da província manda comunicar a V. S. que, por portaria d’esta data, resolveu prorogar por mais tres mezes no termo da lei n. 923 de julho de 1870 a licença que em 5 de agosto do mesmo anno foi concedida à professora publica de primeiras letras do sexo feminino da freguezia de S. José de Guimarães, D. Maria Firmina dos Reis. (Jornal Publicador Maranhense, Março/1871) (Trecho transcrito, Figura 9)

Presumimos que os pedidos de licença, no mesmo ano da publicação das obras, tenham uma relação direta com a necessidade da escritora em mergulhar na elaboração de seus escritos. Não acreditamos se tratar de coincidência e, sim, de uma alternativa encontrada por Maria Firmina dos Reis, que estando afastada de sua função de professora poderia dedicar-se completamente a escrever seus textos literários.

No capitulo anterior, relatamos se tratar de uma prática constante por parte dos professores, a solicitação de licenças. Assim na década de 1870 se criou um dispositivo de inspeção escolar, com Conselho da instrução pública maranhense que, por meio de uma junta médica, inspecionava a situação de saúde dos mesmos em caso de pedido de licença. Houve, da parte dos parlamentares, um “cuidado” em fiscalizar o trabalho docente e estabelecer limites o que fica indicado nos critérios para a concessão de licença de saúde.

Em 19 de fevereiro de 1880, Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, se reuniu para deliberar sobre o pedido afastamento de um ano, encaminhado por Maria Firmina dos Reis, alegando problemas de saúde. Por acreditarmos na importância, faremos alguns apontamentos sobre seu conteúdo. (Trecho transcrito, Figura 10)

A partir do texto, sabemos que se tratava do segundo pedido de afastamento encaminhado por Maria Firmina dos Reis para ser apreciado e, como o primeiro, esse também foi negado. No entanto, o debate que segue ao caso, nos concede outros elementos para compreendermos a disputa politica no interior do processo.

Em primeiro lugar, denuncia-se uma espécie de hábito de concessão do direito, o que é justamente questionado por aqueles que se opõem ao afastamento requerido. É provável que a própria professora já tenha ficado afastada por um ano, gozando de licença remunerada. Considerava-se que isso era suficiente para seu tratamento de males do fígado. Em segundo lugar, os atestados apresentados não eram médicos, mas de agentes sociais de Guimarães, que denotavam mais sua rede de relações tais como o pároco e o delegado literário. Chama a atenção também o argumento de pobreza associado pelo defensor da proposta (José Ribeiro). Considerava que ela, sendo pobre e, estando doente, não teria facilidades para ir à São Luís fazer todos os trâmites necessários para justificar o pedido.

Já no tocante da Instrução Pública, um dos legisladores informa que tantos pedidos de afastamento com direito a todos os vencimentos, colaborava para as dificuldades de recursos enfrentadas pelo Governo.

José Ribeiro do Amaral, que faz a defesa de Maria Firmina no processo, foi um homem atuante no âmbito da instrução pública maranhense, tendo ele mesmo sido vinculado ao Liceu Maranhense⁵⁸. Neste caso específico, ele faz apontamentos importantes sobre o ser professor na metade do século XIX. Fala da falta de médicos em algumas vilas e cidades, impossibilitando os professores de terem acesso aos mesmos; os baixos salários (ordenados); e das relações de troca de favores em relação ao que o professor teria por direito, ao solicitar afastamento de suas funções.

Quando se refere a educadora Maria Firmina dos Reis, faz uso de termos o “Ilustre professor”, “[...] *seus serviços tem titulo a toda consideração [...]*” e “[...] *negar um favor a um bom empregado público [...]*”.

⁵⁸ Nasceu em 3 de maio de 1853, na cidade de São Luís, estudou no Colégio de Nossa Senhora da Glória, também chamado Colégio das Abranches. Exerceu a carreira de professor, foi catedrático de História e Geografia do Liceu Maranhense, instituição a que também serviu na condição de seu diretor. Encarregado provisoriamente da reorganização da Biblioteca Pública, foi nomeado diretor dessa instituição em 13 de abril de 1896, ali permanecendo até 16 de agosto de 1896. Durante essa primeira e breve gestão, promoveu a mudança da Biblioteca da Rua Formosa para a Rua da Paz. Novamente posto à frente desse órgão, dirigiu-o de 19 de agosto de 1910 a 21 de julho de 1913. Diretor da Imprensa Oficial, e colaborador do *Diário Oficial do Estado*, onde, no período de 1911 a 1912 publicou diversos trabalhos sob o título geral de Maranhão Histórico, os quais, coligidos pelo escritor Luiz de Mello, resultaram no livro *O Maranhão histórico*, publicado postumamente. Vindo a falecer em 30 de abril de 1927, na cidade de São Luís. Ver mais em: <http://www.academiamaranhense.org.br/?p=486>.

No relato é notório que Maria Firmina tinha prestígio e o respeito do seu companheiro de profissão, principalmente, por se tratar da fala de um professor do Liceu Maranhense. Nas palavras de José Ribeiro do Amaral, a professora Maria Firmina dos Reis precisa ser tratada com toda a “consideração” que um “bom” funcionário público merece. Indicando que a concessão para a licença não poderia ser negada.

Apesar da defesa, houve a negativa de afastamento, Maria Firmina passa a solicitar junto a Província sua aposentadoria e uma nova licença. Como consta nas figuras 11 e 12:

A exm.^a sr.^a D. Maria Firmina dos Reis, professora publica de Guimarães e uma das raras senhoras que entre nós tem tido a inapreciavel coragem de escrever para o publico, acha-se aqui na capital, para o fim de tratar de sua aposentadoria, visto contar mais de 25 annos de effectivo serviço. (JORNAL PACOTILHA, abril/1881) (Trecho transcrito, Figura 11)

A' D. Maria Firmina dos Reis, PROFESSORA PUBLICA DA VILLA DE Guimarães, forão concebidos trinta dias de licença sem vencimentos, para tractar de seus interesses. (JORNAL DA TARDE, Maio/1881) (Trecho transcrito, Figura 12)

Nota-se então, que a professora já não mais pode gozar dos afastamentos com vencimentos. Segundo Morais Filho (1975), foi por Maria Firmina dos Reis estar no impedimento da sua função de educadora que foi indicada Amália Augusta dos Reis, irmã mais nova de Maria Firmina, para assumir a cadeira de primeiras letras da vila de Guimarães.

Em conformidade com a lei, e “[...] com a proposta de Dr. Inspector da Instrução Pública, resolve nomear D. Amália Augusta dos Reis para reger a cadeira de primeiras letras da vila de Guimarães [...]”. Nesse mesmo ano, de 1881, após trinta e quatro anos de serviços prestados a Instrução Pública, Maria Firmina dos Reis conseguiu aposentar-se como professora.

Tal passagem sobre seus afastamentos, mostra pelo menos duas questões importantes para entendermos o contexto de sua atuação. A primeira delas é justamente o paulatino rigor que, aos poucos, ganha o controle sobre o exercício docente, em relação aos direitos trabalhistas e a lógica dos afastamentos dos

professores. A complexidade do processo é anunciada quando se percebe uma burocracia, que centrava na diretoria da Província, as decisões sobre o afastamento.

Um segundo aspecto revela-se nos elogios que são travados à professora, por seus serviços e ação como servidora pública da província. Isto é o argumento que faz com que um novo requerimento seja impetrado, a fim de que a requerente possa enfim, documentar corretamente o processo. Tais dificuldades no processo são indicativas, portanto, do passo seguinte dado por Maria Firmina, visando o desligamento de sua condição de docente da província, por aposentadoria.

2.2 Atividades simultâneas: escrever e ensinar

Após analisarmos as condições em que Maria Firmina atuou como educadora, trataremos de sua trajetória como escritora maranhense do século XIX que se confunde com sua profissão docente.

Sua carreira literária iniciou-se formalmente com a publicação do romance *Úrsula*, em 1859 (Typographia do Progresso – MA). Ao que se sabe até o momento, esta foi a única edição da obra realizada quando a autora ainda estava viva. As edições seguintes já ocorreram quando ela foi “redescoberta”: a 2ª edição é datada de 1975, fac-similar (Gráfica Olímpia – RJ); a 3ª edição é de 1988 (Editora Presença/INL-Brasília); e a 4ª edição datada de 2004 (Editora Mulheres – SC).

Além de publicar a novela, Maria Firmina colaborou com o jornal *A Imprensa*, publicando, em 1860, poesias, assinando com as iniciais M.F.R. Em 1861, começou a publicar *Gupeva* no jornal **Jardim das Maranhenses**. Em 1863 e 1865, republicou *Gupeva*, respectivamente, nos jornais **Porto Livre e Eco da Juventude**. Em 1871, o livro de poesia *Cantos à Cantos à Beira-Mar* pela Tipografia do Paiz; em 1976, em fac-símile, a 2ª edição. Além do conto *A Escrava*, em 1887, pela **Revista Maranhense**. (MENDES, 2006, p.19)

Participou ainda da antologia poética *Parnaso Maranhense* (1861), e colaborou com os seguintes jornais: **Publicador Maranhense** (1861), **O Jardim das Maranhenses**, **Porto Livre** (1863), **Eco da Juventude** (1865), **A Verdadeira Marmota**, **Semanário Maranhense** (1867), **O Domingo** (1872), **O País** (1885), **Revista Maranhense** (1887), **Diário do Maranhão** (1889), **Pacotilha** (1900), **Federalista** (1903). Escreveu no *Almanaque de Lembranças Brasileiras* (1863,1868) um artigo de título “Minhas impressões de viagem” (1872), um diário intitulado *Álbum* (1865), várias charadas e enigmas. Compôs em sua autoria músicas e letras, como *Autos de Bumba meu Boi*, *Versos da Garrafa*, atribuído a Gonçalves Dias, *Hino a Mocidade*, *Hino à Liberdade dos Escravos*, *Rosinha*, *Estrela do Oriente*, *Canto da Recordação*. (Ibidem, p.20)

Sobre a música *Autos de Bumba meu Boi*, Moraes Filho relata que foi escrito a pedido de algumas escravas, entre elas Otávia “[...] quem lhe fez o pedido em nome das companheiras [...]” e que Maria Firmina “[...] não se fez de rogada. Escreveu a letra e música [...]” (1975, p.221) Em outro episódio, escreve a poesia

Um brinde a noiva, presente de Maria Firmina pelo casamento da filha do fazendeiro Domingo Mondego. Uma festa com 400 convidados, na chácara do fazendeiro na Vila de Guimarães onde o advogado Daniel Vitor Coutinho, seu amigo e também professor, recitou a poesia produzida pela “[...] distinta D. Maria Firmina dos Reis que, por incômodos de saúde, não pode por si mesmo recitá-la.” (MORAIS FILHO 1975, p.224)

Sua filha adotiva Nhazinha Goulart conta que Maria Firmina formava parceria com outros na criação de letras e música, exemplifica com *Estrela do Oriente*, na qual a parceria foi com o pastor e professor Osório Anchieta⁵⁹. E diz mais, “[...] não só uma ou duas vezes, e nem só em pastoral. Ora a música de um, ora de outro; ora a letra de um, ora de outro [...]” *Versos da Garrafa*, outra parceria que lhe atribuída, com letra de Gonçalves Dias e música de Maria Firmina. (Ibidem, p.313)

Ainda sobre Gonçalves Dias, em seu livro *Cantos à beira mar*, escreveu as poesias *A Dor, que não tem cura* e *Nenia Maria Firmina* realizando uma homenagem ao seu contemporâneo. No primeiro, ao falar da morte de pessoas queridas e do sofrimento causado pela perda traz na epígrafe o poema do Gonçalves Dias. Já no segundo, uma mensagem póstuma em “[...] *memoria do mavioso e infeliz poeta [...]*” que veio a falecer. (Ibidem, p.137)

À luz desse livro *Cantos à Beira-Mar* nos foi possível aferir o convívio que tinha com a literatura nacional e universal e, o mais importante, a sua prática da leitura quando ela se colocava na posição de admiradora, de respeito aos literatos. Utiliza-se da epígrafe para realizar homenagens àqueles que fazem parte de suas leituras, de seus estudos e de inspiração para sua própria prática de escrita literária⁶⁰.

⁵⁹ Este dedicou grande parte de sua vida à arte de ensinar, por isso, foi concebido como um profissional “[...] respeitável, zeloso, preocupado com a causa, um exemplo de doação virtuosa” (FURTADO FILHO, 2003, p. 32). Segundo relatos (CUBA, 2012), esse professor utilizava conteúdos significativos e empregava uma metodologia de autoestima com seus alunos. (PESSOA; CASTRO, 2013, p.56) Já Moraes Filho (1975, p.314) o descreve como um respeitado latinista, que marcou a sua passagem pelo magistério maranhense, ora iluminando a mocidade com seu saber, ora compondo banca examinadora de candidatos à cátedra de português do Liceu Maranhense (colégio oficial do Estado) o humanista vimaranense era também músico (organista) e compositor.

⁶⁰ Entendemos ser de relevância aludir cada um e a forma que lhes foram atribuídas às homenagens. Para isso seguiremos a ordem estabelecida no próprio livro, com o parlamentar, filósofo, professor, lente de Latim do Liceu Maranhense seu primo Francisco Sotero dos Reis, (“oferecida ao distinto literato”), em seguida o jurista, poeta e ativista político português Thomaz Antônio Gonzaga (“a memória do infeliz poeta”), o promotor público, juiz municipal, procurador fiscal do tesouro João Climaco Lobato (“dedicado ao ilustre literato maranhense”), o poeta, novelista parlamentar, jornalista

Além disso, nos revela uma rede de relações sociais, estabelecida em uma ordem de equidade com seus pares escritores. Também é possível perceber uma rede de sociabilidades nos espaços em que ela transitou, seja como educadora, como escritora, suas relações de amizade e, até mesmo perceber como o convívio com estas pessoas influenciou as práticas escriturárias de Maria Firmina dos Reis. Tendo como assertiva que num processo de sociabilidade o indivíduo entra em contato com um número de contextos e grupos sociais diversos que lhe permitem um grande número de perspectivas significativas, procuramos compreender a professora e a autora nestes contextos diversos.

Consideramos, portanto, que Maria Firmina tenha feito uso desse processo de sociabilidade, principalmente, em seus escritos, assumindo as premissas de Cândido (1965, p.79), que nos ensina sobre o surgimento das obras não como um fenômeno pontual, expressão individual, mas como um evento de natureza sociológica, no qual a obra está relacionada ao contexto social.

Ainda, a respeito disso, suas três obras, *Úrsula*, *A Escrava* e *Gupeva*, trazem para o leitor, temáticas assentadas em questões sociais vigentes na sua época. Maria Firmina dos Reis não se omite e nos fala de uma sociedade autoritária e patriarcal, que escravizava homens e mulheres, apontando que a estes escravos, o tratamento era de violência, submissão e a transformação em párias, como é o caso de personagens das obras, *Úrsula* e *A Escrava*. Já em *Gupeva*, a autora aborda a temática indígena para informar e criticar a postura do homem europeu sobre a mulher indígena e pontuar que todas são pejorativas. Portanto, Maria Firmina não apenas vivencia o momento histórico do qual está inserida, mas, também, nos dá a conhecer seu olhar sobre aquele momento, por meio de seus escritos e por seus atos, que ficaram registrados nos documentos (textos).

Outros documentos importantes, que nos permitiram identificar seu posicionamento crítico sobre o contexto social do Maranhão no século XIX são três poesias contidas no seu livro *Cantos à Beira-Mar*, de 1887, nas quais se manifesta

e professor Gentil Homem de Almeida Braga (“oferecido ao sonoro e mavioso poeta”), o médico, jornalista e escritor Antônio Henriques Leal (“oferecida como prova de profunda e sincera gratidão”), o advogado, promotor público, delegado de polícia, secretário do governo Ovídio Gama Lobo (“dedicada ao distinto literato”), a seu amigo Raimundo Marcos Cordeiro (“o jovem poeta”) e ao poeta, advogado, jornalista, etnógrafo e teatrólogo brasileiro Goncalves Dias, (“memória do mavioso e infeliz poeta”). (MORAIS FILHO, 1975, p. 5-127)

sobre a Guerra do Paraguai⁶¹. Com o título *Por ocasião da tomada de villeta e ocupação de Assumpção*, fala de um Brasil vitorioso e que os inimigos “[...] já [temiam] ao Brazil [...]” Por sua vez, as poesias, *A recepção dos voluntários de Guimarães* e *Poesia*, fazem saudação ao feliz retorno de “[...] vossos filhos [...]”, pós-guerra. (apud MORAES FILHO, 1975, p.61; 81; 85) Os textos mostram o contentamento de Maria Firmina com as vitórias conquistadas e o retorno dos que foram à Guerra.

Nesta pesquisa consideramos que a existência das poesias com as temáticas sociais como acima citadas, demonstra que Maria Firmina não se eximiu em refletir sobre os acontecimentos daquela época. E por meio de seus escritos estabeleceu o seu lugar social e, esse lugar, não foi de omissão ou indiferença à conjuntura social, política e cultural.

Conforme nos diz Oliveira (2007, p.15), José Ribeiro do Amaral escreveu no artigo “A Imprensa no Maranhão: jornais e jornalistas”, publicado na **Revista Tipográfica**, de 1913, referindo-se à Maria Firmina dos Reis como uma das colaboradoras da revista **Semanário Maranhense**. Ele diz “[...] o que o Maranhão de então possuía de mais notável nas letras [...]” Seu nome figura entre os colaboradores, Maria Firmina dos Reis, Sotero dos Reis, Gentil Braga, Henrique Leal, Cesar Marques, Sabbas da Costa, Sousa Andrade e Celso de Magalhães. (grifos nossos)

Esse artigo indica o que entendemos por relações de sociabilidade neste contexto literário, nos espaços em que Maria Firmina transitou. Neste caso, na imprensa, colaborando em jornais e revistas, a autora se valeu destas relações para dialogar com intelectuais da época. Intelectuais que, em seus poemas, aparecem como dignos de uma profunda admiração e respeito, como os casos de Sotero dos Reis, Gentil Braga e Henrique Leal.

Tais relações propiciaram a divulgação do romance *Úrsula*, a sua primeira obra publicada. Para Oliveira essa divulgação conota que Maria Firmina tenha alcançado um relativo sucesso em seu tempo, sendo recebida com elogios da

⁶¹ A Guerra do Paraguai foi a mais longa e devastadora da história da América do Sul, resultou no aniquilamento do Paraguai, o mais desenvolvido país de toda a América Latina até o início do confronto. Os combates se realizaram na segunda metade da década de 1860 e envolveram as forças armadas do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai. (MILANESI, 2004, p. 1)

imprensa local, por ocasião de suas publicações (2007, p.13) optamos por selecionar alguns trechos como demonstram as notas que seguem⁶²:

Obra nova – com o título Úrsula publicou a Sra. Maria Firmina dos Reis um romance nitidamente impresso que se acha à venda na tipografia Progresso. Convidamos aos nossos leitores a apreciarem essa obra original maranhense que, conquanto não seja perfeita, revela muito talento na autora e mostra que, se não lhe faltar animação, poderá produzir trabalhos de maior mérito. O estilo fácil e agradável, a sustentação do enredo e o desfecho natural e impressionador põem patentes, neste belo ensaio, dotes que devem ser cuidadosamente cultivados. É pena que o acanhamento mui desculpável da novela escrita não desse todo o desenvolvimento a algumas cenas tocantes, como as da escravidão, que tanto pecam pelo modo abreviado com que são escritas. [...] A não desanimar a autora na carreira que tão brilhantemente ensaiou, poderá para o futuro, dar-nos belos volumes⁶³.

Úrsula – Acha-se à venda na tipografia Progresso este romance original brasileiro, produção da exma. Maria Firmina dos Reis, professora pública em Guimarães⁶⁴. Saudamos a nossa comprovinciana pelo seu ensaio, que revela de sua parte bastante ilustração: e, com mais vagar emitiremos a nossa opinião desde já afiançamos não será desfavorável à nossa distinta comprovinciana.

[...] Raro é ver o belo sexo entregar-se a trabalhos do espírito e deixando os prazeres fáceis do salão propor-se aos afãs das lides literárias. Quando, porém, esse ente, que forma o encanto da nossa peregrinação na vida, se dedica às contemplações do espírito [...] porque reúnem à graça do estilo, vivas e animadas imagens, e esse sentimento delicado que só o sexo amável sabe exprimir. Se é, pois, cousa peregrina ver na Europa, ou na América do Norte, uma mulher, que, rompendo a círculo de ferro traçado pela educação acanhada que lhe damos, nós os homens e, indo por diante de preconceito, apresentar-se no mundo, servindo-se da pena e tomar assento nos lugares mais proeminentes do banquete da inteligência, mais grato e singular é ainda ter de apreciar um talento formoso e dotado de muitas imaginações, despontando no nosso céu do Brasil, onde a mulher não tem educação literária, onde sociedade dos homens de letra é quase nula⁶⁵.

⁶² Optamos em colocar apenas trechos das notícias que foram emitidas pela imprensa local sobre Maria Firmina dos Reis.

⁶³ Jornal do Comércio, 4 de agosto 1860. Apud MORAIS FILHO, José Nascimento. Maria Firmina dos Reis – fragmentos de uma vida. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

⁶⁴ **A Moderação**, 11 de agosto de 1860. Op. cit.

⁶⁵ **A Verdadeira Marmota**, 13 maio de 1861. Op. cit.

Em relação aos comentários acima, com as críticas feitas à escritora maranhense, não foram encontrados registros dos seus autores. A primeira notícia já deixa claro para o leitor que o romance *Úrsula* não era primoroso, embora Maria Firmina demonstrasse muito talento para a escrita, a mesma só precisava de tempo para o cultivo de *belos volumes* e de um *maior mérito*. Apesar das críticas, o convite à leitura agrega uma solicitação à escritora, para que não desanime de seus escritos uma vez que, *poderá para o futuro*, ser uma boa escritora. Quer dizer, para o autor do texto Maria Firmina ainda não era uma completa literata, mas reunia condições de produzir uma obra perfeita.

Na segunda notícia, Maria Firmina foi parabenizada por se revelar na professora pública de Guimarães. Nesse momento as atividades se confundem a educadora/escritora e a escritora/educadora. O autor do texto expôs que em *seu ensaio*, Maria Firmina revelou de “(...) *sua parte bastante ilustração*”. Isto seria dizer à época, que Maria Firmina manifestou todo seu conhecimento, instrução, cultura, sabedoria ou erudição no seu ensaio. O autor revela ainda conhecer a autora por suas condições culturais, embora avise não ter lido a obra para a escrita da resenha. Deixa claro que sua crítica não seria desfavorável após a leitura, por se tratar de uma autora local (*comprovinciana*).

Na terceira notícia, já existe um estranhamento por ser um escrito feminino, evidenciando que naquela época a mulher estava voltada para *os prazeres fáceis do salão*. O autor quando fala de uma *educação acanhada que lhe damos* (nos homens), confirma o que Maria Firmina traz em seu *Álbum* sobre a educação que tivera na infância uma *compleição débil e acanhada*, uma *educação freirática*. Apesar dessa educação precária e diferenciada apontada pelo autor destaca o *talento formoso e dotado* de muitas mulheres brasileiras, entre essas, Maria Firmina dos Reis que não tiveram uma *educação literária*.

Observamos que as críticas são pautadas nos avisos ao leitor por sua escrita ainda não perfeita; pela falta de tempo para o *cultivo* de bons textos como prática cotidiana. Quando há o elogio da obra, sem haver realizado a leitura da mesma, o autor se vale da relação *comprovinciana* para com Maria Firmina. Ou seja, utiliza-se da relação de sociabilidade por serem da mesma região, talvez mesmo por serem colaboradores do Jornal **A Moderação** para enaltecer e demonstrar respeito à publicação do romance. Visto que “[...] *Maria Firmina dos Reis, já é entre nós*

conhecida; e convém muito animá-la a não desistir [...]” (apud MORAES FILHO, 1975, p.26).

Ainda sobre as formas de divulgação do seu romance, *Úrsula*, Maria Firmina fez a doação de um exemplar do livro para o Ateneu Maranhense. (ibidem, p.320) Por sua colaboração em Jornais locais, conseguiu realizar anúncios sobre a venda do romance *Úrsula*, “[...] escrito por uma maranhense, com um volume em preço de 2\$000 sendo distribuído pela Tipografia do Progresso e na livraria do Sr. Antônio Pereira Ramos d’Almeida [...]” (ibidem, p.216-217) Sobre a livraria de do Sr. Antônio Pereira vale ressaltar, que conforme Costa (2013, p.104) o mesmo também era proprietário da Tipografia Comercial que funcionou 1860 e 1882.

Em 1861, começa a publicar sua segunda obra *Gupeva* no jornal **Jardim das Maranhenses**, após dois anos, em 1863 e 1865, republica *Gupeva*, respectivamente, nos jornais **Porto Livre** e **Eco da Juventude**. Para Moraes Filho (1975, p.219) tres edições em folhetim num curto espaço de tempo atesta o êxito popular que a obra pode haver conquistado na época. Seguiu suas publicações, em 1871 com o livro de poesias intitulado *Cantos à Beira-Mar* e, em 1887, da publicação do conto, *A Escrava*, pela **Revista Maranhense**⁶⁶.

Em nossa investigação sobre a Tipografia o Progresso, gráfica responsável pela impressa da obra *Úrsula* de Maria Firmina, acabamos por descobrir que também se chamava gráfica Belarmino de Mattos⁶⁷, tendo funcionado de 1860 a 1868 e, cujos redatores eram,

[...] Francisco Sotero dos Reis, Antônio Henriques Leal, Trajano Galvão, Gentil Homem de Almeida Braga, Dias Carneiro, Marques Rodrigues, Joaquim Serra, Joaquim de Sousa Andrade, Sabas da Costa, Raimundo Filgueiras e Caetano Cantanhede, sob os respectivos pseudônimos de Flávio Reimar, Pietro de Castelmare, James Blumm, Rufus Salero, Nicodemus, Jadael de Babel-Mandeb, Stephens Van-Ritter, Golondron de Bibac, Iwan Orloff e Conrado Rotenski [...] (LOPES, 1959, p. 34).

⁶⁶ No Capítulo 3 temos como proposta uma análise aprofundada sobre as contribuições de caráter didático pedagógico e moral que suas obras, *Úrsula*, *A Escrava* e *Gupeva* tenham propiciado para educação do século XIX.

⁶⁷ **O Jornal Maranhense** era impresso na gráfica de Belarmino de Mattos, o mesmo que, segundo determinamos, imprimiu em 1861 o Parnaso Maranhense, no qual figuram os nomes de Maria Firmina dos Reis e de Francisco Sotero dos Reis e, em 1866, seu livro *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*. Contudo acreditamos que existam mais impressos realizados pela gráfica nos oito anos de sua existência.

Como vimos, dentre os redatores responsáveis estava seu primo Francisco Sotero dos Reis, além de colegas colaboradores do Jornal *Semanário Maranhense*, confirmando que as relações de sociabilidade estabelecidas por Maria Firmina nos espaços em que transitou, seja na colaboração na imprensa e na literatura lhe possibilitou que sua obra fosse para impressão e que tivesse uma divulgação para o público leitor. Acreditamos, portanto que Sotero dos Reis como redator da Tipografia tenha tido contato com a obra e, possivelmente, feito à leitura da mesma.

Além disso, o ano de existência da Tipografia o Progresso, foi de 1860 a 1868, levantando uma questão em relação à data de publicação da obra. É provável que tenha sido um dos primeiros produtos desta Tipografia, visto que no livro consta 1859 como a data de publicação. E somente a partir de 1860 a obra passa a ser noticiada para venda e divulgação, como já mencionadas aqui.

Até aqui, acreditamos ter apresentado alguns elementos sobre a trajetória percorrida por Maria Firmina dos Reis no aprendizado das primeiras letras até sua carreira docente. Foi difícil, devido à ausência de uma documentação mais substancial, conhecer uma possível educação formal de Maria Firmina dos Reis, contudo seus próprios escritos nos mostraram que os primeiros aprendizados foram concebidos no seio familiar, como a grande maioria das mulheres daquele período.

A literatura também chegou à sua vida a partir da mãe, que lhe instruiu no gosto e no prazer pela leitura. Além de explicitarmos que seu primo Francisco Sotero dos Reis, figura de renome como professor e escritor a tenha incentivado na escolha dos mesmos caminhos, como atestamos na poesia *Minha Terra* que lhe foi dedicada evidenciando o respeito e admiração que tinha pelo primo ilustre.

As pesquisas, até aqui, ao abordarem uma possível relação entre os dois, têm como questionamento que,

Apesar da relação de parentesco entre Firmina e Sotero dos Reis, do papel do crítico na educação da romancista e das semelhanças entre a concepção literária de ambos, a autora não vai aparecer em seu *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*⁶⁸. (OLIVEIRA, 2007, p.29)

⁶⁸ O *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* foi estruturado em cinco volumes para serem ministradas nas aulas de latinidade e literatura no Instituto de Humanidades a convite do proprietário e diretor Pedro Nunes Leal. O material didático era específico para o ensino das disciplinas de língua portuguesa e de literatura, e nele figura apenas o nome de três contemporâneos de Maria Firmina

Diferentemente dessas pesquisas não entendemos que sua ausência represente uma negativa de Francisco Sotero dos Reis ao seu talento, mas, muito provavelmente, ao lugar de silenciamento ocupado pela mulher daquela época. Mesmo porque, como ratificamos ao longo deste capítulo, Maria Firmina e Sotero dos Reis estabeleceram relações de sociabilidade, seja como professora e ele, inspetor de ensino ou como colaboradores nos mesmos jornais ou redator da Tipografia Progresso, um dos responsáveis pela impressão a sua obra *Úrsula*.

Entendemos que os esforços em apresentar ao leitor um olhar, sobre o conjunto das atividades da escritora famosa, em diálogo com sua trajetória como professora de primeiras letras da Vila de Guimarães no século XIX se fez necessário e importante compreendermos um pouco melhor esta história da educação do Maranhão imperial.

De outro modo, consideramos ainda que seus escritos literários possuem um caráter educacional, ao qual abordaremos sob algumas características (e questionamentos) no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3: Educação e Literatura: aspectos pedagógicos das obras *Úrsula, A Escrava e Gupeva*

Ao tratar das fontes com as quais lida o historiador, Le Goff expõe a necessidade de perceber o documento como uma construção, como um “[...] produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de forças que aí detinham poder [...]”, sendo então necessário perceber, não apenas como um documento, mas sim como um monumento. (1990, p.536).

Tendo em vista esse tratamento sobre as fontes, a proposta deste Capítulo é tentar compreender, no contexto de suas três obras literárias *Úrsula, A Escrava e Gupeva*, a partir das condições sociais nas quais atuou como educadora, suas contribuições de caráter didático-pedagógico e moral a educação no século XIX. Para isso, trataremos as obras como documentos que carregam em si diversas e/ou variadas intencionalidades (Le Goff, p. 537).

Para isso, a metodologia de leitura das obras se beneficia da proposta de “configuração textual” organizada por Mortatti (2000, p.31), ao ler e analisar os diferentes aspectos constitutivos do sentido dos textos a partir:

“[...] da opção temático-conteudística (o quê?), buscando apreender como o locutor constituiu seu enunciado, de um determinado ponto de vista e lugar social (de onde?), em um momento histórico (quando?), movido por necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?), visando produzir certos efeitos sobre o leitor (para quem?) [...]”

Segundo Mortatti (2000), “a análise integrada” dos aspectos constitutivos de um texto propicia ao investigador:

“[...] reconhecer e interrogar determinado texto como configuração saturada de agoras e objeto singular e vigoroso; e dele produzir uma leitura possível e autorizada, a partir de seus próprios objetivos, necessidades e interesses.” (idem)

Uma obra literária, de qualquer época e gênero, cria suas referências a partir das representações do mundo que o cerca, partindo do lugar social e do tempo em que vive, a escritora cria sua arte. A estória contada, seu enredo, os lugares, os personagens, tudo pode ser uma invenção do autor. Contudo os valores, a narrativa, as regras, os costumes, enfim, as representações de mundo contidas na obra, fazem parte do cotidiano da escritora.

Por isso, assim como Candido (1985, p. 79) consideramos que a abordagem do texto literário deve articular tanto o intrínseco da obra, logo, seu conteúdo, que engloba suas temáticas, tramas e dimensões formais quanto o extrínseco, referindo-se ao contexto social e temporal em que foi escrita. No processo de análise do conteúdo das obras, pretende-se articular o que Candido define por intrínseco e extrínseco para elaboração de texto literário, principalmente, ao papel social que Maria Firmina desenvolveu na sua atuação como educadora.

Maria Firmina em suas obras dialoga com obras de outros autores, como Gonçalves Dias, José de Alencar, Álvares de Azevedo e Castro Alves, sobre temas recorrentes a aquela época, como a escravidão, o indianismo, a instrução feminina entre outros. Com isso, se fazendo presente no seletivo grupo e de um determinado *ponto de vista e lugar social* (Mortatti 2000, p. 31)

É possível compreender, com as obras literárias selecionadas neste capítulo, como a escritora construiu seus personagens e, além disso, dialogar com sua visão quanto à sociedade da época. Maria Firmina se incumbiu de apresentar para os leitores uma reflexão crítica, impregnada de noções moralizadoras sobre questões do negro e da mulher, todavia não se eximindo de um posicionamento de defesa destes sujeitos, desde que em concordância com tal visão, como apontaremos adiante.

O exercício reflexivo sobre a sociedade, realizado pela escritora e educadora são amalgamados, se olharmos suas obras e considerarmos sua trajetória docente tal como abordado nesta dissertação. É perceptível, em suas obras, a busca por sentidos educativos no tratamento dos temas comuns ao seu tempo. E considera-se que a literatura foi um caminho que ela buscou, para sensibilizar e educar os sentidos e, por meio da qual manifestou sua indignação à realidade dos oprimidos (da mulher, do negro e do indígena).

Para Chalhoub e Pereira, os historiadores, em suas análises, precisam usar a literatura como,

“[...] uma relação constante com a sociedade e reconhecendo seu poder de intervenção social.” “[...] o compromisso de perceber os diálogos e as intervenções desses autores na realidade social para [levá-la a reflexão]. Ela deve ser vista, antes de tudo, como uma forma de comunicação social.” (1998, p.9).

Atenta aos acontecimentos, a autora consegue dialogar com o leitor sobre as formas constitutivas daquela sociedade, quais problemas, dilemas internos e sociais estavam presentes em sua época e, principalmente, como ela os percebia. Nesse sentido, a prática da escrita se apresenta ao leitor como um veículo para refletir instruir e mostrar um determinado contexto e/ou realidade, com o poder de retratar o mundo e seus contornos.

Em duas de suas obras, objetos de nossa pesquisa, o romance *Úrsula* (1859) e o conto *A escrava* (1887), que têm como temática a crítica da realidade subumana enfrentada por negros escravos, a qual ela atribuía a um modelo patriarcal e escravocrata. Maria Firmina pode ser considerada “[...] *uma voz abolicionista no Maranhão do século XIX.*” (SILVA, 2011, p.11) e representativa das denúncias sobre a “[...] *condição de desigualdade a que as mulheres os africanos e seus descendentes estavam submetidos, no Brasil oitocentista, em decorrência do regime patriarcal.*” (OLIVEIRA, 2007, p.7)

No caso desta pesquisa, os textos de Maria Firmina são entendidos como tentativas de conscientização dos leitores, ao apresentar os sujeitos sociais (negros escravos e a mulher) a partir do ponto de vista dos oprimidos.

Toda a estética das obras de Maria Firmina está ancorada no movimento artístico própria do romantismo brasileiro, a trama da narrativa ultrapassou o enredo ingênuo, para ganhar força na fala que concede aos oprimidos. A autora se preocupa em evidenciar um negro humanizado e sujeito do seu próprio pensar, os cativos têm voz e vez e falam da escravidão e contra ela, de forma direta. Ou seja, uma “[...] forma inusitada de falar da e contra a escravidão presente em seu romance.” (SILVA, 2012, p.1). Sendo assim, Maria Firmina se vale, do que Candido diz sobre os escritos do século XIX:

Na sociedade duramente estratificada, submetida à brutalidade de uma dominação baseada na escravidão, se de um lado os escritores e intelectuais reforçaram os valores impostos, puderam muitas vezes, de outro, usar a ambigüidade do seu instrumento e de sua posição para fazer o que é possível nesses casos: dar a sua voz aos que não poderiam nem saberiam falar em tais níveis de expressão. (CANDIDO, 2003, p.178)

Com um enredo que se volta para a força da imaginação romântica, que a insere nas tramas dos escritos europeus, retratou o amor e morte, castigos, loucura, fuga à realidade, volta ao passado e a ideia de um amor impossível para compor suas estórias⁶⁹. Essa apropriação de elementos que pertenciam ao código literário da época demonstra uma Maria Firmina que buscou angariar a simpatia dos leitores para as causas que defendeu com vivacidade. Uma mulher/negra, educadora/escritora que se mostra em seus escritos, solidária com os sujeitos subalternizados durante o processo escravocrata e patriarcal.

Para se valer desta narrativa, ela articula a linguagem para compor um cenário com todos os seus floreios e com uma forma de expressão artística europeia, inserida na estética do romantismo brasileiro, para apresentar ao leitor, a partir das ambigüidades, suas análises ideológicas em defesa dos negros e das mulheres. Não esquecendo que se trata de uma escrita feminina, voltada para uma elite branca, (sua principal leitora no período) e que tem como tema principal o negro e a mulher.

A mulher, assim como o negro, nas obras de Maria Firmina sempre aparece associada à ideia de serventia, que retrata a típica representação da mulher na sociedade patriarcal na qual desenvolvia o papel de coadjuvante, de submissa, de obediência e de inferioridade em relação ao homem. Tendo como enfoque a relação hierárquica e violenta entre marido e esposa, pai e filha, tio e sobrinha e mãe e filho buscou mostrar que todas as mazelas sofridas pela mulher estavam ligadas a opressão cometida pelo homem. Segundo Mendes (2006, p.125), isto seria uma crítica ao modo de ser feminino num mundo de comando masculino. As obras literárias apresentadas por Maria Firmina ao leitor é um jogo de submissão e transgressão, ambas sustentadas pelo entrelaçamento da discussão sobre escravidão do negro e a submissão da mulher.

⁶⁹ Como já mencionados no Capítulo 2, nas suas referências de leituras são encontradas escritores europeus.

Com o romance *Gupeva* (1861), também objeto de nossa pesquisa, a autora nos permite entender que sua abordagem cultural refere-se à influência cultural do europeu e do indígena na sociedade brasileira. Assume que a temática está envolta por uma estória de amor, entre um homem e mulher que almejam a realização do amor impossível, que se mostra como o grande motivo da criação romanesca romântica que Maria Firmina utiliza como pano de fundo. Agora sua escrita está voltada para a temática indianista, contudo não se propõe apresentar ao leitor a formação da identidade brasileira, tendo como personagens o índio e o português, como induz a própria proposta do romance.

Entretanto, a partir das ambiguidades, e das análises ideológicas que Maria Firmina já havia nos apresentado em seus escritos demonstra que sua intenção é narrar ao seu leitor à imagem da mulher indígena representada na fala do homem europeu (portugueses e franceses), que as descrevem como selvagem, sem nascimento, sem prestígio e inferior à mulher europeia.

Até aqui a reflexão, pautada em outros estudos como os já citados, reconhece a construção literária de Maria Firmina como demonstrativa, nas suas três obras *Úrsula*, *A Escrava* e *Gupeva*, de um enredo nos quais os personagens desorganizam o modelo patriarcal e escravocrata vigente na sociedade e na literatura maranhense do século XIX. De acordo com Mendes (2006):

“[...] autora aponta o caminho do romance romântico como atitude política de denúncia de injustiças há séculos presentes na sociedade patriarcal brasileira e que tinha no escravo, no índio e na mulher suas principais vítimas [...]” (p.44)

Diferentemente do exposto acima entendemos que Maria Firmina dos Reis não precisou do o *caminho do romance romântico* para saber do que falar e de como falar sobre questões do seu tempo. Nesse sentido, a maranhense se valeu do movimento propiciado pelo romantismo para expressar aquilo que sentia desde a infância, como contado em seu álbum pessoal e em seus textos.

Não obstante, Maria Firmina dos Reis longe de ser exceção que confirma a regra, praticou e produziu literatura e, muito além, usou como um meio de contestação às escravidões impostas aos excluídos.

3.1 Critérios e organização da análise

Para a consecução do objetivo deste Capítulo definimos alguns critérios e recortes, entendendo que, dessa maneira, seria possível analisar alguns dos elementos presentes nas três obras literárias *Úrsula*, *A Escrava* e *Gupeva*, suas contribuições de caráter didático-pedagógico e moral a educação no século XIX.

No primeiro momento, apresentamos aspectos estruturais das obras. No segundo momento, nos detemos em exibir uma síntese das mesmas para que o leitor conheça a temático-conteudística de cada obra, a escolha pela síntese das obras se respaldou na *posteriori* análise de cada obra para um aprofundamento do seu caráter didático-pedagógico; No terceiro momento, por sua vez, identificamos os temas recorrentes das obras (Escravidão, Mulher, África, e mestiçagem) e suas análises pautadas nos preceitos morais, religiosos e humanitários.

Para fazer tal reflexão, nos baseamos em caminho proposto por Mortatti (2000, p. 31) sobre a configuração textual das obras, nos quais a autora defende que se deve analisar os diferentes aspectos constitutivos dos sentidos dos textos. Com isso, foi possível identificar de quais intervenções sociais Maria Firmina fez uso para tecer suas críticas e/ou as defesas dos temas (conteúdos) das mesmas. Isto é, para defender seus posicionamentos nas obras apela para os preceitos morais, religiosos e humanitários. É a partir desses preceitos que a mesma mostra para o leitor o que esta pesquisa buscou apresentar: seu caráter didático-pedagógico.

O exemplar analisado do romance *Úrsula* é a 2ª edição, publicada em 1975, fac-similar, pela Gráfica Olímpia – RJ. É composto por XX capítulos, um Prólogo e um Epílogo, com 231 páginas, impressas em papel do tipo sulfite com capa em encadernação tipo brochura, medindo 16 x 11 cm⁷⁰. Na parte superior da capa, podem-se observar o nome da autora, seguido do título do romance e a frase “Romance Original Brasileiro”; ao centro, na parte inferior, o escrito “edição fac-similar”, e o local de publicação.

⁷⁰ O primeiro capítulo, intitulado “Duas almas generosas”, o segundo “O Delírio”, o terceiro “Declaração de Amor”, quarto “A primeira impressão”, quinto “A entrevista”, sexto “A despedida”, sétimo “Adelaide”, oitavo “Luísa B...”: nono, denominado “A preta Susana”, décimo “A mata”, décimo primeiro capítulo, “O derradeiro adeus”, décimo segundo capítulo, “Foge”, décimo terceiro capítulo, intitulado “O cemitério Santa Cruz”, décimo quarto “Regresso”, décimo quinto “O convento”, décimo sexto capítulo, “O Comendador Fernando P...”, décimo sétimo “Túlio”, décimo oitavo capítulo, “A dedicação”, décimo nono capítulo “O despertar” e o vigésimo capítulo, “A louca”.

Para o romance *Gupeva* analisamos a sua 3ª publicação, um folhetim impresso no jornal *Eco da Juventude*⁷¹, em 1865. Do qual se tem acesso no livro *Maria Firmina dos Reis – fragmentos de uma vida* de Morais Filho. É composto por V capítulos, sem especificação de títulos, que apenas demarca os fragmentos ou capítulos a serem publicados.

Já o conto *A Escrava* foi analisada a 2ª edição, publicada em 1887 um folhetim impresso pela Revista Maranhense que também está no livro de Morais Filho.

A seguir, apresentamos uma síntese das três obras.

ÚRSULA

Seu enredo centra-se no triângulo amoroso entre Tancredo, Úrsula e comendador Fernando P...

Nele, Tancredo, um jovem branco e aristocrático, e Túlio, um jovem negro e escravo se encontram logo no início da estória. Tancredo, após uma queda do cavalo, desmaia e tem o pé preso pelo animal, fazendo com que Túlio o ajude, e o conduza à casa da senhora Luiza B..., estabelecendo nesse momento uma relação de gratidão e amizade. A filha dessa senhora, Úrsula cuida de Tancredo, até que ele se recupere, e acabam se apaixonando, formando assim, o par romântico da estória. Úrsula descrita como uma jovem boa, menina ingênua, que ajuda a cuidar de sua mãe paralytica Luísa B..., irmã do comendador Fernando P..., tio que Úrsula desconhecia. Este, por sua vez, é um homem malvado que no passado foi o mandante do assassinato do pai de Úrsula, pois nutria um ciúme doentio por Luísa B..., sua irmã. Esse episódio foi escondido por Luísa B..., ao longo da sua vida, assim como a existência deste tio.

Em uma tarde, Úrsula passeia sozinha pela mata, na tentativa de esquecer a saudade que sentia de Tancredo, que tinha ido viajar para resolver assuntos pendentes. Ela segue lembrando que ao seu retorno, em duas semanas, os dois se casariam. Nessa mata, a moça é surpreendida por um homem que à primeira vista se apaixona por ela. Esse homem, pouco depois, ela descobre se

⁷¹ Antes dessa publicação, o romance *Gupeva* também esteve presente em 1861, no jornal *Jardim das Maranhenses* e em 1863, jornal *Porto Livre*.

tratar de seu tio Fernando P..., ele passa a perseguir e tenta forçar a jovem a se casar com ele. Nesse intervalo, a mãe de Úrsula, Luísa B., fica sabendo que o homem que atormenta sua filha é Fernando P..., seu irmão. E como sua doença já tinha se agravado veio a falecer. Com o retorno de Tancredo, após ficar sabendo de tudo que havia acontecido, os jovens resolvem se casar às pressas em um convento e, com ódio, Fernando P..., mata Tancredo em seguida à cerimônia de casamento. Com esse episódio, Úrsula enlouquece vindo a falecer pouco tempo depois. O Comendador Fernando P..., dilacerado pelo remorso termina seus dias no convento das carmelitas, escondendo-se pelo nome Frei Luís de Santa Úrsula.

GUPEVA

Seu enredo centra-se no fatídico amor entre uma índia brasileira com um europeu.

A narrativa tem seu início com o jovem francês Gastão apoiado em seu navio, que portando um olhar triste desperta preocupação de outro jovem oficial português, chamado Alberto. A partir do diálogo o jovem Gastão confessa estar apaixonado por uma brasileira, a jovem índia de nome Épica. Gastão solicita então, ao final de sua conversa com Alberto, que este tome seu lugar, já que entraria de quarto⁷² durante a noite, mas havia marcado um encontro em terra com Épica. Alberto concorda com a troca tendo em vista sua grande estima por Gastão. Já em terra, o jovem Gastão vai ao encontro de sua amada, Épica, em mata fechada. A noite cai e o clima começa a dar mostras de que uma tempestade se aproximava. O jovem francês chegou a um bosque solitário e ermo onde aguardava sua amada, mas acaba ficando frente a frente com Tupinambá, o cacique da tribo, o pai de Épica. O velho Tupinambá pede para que Gastão escute uma história. Começou então sua narrativa: Há muitos anos ele o cacique Tupinambá, também conhecido por Gupeva, estava prometido para casamento com a mãe da jovem Épica, após uma viagem de alguns dias pela Europa ela retornou para seu casamento⁷³. Chegou então o dia do casamento de Épica e do jovem guerreiro Gupeva, a mesma confessou que havia se apaixonado por um francês chamado de Conde de...,

⁷² Algo relacionado a ficar de guarda da embarcação.

⁷³ A jovem tinha o mesmo nome da mãe.

acabando por ficar grávida desse homem que a abandonou após a notícia. Apesar de toda a dor, o velho Gupeva decidiu por cuidar dessa criança fruto de um homem europeu, dando o nome de Épica, assim como o de sua esposa. Após o término da estória, Gastão Reconheceu em Conde de..., o seu próprio pai, descobrindo que ele e sua amada Épica eram meio-irmãos. Ao saber disso, Gupeva acabou tirando a vida de Gastão que segundos antes da morte, ainda falou para Épica que eram irmãos. O jovem Alberto, estranhando a demora de Gastão, foi ao seu encontro na mata quando se deparou com o corpo de Gastão e Épica. O velho tupinambá Gupeva, enquanto comemorava sua vingança contra o filho do sedutor de sua prometida, deixa seu tacape escapar das mãos, que acaba lhe ferindo de morte.

A ESCRAVA

Seu enredo centra-se na violência e o horror da separação entre mães e filhos, pela prática da escravidão.

A narrativa tem seu início em um salão com pessoas distintas da sociedade que depois de discutirem diversos assuntos trazem em pauta a questão da servidão. Dentre essas pessoas, surge “uma senhora” com um discurso abolicionista, e para defendê-lo pede para narrar à estória da escrava Joana⁷⁴. A senhora conta que a escrava Joana, muito machucada, estava sendo perseguida pelo feitor Antônio após fugir dos maus tratados de seu dono o senhor Tavares. Esse senhor havia vendido os filhos gêmeos de Joana, Ubaldo e Carlos, quando estes tinham oito anos de idade. Desde então Joana enlouquecera, ficando sob os cuidados de seu outro filho Gabriel, também cativo deste mesmo senhor. Os escravos Joana e Gabriel são protegidos pela senhora permitindo que os mesmos fiquem na sua casa. Apesar de todos os cuidados, Joana vem a falecer. No dia seguinte seu dono o senhor Tavares vai buscá-los fica sabendo da morte de Joana e, sem dar importância à morte dela, exige a entrega de Gabriel. A senhora não lhe entrega o escravo Gabriel e apresenta para o senhor Tavares uma carta de compra que concede a liberdade ao Gabriel.

⁷⁴ Em toda narrativa do conto ela é apresentada como “uma senhora” não lhe atribuído um nome. É apresentada como abolicionista e que faz parte da sociedade abolicionista da província e também do Rio de Janeiro.

3.2 Didática e Formação Moral

Ao abordar a temática da escravidão, tanto em *Úrsula*, de 1859, quanto em *A Escrava*, de 1887, Maria Firmina dos Reis percorreu caminhos muitas vezes similares para proferir como compreendeu e representou o mundo dos cativos e das mulheres da segunda metade do século XIX no Maranhão. No romance *Úrsula* o amor romântico aparece como acontecimento principal, já no conto *A Escrava*, tem a separação entre uma mãe e os dois filhos gêmeos como o eixo condutor da narrativa.

Contudo Maria Firmina na narrativa das duas obras possibilita a discussão da alteridade e, simultaneamente, a denúncia da condição crítica do escravo e da mulher. Para isso, levanta a situação dos oprimidos, cujas angustias são reveladas e os posicionamentos de resistência à dominação são descritos. Dessa forma, apresenta ao leitor um discurso negativo sobre a condição subumana das mulheres e dos negros, impedem a humanidade de ser moralmente elevada.

Maria Firmina ao falar do negro, em ambos os textos leva o leitor a indagar sobre a barbárie e a respeito de quem verdadeiramente era o civilizado. E fez isso, a partir de um apelo à moral, cívica e religiosa dos ouvintes, a fim de combater, o que para ela “[...] era o cancro, o abutre da sociedade, que era a escravidão”⁷⁵ [...]” e diz mais,

Levantai os olhos ao Gólgota, ou percorrei-os em torno da sociedade e dizei-me: Para que se deu em sacrifício, o Homem Deus, que ali exaltou seu derradeiro alento? Ah! Então não é verdade que seu sangue era o resgate do homem! É então mentira abominável ter esse sangue comprado a liberdade!? (A *Escrava*, 1887. Apud MORAIS FILHO, p.123)

⁷⁵ A *Escrava*, 1887. Apud MORAIS FILHO, p.122.

Igualmente em *Úrsula*,

Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo -, e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... a aquele que também era livre no seu país...aquele que é seu irmão!? (REIS, 1975, p. 23)

O fio condutor da narrativa é o paradigma que se apresenta ao leitor com o conceito de fraternidade entre os homens, anunciada pelos preceitos religiosos, mas que entra em choque quando essa não se aplica aos escravos, que não são vistos como semelhantes.

Maria Firmina utiliza-se da ambiguidade e dos próprios conceitos religiosos para questionar e desqualificar o discurso escravocrata que submete os seus oprimidos (negros escravos) as suas práticas opressivas. De acordo com os preceitos morais todos os sujeitos, perante Deus, deveriam ser vistos como irmãos. Vale ressaltar, que a cristandade estava imersa na escravidão negra, e a autora conclama ao calvário (Gólgota) como modo de explicar que manter a escravidão não era cristão. E chega a exaltar a figura de Cristo, como aquele eu teria morrido por todos, portanto, também pelos negros cativos.

No conto *A Escrava*, a narrativa já é apresentada como um exercício de instruir, Maria Firmina informa que em um salão com “[...] *pessoas distintas e bem colocadas na sociedade [...]*” após conversarem sobre vários outros assuntos “[...] *trazem em pauta a questão da servidão [...]*” (Apud MORAIS FILHO, p.123) A sua narrativa é construída na intenção de prover uma conversa sobre um tema, que estava em voga, e começam uma discursão na tentativa de elucidarem suas opiniões e divergirem sobre elas. A estratégia de Maria Firmina para se colocar em relação à prática escravocrata é uma personagem, mulher, que pede licença e diz: “Eu vou narrar-vos, se me quiserdes prestar atenção, um fato que ultimamente se deu.” (idem)

Esta mulher bem poderia ser um *Alter Ego* de Maria Firmina⁷⁶. A partir daí, começa a elucidar seu discurso sobre a questão da servidão. Antes, é importante pensar o papel desenvolvido pela mulher no discurso reflexivo criado por Maria Firmina:

1) a mulher que fala para um grupo de pessoas/que se expressa enfaticamente em público, sugerindo uma autonomia e uma liberdade grandes à narradora;

2) ela é portadora de todo um conhecimento e posicionamento crítico às mazelas da escravidão, narrando os horrores cometidos a uma outra mulher, escrava. Desta forma se confirma o discurso de autoridade de gênero, uma vez que uma mulher poderia destacar a dor da outra.

Nessa conversa, Maria Firmina apresenta ao leitor a personagem “uma senhora” o discurso abolicionista, pois no próprio corpo do texto deixa claro que a mesma já “[...] havia se constituído como membro da sociedade abolicionista de sua província [Maranhão] e no Rio de Janeiro”. (p.129).

Assim, somos informados sobre o reconhecimento do movimento abolicionista e o engajamento (da personagem) na ideologia deste movimento, defendendo e procurando meios para a abolição da escravidão dos negros. Maria Firmina expõe seu discurso antiescravista pautada no ponto de vista do Outro, reproduzindo a busca de um espaço onde as experiências narrativas oscilam entre o sentimento de alteridade (sensibilizar a partir do sofrimento) e na denúncia da crueldade presente na autoridade, que fazia o papel de legitimadora da escravidão.

Em outro trecho, a estratégia utilizada é a de retratar a escravidão, como a marca do atraso social, a raiz dos males do progresso nacional. Maria Firmina opta por uma explicação sociológica para dizer ao leitor que o modelo social vigente culminava no atraso do país. Com implicações sociais, políticas, econômicas e morais, impossibilitavam não apenas o progresso material do país, mas impedia a formação da própria nação.

⁷⁶ Na literatura o *alter ego* é um recurso comum, significa a identidade oculta de uma personagem, que pode ser também uma estratégia usada pelo autor do livro para se revelar indiretamente aos leitores.

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é e sempre será um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio, e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassombrada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na fronte de todos nós. (Ibid., p.124)

Assim, para Maria Firmina o progresso só viria com a adesão do trabalho assalariado, prática condizente com países (Europa ou nos Estados Unidos) que prezam pelo fim do trabalho escravo. Sem isso, para ela, jamais se alcançaria à condição de nação civilizada, se a sociedade se valesse da exploração da mão de obra escrava. Mas, o mais significativo: a escravidão era identificada a um estigma, que como se sabe, ao usar a referência de um estigma na fronte, ela está se referindo a uma chaga, uma ferida aberta na fronte de todas as pessoas. Daí seu discurso ser marcado pelas referências religiosas⁷⁷.

Neste jogo discursivo, Maria Firmina fez da sua obra um veículo para instruir o leitor e o fez usando tanto dos recursos morais, quanto problematizando a conjuntura social que culminava na urgência e imediata suspensão da escravidão.

O discurso literário proposto por Maria Firmina nos permite explicitar o que entendemos como contribuições de caráter didático-pedagógico para a instrução do seu tempo e, principalmente, para seu exercício de professora de primeiras letras quando em seu texto se posiciona e a coloca perante as questões sociais (escravocrata e patriarcal) daquela época.

Além disso, apresenta ao leitor análises e justificativas para abordar os assuntos em tela, pautando-se nas prerrogativas discursivas do seu tempo (estilo literário e temas abordados), demonstrando ainda ser conhecedora das leis, dos preceitos morais e, talvez mesmo, dos rumos políticos, econômicos e sociais, usando todos os argumentos que podia para difundir uma ideologia antiescravista.

Esse conhecimento das leis é destacado quando em uma passagem do conto *A Escrava* mostra para o leitor conhecimentos sobre as leis aplicadas àqueles

⁷⁷ Os estigmas são amplamente usados alegoricamente na hagiografia, desde a história de vida de São Francisco. Eles referem-se às chagas de Cristo assumidas também pelos santos que identificam-se ao martírio cristão.

que de alguma maneira as infligissem. Maria Firmina ao narrar que a personagem “uma senhora” coloca-se à margem da lei para proteger dois escravos foragidos, impunha a si o que chamava de “santo dever” e recriminava a lei que garantia ao forte “[...] o direito abusivo, e execrando de oprimir o fraco.” (Id., *ibid.*, p.129,) Ou seja, mesmo tendo consciência que seu ato representava uma violação à lei vigente, o fez. Visto que “[...] seu dever era socorrer aqueles infelizes”. Novamente, Maria Firmina se vale da questão moral e humanitária para defender a arbitrariedade da personagem ao ir de encontro à lei vigente e socorrer dois escravos infelizes.

Na defesa de tal ato, não se furta de enaltecer o dever cívico e moral em ajudar o próximo como algo mais importante que qualquer lei estabelecida. Deixa o leitor ciente que o ato vai de encontro à lei, contudo explica que a personagem não poderia agir de outra forma, por isto representar o “certo” a ser feito com a intenção de salvar duas vidas. Mais uma vez, o discurso de Maria Firmina busca explicar e/ou defender como a “[...] coragem a responsabilidade do ato” se justifica e como que “a humanidade impunha esse santo dever”. (idem)

Maria Firmina destoa de toda construção pejorativa acerca do negro escravo quando em seu discurso narrativo se vale das vozes do oprimido, e/ou marginalizado para criticar as suas próprias mazelas sociais. É permitido ao negro o direito à voz e a falar de si mesmo, o que confere a suas obras *Úrsula* e *A Escrava* uma intencionalidade de formar e mudar consciências, uma vez que os escravos denunciam à odiosa e inaceitável escravidão, mas, também, destroem qualquer discurso que defenda essa prática ou a supremacia de uma raça sobre outra (s).

Dessa maneira, as vozes dos negros aparecem em dissonância com os discursos histórico e literário tradicionais daquela época, porque as vozes se caracterizam como africanas e se manifestam contrárias à subordinação do poder patriarcal e escravocrata. São os próprios negros que se pensam, que se expressam que analisam a sua situação enquanto oprimido e revelam suas angústias.

No capítulo IX do livro *Úrsula*, intitulado A preta Susana, as ações da trama permitem que Maria Firmina apresente ao leitor um tributo de saudade a tudo que fora tirado dos negros escravos ao serem trazidos para o Brasil⁷⁸. A

⁷⁸ Uma escrava velha de propriedade de Luiza B..., a mãe de Úrsula. Foi à segunda mãe de Túlio após a morte da mesma. Conforme Santos a personagem preta Susana é a personificação do sentimento africano sobre a sua terra, sobre a vida que lhe fora tirada. Com essa personagem, Maria Firmina mostra a imagem do africano que fora brutalmente arrancado de sua vida para servir de mão-de-obra escrava. A escritora enfatiza a construção da identidade do negro escravo, concedendo-lhe a

personagem é a guardiã dos segredos e das memórias de seu povo e que guarda em si as alegres lembranças de um passado. É a partir dela e, com ela, que o leitor tem consciência de um passado histórico africano, uma vez que essa personagem é a que relata sua vida e a vida de seu povo na África, lugar onde tinha marido, filhos, terras e sempre gozara felicidade. Depois que fora trazida ao Brasil, foram só sofrimentos o que encontrou.

- sim para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quando me foi caro! Liberdade! Liberdade... Ah! Eu a gozei na minha mocidade![...] Ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria às descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. [...] mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em que me revia, em que tinha depositado todo o amor da minha alma: - uma filha, que era a minha vida, as minhas am-bições, a minha suprema ventura, que veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, essa filha tão ex-tremamente amada, [...] tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! (Id., p.115)

O conteúdo deste capítulo permite que o leitor reflita e discuta sobre a africanidade elaborada pelo próprio africano. Há uma contraposição de valores em sua fala, onde o Brasil aparece como espaço da escravidão e a África como lugar da liberdade humana. Nesse discurso nostálgico e saudosista é apresentada ao leitor uma pátria ancestral que representa o tempo de liberdade e felicidade dessa mulher, até mesmo nas lembranças.

afirmação de sua africanidade, de uma vida feliz e livre com sua família – na infância/juventude e, posteriormente no matrimônio e na maternidade. Nessa pesquisa, assim como Santos consideramos que a voz da personagem preta Susana é a voz da autora, uma espécie de *alter ego* de Maria Firmina dos Reis que constrói na imagem da velha africana o seu elo com o leitor, já que essa é a detentora de toda sabedoria e conhecimento sobre a questão da identidade e cultura do negro escravo. É a partir de suas memórias que o leitor obtém o conhecimento sobre o continente africano. (SANTOS, pp. 22-29.)

Nesse momento também, Maria Firmina se vale da ideia de compaixão para questionar tudo que fora tirada dos negros e se utiliza dos valores morais para defender suas críticas. Para desqualificar a escravidão se apega ao conceito de família como célula sagrada e como tal não pode ser separada/destruída e deixa explícito, ao leitor, que os bárbaros são os europeus que escravizam os seus semelhantes.

Em 2013, na pesquisa monográfica sobre a escritora maranhense, nos debruçamos em identificar o que Maria Firmina se propôs: *“apresentar ao leitor de sua obra ensinamentos e/ou conhecimento que a todo o momento são explorados na construção dos diálogos”* em seus discursos literários. Nesse primeiro mergulho sobre romance *Úrsula*, a leitura se ateve ao que definimos como *viés pedagógico*. (SANTOS, 2013, p.22)

Naquela ocasião, já assumia a premissa que Maria Firmina não somente ensinava, mas condenava e problematizava o tema escravidão. Pode-se dizer que ela se vale da palavra e do saber-fazer docente, para ensinar (mostrar, narrar, demonstrar, contar ao outro sobre uma questão), favorecendo o desenvolvimento sistemático de seu senso crítico e de seu posicionamento no mundo, na sociedade, sob um ponto de vista, sobre qualquer assunto. Assim, também entendemos o que Maria Firmina se propôs realizar em suas outras obras como escritora/educadora do século XIX.

É como escritora e educadora que se propõe falar de uma África idealizada contada a partir de suas leituras e/ou do contato com cativos daquela região. Vale lembrar, que Maria Firmina viveu quase toda a sua vida, desde os cinco anos de idade, na Vila de Guimarães, próxima a São Luís. E não existem relatos de que tenha conhecido o continente africano. Portanto, Maria Firmina se vale dos seus conhecimentos (leituras de outros escritores/professores) para construção do seu discurso antiescravista⁷⁹.

Assumimos, portanto, que em seus textos literários apresenta ao leitor suas percepções da sociedade a qual estava inserida, retratando na narrativa de suas obras a representação do social, a qual é construída, pensado e dado a ler por meio destas “[...] divisões, classificações e delimitações que organizam a apreensão

⁷⁹ Conforme apresentado no capítulo 2 desta pesquisa, com alguns marcas de escritores nacionais e internacionalmente que possam ter contribuído na sua formação como escritora e educadora.

do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real.” (CHARTIER, 1990, p. 17)

No exposto a seguir, vemos como a escritora narra para o leitor sobre a violência do aprisionamento até as condições subumanas na viagem nos porões do navio a partir do discurso do oprimido. Novamente, a inversão dos papéis, os bárbaros eram aqueles que capturam e prendem, e não os negros africanos, como era o discurso corrente na época. No qual a raça negra era considerada bárbara e inferior, por isso se entendia como legítima a escravidão.

[...] E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se de minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível a sorte me reservava ainda longos combates [...]. Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativeiro no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida; passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Dava-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca; vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem seus semelhantes assim que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (REIS, Op. cit., p.116)

Nesse momento, Maria Firmina não se furta em trazer detalhes para desqualificar o ato e a prática da escravidão. E, para desempenhar esse papel de dizer/narrar/contar sobre esse ato e/ou prática, como está posto na passagem, a barbárie, ao contrário, estava naqueles que escravizavam e transformavam seus semelhantes/seus iguais em vítimas de toda a violência que a escravidão poderia lhes proporcionar. O sentimento de igualdade é expresso pela exclamação da personagem, que não compreende como *criaturas humanas* conseguia tratar *tratem seus semelhantes* de forma tão cruel, reduzindo a animal ou objeto de pouco valor.

Essa passagem enriquece seu discurso quando faz uso da sensibilidade/da compaixão para propiciar ao leitor por meio de sua narrativa o

conhecimento/aprendizado sobre a travessia nos navios negreiros e todo o processo violento propiciado por esta prática⁸⁰.

Ainda que seja um texto literário, ele, ao nosso entender, se apresenta com significativo valor histórico. Visto que narra as torturas e os maus tratamentos sofridos nos porões do navio negreiro, ao denunciar a prática realizada pelos traficantes de escravos, com a captura de africanos livres e submetê-los ao cativeiro. E, especialmente, ao questionar: quem é o bárbaro e quem é o civilizado? Uma prática de reversão recorrente nos discursos de Maria Firmina onde levanta a questão de quem seria o verdadeiro bárbaro naquele contexto do século XIX. Ou seja, Maria Firmina sugere/pede para o leitor em atenção a tudo que lhe fora apresentado/contado/narrado para determinar quem age como um verdadeiro inimigo da civilização.

Outro drama sofrido pela negra escrava que é relatada por Maria Firmina e que está presente no seu conto *A Escrava* é o tema da maternidade negra e a denúncia atividade do tráfico humano como uma prática daquela época. A narrativa relata a estória de uma escrava idosa, muito maltratada e que, apesar de ser considerada louca, ainda é explorada por seu dono. A loucura e/ou a revolta da personagem tem origem na separação entre a mãe e os filhos.

Diz ela:

[...] - Não sabe, minha senhora, eu morro, sem ver mais meus filhos! Meu senhor os vendeu... eram tão pequenos... eram tão fracos... é a morte que chega. Não tenho pena de morrer, tenho pena de deixar meus filhos... Meus pobres filhos!... Aqueles que me arrancaram destes braços... [...]" (Apud MORAIS FILHO, p.130)

O discurso de Maria Firmina evidencia uma conduta da sociedade e do tempo que viveu ao tratar o sujeito negro (a) escravo (a) como mercadorias quando aborda a prática dos mercadores de escravos com o comércio das crianças nascidas das escravas. E para falar disso, elabora seu discurso em torno da

⁸⁰ No ano da publicação do romance *Úrsula*, em 1859, a lei Eusébio de Queiroz já tinha nove anos de decretada. Foi uma modificação que ocorreu em 1850 na legislação escravista brasileira que proibia o tráfico de escravos para o Brasil.

conscientização da moral social que, estando enfraquecida, permite que uma mãe seja separada de seus filhos.

Maria Firmina descreve para o leitor a subtração da vivência plena desse amor maternal, a violência e o horror da separação entre mães e filhos, configuram-se como uma crítica direta ao tema da maternidade negra e a atividade do tráfico humano na cultura brasileira. Outra questão que traz à lume é sobre o direito de propriedade conferido ao senhor de escravos ao narrar como algo hereditário: “[...] *Minha mãe era escrava, meu pai de raça índia; mas eu de cor fusca [...]*” (idem), porém era tratada como escrava. Num jogo de discurso entre o sentimento de angústia e rancor, Maria Firmina mostra uma personagem que se vê enredada numa prática respaldada pela lei, mas que aos olhos da moral era visto com indignação social e como algo abominável.

Até aqui, mostramos que Maria Firmina, na tentativa de formar/mudar/ensinar ao leitor uma nova consciência sobre a odiosa e inaceitável prática da escravidão, apresenta também um discurso que busca desconstruir a prática ou a supremacia de uma raça sobre outra (s). E ao falar sobre a questão da raça, não se limitou em seus temas as discussões do negro escravo, uma vez que a mestiçagem, a herança cultural brasileira como produtos das 3 raças (negro, europeu e índio) entrecruzadas, são persistências nas obras de Maria Firmina dos Reis.

No contexto do século XIX, na província do Maranhão, a questão da raça e mestiçagem não foram termos neutros nos escritos de Maria Firmina, como podemos observar no romance *Úrsula* e em seu conto *A Escrava* ao trazer para o cenário dos seus escritos a discursão do negro escravo, que enquanto propriedade do senhor de escravos era por definição, o não cidadão. No seu romance *Gupeva*, o tema da mestiçagem volta à cena em seu escrito ao relatar os encontros e desencontros de dois povos de culturas diferentes: Indígena e a Europeia.

O romance tem seu início com o seguinte relato, estas são “[...] as nossas terras do norte [...]” lugar do descobrimento de nosso país, as terras da Bahia. Maria Firmina já localiza o leitor de seu romance de qual lugar ela fala e qual conhecimento quer passar: o Brasil nasce e/ou descoberto desse lugar, onde tudo começou. Para em seguida, apresentar ao leitor sua opinião sobre as mazelas da união entre uma indígena e um europeu. E, faz isso, se valendo de uma estória de amor da indígena *brasiliense* com um jovem oficial francês.

Contudo, Maria Firmina não tem como a questão (objetivo) de sua obra falar da formação da pátria/nação brasileira ou de traçar outro perfil de identidade para o nosso país, como alguns escritores do seu tempo que tiveram esse tema como voga⁸¹. Realmente, Maria Firmina se vale desse tema, contudo fez para construir duas críticas/dois olhares em relação à postura do homem europeu sobre a mulher.

Na sua primeira análise apresenta ao leitor o homem francês, como ser fraco e movido por paixões, ao se declarar enamorado por uma indígena se declara como um homem sem ambição, de ações impulsivas, sem nenhum tipo de glória, porque para ele (francês) “[...] *As minhas ambições, o meu querer, meu desejo resume-se todo nela*”.

Na sua segunda análise apresenta ao leitor o homem português, que diferentemente do homem francês são “[...] almas intrépidas, corações fortes, os rudes ardendo sempre mais em fogo belicoso: o sangue que herdaste de teus avós gira em teu peito com ambição de glória, de renome; são nobres as tuas ambições [...]”. (JORNAL ECO DA JUVENTUDE, 1865, Apub MORAIS FILHO, 1975, p. 105).

Se, em virtude de um certo apego ao passado português, ela valoriza esta nacionalidade em relação à francesa, quando ambos europeus são colocados em relação ao indígena, Maria Firmina apresenta ao leitor que ambos estão equivocados, pois cada um, ao seu modo, se apresentam como causadores de todas as mazelas na vida da mulher indígena.

Para o português, o amor entre o francês e uma indígena é uma representação da mais pura

[...] loucura meu amigo - que loucura a tua apaixonaste por uma indígena do Brasil; por uma mulher selvagem, por uma mulher sem nascimento, sem prestígio: ora, Gastão seja mais prudente; esqueça-a. E por quê?! Porque ela não pode ser tua mulher, visto que é muito inferior a ti, porque tu não poderás viver junto dela a menos que intentasses cortar a tua carreira na marinha, a menos que desprezando a sociedade te quisesses concentrar com ela nestas matas. Gastão, em nome da nossa amizade, esqueça-a. (idem, p. 106)

⁸¹ Ao falar sobre o tema indianista, Maria Firmina dialoga com o texto de seu conterrâneo Gonçalves Dias, *I-Juca Pirama*, publicado em Últimos Cantos, de 1851 e com José de Alencar, em 1865, ao publicar Iracema.

Maria Firmina coloca em destaque a visão que o homem português tinha da mulher indígena na sociedade maranhense do século XIX. Não podemos deixar de supor que essas colocações não tenham surgido de questões presentes no contexto ao qual esteve inserida e que essa postura pejorativa e preconceituosa do europeu não fosse corriqueira e condizente ao seu tempo.

Em tal construção, portanto, a mulher indígena é vista pelo português como totalmente inferior à mulher europeia: selvagem, sem nascimento, sem prestígio. Já para o francês é uma mulher a ser maculada como acontece nas paixões avassaladoras, talvez se aparente ao exótico e ao objeto de desejo pelo desconhecido.

O desenho social e psicológico da personagem feminina no romance *Gupeva* é comparado a uma serpente, “[...] vê essa mulher que te fascinou, como fascinam as cobras.” (idem, p. 108), a autora mostra o sexismo, em relação às mulheres, tendo em vista a alegoria da serpente. Dessa forma, Maria Firmina dialoga em seu escrito e num jogo reflexivo produz sua crítica sobre as situações sócio-cultural e psicológica a qual era subjugada a mulher indígena na sociedade maranhense do século XIX.

Por fim, a nosso ver, no romance *Gupeva* de Maria Firmina não tem a intenção de delimitar ou estabelecer um discurso literário sobre o ideário de nacionalidade que visa construir uma origem para a nação brasileira. O discurso proposto, pela mesma, está em apresentar ao leitor a maneira pejorativa pela qual a mulher indígena era tratada pelo homem europeu (português e francês) e pontuar a falta de honra e rudeza, do homem português, assim como a falta de ambição e de glória, do homem francês.

Ao longo da narrativa das obras, *Úrsula*, *Gupeva* e *A Escrava*, foi possível identificar que as personagens femininas ora entram em consonância com as imagens das heroínas românticas do século XIX, ora rompem com os estereótipos, num deslocamento que anseia entrar em sincronia com os discursos dos textos⁸².

Algumas personagens já foram apresentadas no decorrer da pesquisa por representarem nos discursos literários dos textos a voz da consciência e do lugar de

⁸² Como já mencionado neste Capítulo, seria uma estratégia de apresentar ao público leitor uma obra ancorada no movimento artístico própria do romantismo brasileiro, mas que tem como proposta dar voz e contar as histórias dos oprimidos.

inferioridade a que a mulher era destinada, no século XIX, e que magistralmente, Maria Firmina dá destaque. Por conceder ao oprimido a falar do seu lugar enquanto mulher e/ou negra e/ou escrava.

Em *Úrsula*, como vimos, a personagem preta Susana narra as suas memórias em uma África até então, desconhecida. Já em *Gupeva*, a personagem Épica não tem voz sendo conhecida pelo leitor na fala dos personagens masculinos. Sobre ela ficamos sabendo por vozes masculinas (português e francês) que de maneira pejorativa define a indígena como um ser inferior ao homem ou a qualquer mulher europeia ou por voz de Gupeva⁸³, que descreve as personagens (mãe e filha), como infelizes que caem na tentação do homem europeu tornando-se vítima da falta de honra dos mesmos.

Épica é, portanto, uma referência ao feminino das personagens (mãe e filha), mas refere-se à própria sobrevida heroica dos indígenas no conto. Aqui, talvez, pareça a figura literária dos fatos lendários indígenas, e talvez seja a própria relação entre as tramas de sedução dos homens europeus e das mulheres indígenas, resultando numa miscigenação muito marcada na região norte do país.

Por sua vez, como já dito, o conto *A Escrava* é narrado por uma personagem apresentada apenas como “uma senhora”, demonstrando o lugar de onde ela fala e as condições de produção (criação/publicação) evidenciando o lugar que envolvia a mulher no cenário político e cultural do século XIX.

Retomo, apenas para finalizar uma preposição sobre a questão de gênero marcada nas obras. A narrativa, como sabemos, tem início em um salão onde se encontram as pessoas de melhor posição da sociedade, que discutem sobre variados assuntos e, em certo momento, trazem à tona o tema da escravidão. Assim afirma Maria Firmina:

Em um salão onde se achavam reunidas muitas pessoas distintas, e bem colocadas na sociedade e depois de versar a conversação sobre diversos assuntos mais ou menos interessantes, recaiu sobre o elemento servil. O assunto era por sem dúvida de alta importância. A conversação era geral; as opiniões, porém divergiam. Começou a discussão. – Admira-me, disse uma senhora, de sentimentos

⁸³ Cacique da Tribo, que assume a indígena Épica como sua filha após sua esposa, de mesmo nome, Épica ter voltado grávida do francês Conde de..., ao retornar de uma viagem a Europa. É um índio descrito como forte, bravo e guerreiro que mesmo ao ser traído, aceita e assume a indígena Épica como sua filha.

sinceramente abolicionista; faz-me até pasmarr como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezanove! (Apud MORAIS FILHO, Op. cit., p.123)

O exposto acima apresenta a ideia da estratificação social e das regras da sociabilidade, no qual o espanto de “uma senhora” era permitido, por ser ela a manifestação do “avanço” em relação ao século XIX. Ela se posiciona frente a um público, a falar sobre a escravidão mostrando que a defesa desta prática social e econômica era o sinônimo do atraso (o presente século XIX!, como exclama).

Em um plano dual, notamos que o anonimato para aquela que expõe os fatos, registra-se no texto literário como proteção e, ao mesmo tempo revela que ela é quem detém todos os ensinamentos na luta pelos direitos políticos e sociais dos oprimidos. Pode-se dizer que não é necessário ter um nome, uma vez que ela se apresenta como o futuro, alegoricamente.

Com essa personagem, Maria Firmina, além do propósito de informar, aponta a quebra de paradigmas sociais sobre o lugar destinado a mulher daquele tempo. Percebemos que questiona os limites e as delimitações que são impostas às mulheres, e a todo tempo demonstra com o quê está comprometida, se valendo dos conhecimentos de seu tempo, para expor sua posição contra a escravidão e a submissão da mulher.

E é ela que, desafiadora, tem a missão de proferir ao senhor de escravos, que “[...] *A lei retrogradou. Hoje protege-se escandalosamente o escravo, contra [homens como] o seu senhor[...]*” (Id., pp.133-134).

Maria Firmina dos Reis tinha consciência do lugar, que ocupava, no século XIX, como escritora e educadora em uma sociedade patriarcal. O lugar da personagem feminina e do negro como textos de ficção no âmbito das letras nacionais determina de qual lugar e para quem ela fala, assim como fala dela, de sua própria vida e sua história naquela sociedade.

Seus discursos literários são carregados de uma intencionalidade formativa e educativa. É deste caráter didático-pedagógico que esta pesquisa objetivou apresentar, num contexto de escrita literária que se forma por ter temas e enredos que permitem a inserção de conteúdos históricos, saberes ensináveis pela via literária. Um discurso educativo, para quem desconhecia, passar a conhecer e para quem já conhecia, passar a questionar.

Em especial, destacamos que a história de vida, a docência e a literatura de Maria Firmina se constroem em eixos, que aqui a distingue e nos permitem tirar o anonimato a professora, não em seu ofício da prática de aula, mas como o exercício intelectual que caracteriza a docência. Com isso, imaginamos saber o que ela pensava ao ser protagonista na criação de uma escola rural mista. E o que talvez privilegiasse em seus ensinamentos aos estudantes em Guimarães.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos que apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une*⁸⁴.

(Milton Santos)

Partindo do pressuposto que todo sujeito interfere no seu tempo ao utilizar-se do discurso para tecer críticas a uma conjuntura social, indubitavelmente nesse processo o autor faz o esforço de rever a sua realidade e atentar-se para a possibilidade de mudança/intervenção. É um processo dual onde ele, o autor formula suas premissas para interagir e oferecer ao leitor uma prática formativa.

Ao estudarmos a escrita de Maria Firmina dos Reis é perceptível neles sua vocação didático pedagógica, como também a construção do fazer-educativo na narrativa das suas obras. No seu texto, ela consegue pontuar os entraves da sociedade do século XIX, a realidade pautada na exclusão de mulheres e negros escravos mostrando o que Milton Santos sinaliza em sua frase acima citada, como a *força da alienação* que para ela vinha do modelo de sociedade que escravizava e excluía seu semelhante. Um discurso construído nas vozes dos oprimidos que assim como ela precisa ser escutada.

Talvez tenha sido exatamente essa característica que a tenha produzido em “apagamento”, um tipo de esquecimento literário, por um período tão longo do século XX. Suas obras não chegam a ser tão significativas do ponto de vista literário, mas certamente o são do ponto de vista educativo.

Entendendo que essa pesquisa não esgota o tema, mas é certamente mais um passo para estudos que procuram desvendar a trajetória percorrida pela

⁸⁴ SANTOS, Milton O Espaço do Cidadão São Paulo, Editora Nobel, 1993, p.17.

maranhense e, que o fiz em condições diferentes aos do seu biógrafo Moraes Filho, que atuou em um importante processo de consagração da autora, mas que incorreu em sua mitologização. Redescobrir e recuperar a figura da intelectual, como aquela pessoa que faleceu em 11 de novembro de 1917 aos 92 anos, solteira, cega e pobre⁸⁵ diz muito sobre a cultura e a política do início do Brasil republicano, mas de fato, pouco diz sobre a figura de Maria Firmina dos Reis.

Por outro lado, em nossa pesquisa, a escritora e professora é uma mulher que instruiu-se e atuou no contexto do século XIX e, mesmo não sabendo se foi à escola, é possível encontrá-la no interior de toda esta dinâmica de organização escolar do período, seja pela sua própria vinculação profissional, seja por sua rede de relações familiares e até mesmo por suas posições educativas nas obras que escreveu e nos textos para imprensa maranhense.

Identificamos uma Maria Firmina inserida, no que definimos como em redes de sociabilidade, engajada nos espaços em que transitou, seja como educadora, como escritora, em suas relações de amizade e, até mesmo no convívio com estas pessoas⁸⁶ influenciando nas suas práticas escriturárias.

Consideramos, portanto, que Maria Firmina tenha feito uso desse processo de sociabilidade, principalmente, em seus escritos, assumindo as premissas de Cândido (1965, p.79), que nos ensina sobre o surgimento das obras não como um fenômeno pontual, expressão individual, mas como um evento de natureza sociológica, no qual a obra está relacionada ao contexto social.

A respeito das suas três obras, *Úrsula*, *A Escrava* e *Gupeva*, apresenta o que Cândido fala sobre a natureza sociológica ao trazer para o leitor, temáticas assentadas em questões sociais vigentes na sua época. É uma mulher que não se

⁸⁵ MORAIS FILHO, José Nascimento. *op. cit.*, p.318.

⁸⁶ Entre eles, seu primo Sotero dos Reis, Gentil Braga, Henrique Leal, Cesar Marques, Sabbas da Costa, Sousa Andrade e Celso de Magalhães.

omite e nos fala de uma sociedade autoritária e patriarcal que escravizava homens e mulheres, apontando que a estes escravos, o tratamento era de violência, submissão e a transformação em párias, como é o caso de personagens das obras, *Úrsula* e *A Escrava*. Já em *Gupeva*, a autora aborda a temática indígena para informar e criticar a postura do homem europeu sobre a mulher indígena e pontuar que todas são pejorativas. Portanto, Maria Firmina não apenas vivencia e age em relação ao momento histórico do qual está inserida, mas, também, nos dá a conhecer seu olhar sobre aquele momento, por meio de seus escritos.

Ao analisarmos as condições em que Maria Firmina atuou como educadora, identificamos que sua trajetória como escritora maranhense do século XIX se confunde com sua profissão docente. O número expressivo de afastamentos valendo-se dos seus direitos no exercício docente conjectura que serviram para mergulhar na escrita de suas obras, fez uso dessa prerrogativa, tendo em vista que alguns dos pedidos coincidem com as datas de publicação de seus escritos.

Propusemo-nos compreender, tendo em vista as condições sociais nas quais a Maria Firmina dos Reis atuou como educadora, identificar as suas contribuições de caráter didático-pedagógico e moral que suas três obras literárias *Úrsula*, *A Escrava* e *Gupeva*, tenham possibilitado a educação no século XIX. Nesse contexto de ampliação sobre a literatura, no qual entendemos as obras como veículo de contestação onde o jogo discursivo permite instruir o leitor e problematiza a prática social do seu tempo esta presente na narrativa da maranhense.

FONTES E BIBLIOGRAFIAS

Discursos

MARANHÃO. Relatórios proferidos na Assembleia Legislativa Provincial de 1838 a 1881. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em 13 de Jul. de 2015.

Documentos Legislativos

Brasil. Constituição Política do Império do Brasil, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/constituicao24.htm >. Acesso em 13 de jul. de 2015.

Brasil. Decreto – **Lei Imperial de 15 de outubro de 1827.**

Brasil. **Ato Adicional de 12 de agosto de 1834.**

Brasil. **Lei Provincial nº 3, de 9 de março de 1835.**

Brasil. **Lei Provincial nº 76/1838.**

Brasil. **Lei Provincial nº 77, de 24 de junho de 1838.**

Brasil. **Lei Provincial nº 105, de 23 de agosto de 1841.**

Brasil. **Lei Provincial nº 267 de 1849.**

Brasil. **Lei Provincial nº 1088 de 17 de julho de 1874.**

Brasil. **Lei Provincial nº 267 de 1849.**

Jornais *:

Jornal da Tarde, São Luís, 1859.

Jornal Publicador Maranhense, São Luís, 1871.

Jornal Publicador Maranhense, São Luís, 1880.

Jornal da Tarde, São Luís, 1881.

Jornal Pacotilha, São Luís, 1886.

*Documentos pertencentes ao Acervo Digital Hemeroteca e Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) em São Luís – MA.

No Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)

Instrução Pública da Província do Maranhão – 1854.

Livro da Assembleia Provincial do Maranhão, Outubro/1847.

Livro da Assembleia Provincial do Maranhão, Outubro/1853.

Livro da Assembleia Provincial do Maranhão, Outubro/1854.

Livro da Assembleia Provincial do Maranhão, Outubro/1856.

No Museu Histórico e Artístico do Maranhão

Imagem do busto de Maria Firmina dos Reis. Fonte: Carla Sampaio dos Santos, Maio/2015.

Textos (Internet)

Frei Gabriel Malagrida. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriel Malagrida](https://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriel_Malagrida)>. Acesso em: 3 de nov. de 2015.

Guerra do Paraguai. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2>>. Acesso em: 9 de out. de 2015.

Jornal da Poesia. Disponível em: < <http://www.e-net.com.br/seges/poesia.html>>. Acesso em: 9 de out. de 2015.

José Ribeiro do Amaral Disponível em:< <http://www.academiamaranhense.org.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

Nascimento Morais Filho. Disponível em:< <http://www.antoniomiranda.com.br/>>. Acesso em: 25 de jan. 2014

Bibliografia consultada

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A Educação do “Bello Sexo” em São Luís na Segunda Metade do Século XIX**. São Luís, 2014.

_____. ABRANTES, Elizabeth Sousa (Org.). **A Educação Feminina em São Luís (século XIX)**. In: COSTA, Wagner Cabral da (Org.). História do Maranhão: novos estudos. São Luís: EDUFMA, 2004.

ALBANO, Paula Lorena Cavalcante.; STAMATTO, Maria Inês S. **A História ensinada e as aulas régias na Capitania do Rio Grande (1808 – 1821)**. Disponível em:< www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab.../paula_albano_st1.pdf> Acesso em: 02 de jul. de 2015.

ANDRETA, B. L.; ALÓS, Anselmo. **A Voz e a Memória dos Escravos: Úrsula, de Maria Firmina dos Reis**. *Identidade*, v. 18 n. 2 p. 194-200 jul./dez. 2013. Disponível em:< <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/952>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura brasileira; introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 6. E. Brasília: Ed. UnB; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. 940p.

BASTOS, Maria Helena C. **A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827)**. *História da educação*. Pelotas, nº 1, v. 1, 1997. p. 115-133.

BATISTA, Conceição de Maria Moreira. **A tríade escrava na obra**. São Luís: UFMA, 2002, monografia.

CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750- 1880)**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 1985.

CARVALHO, Claunísio. **Imagens do negro na literatura brasileira do século XIX: uma análise do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis**. *Ciências Humanas em Revista - São Luís*, v. 4, n.2, dezembro, 2006. Disponível em: <http://www.nucleohumanidades.ufma.br/pastas/chr/2006_2/claunisio_carvalho_v4_n2.pdf >. Acesso em: 09 fev.2013.

CASTELO BRANCO, Joseilma Lima Coelho. **Instituição da escola primária privada na província do Maranhão (1834-1854)**. 2014. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação Florianópolis. 2014.

CASTRO, Cesar Augusto. (Org.). **Leis e regulamentos: da instrução pública no Maranhão Império (1835-1889)**. São Luís: EDUFMA, 2009.

_____. **A educação da infância desvalida no maranhão oitocentista: a casa de educandos artífices**. *CBHE* 4, 2006. Disponível em:< <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

_____. **O ensino agrícola no Maranhão imperial**. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n. 48, p. 25-39 Dez. 2012. Disponível em:< <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

_____. **Os percursos da obrigatoriedade escolar no Maranhão.** In: Diana Gonçalves Vidal; Elizabeth Figueiredo de Sá; Vera Lucia Gaspar da Silva. (Org.). *Obrigatoriedade Escolar no Brasil.* 1ed. Cuiabá: EdUFMT, 2013, v. 1, p. 99-114.

_____. CASTELLANOS, Samuel Luís Velazquez; Coelho, Josivan Costa. **Inspetoria da instrução pública e profissão docente no Maranhão império.** *Caderno Pesquisa, São Luís, v. 22, n. 1, jan./abr. 2015* Disponível em:<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/File/339>> 4/2075>. Acesso em: 26 fev. 2015.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações.** Col. *Memória e sociedade.* Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **“O mundo como representação”.** In: *À Beira da Falésia: a História entre certezas e inquietudes.* Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 61-79.

CIRINO, Rayssa Gabrielle Vieira. **O Conselho Presidencial e a construção da ordem.** In: *Anais do II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista.* São Luís, 2011. p. 1-12. Disponível em: < <http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/cirino.pdf> >. Acesso em: 13 de jul. de 2015.

CHALHOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (orgs.). **A história contada. Capítulos de história social da literatura no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Instrução elementar no século XIX.** In *500 anos de Educação no Brasil,* Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FERNANDES, Maria. **Maria Firmina dos Reis – “à autora dos seus dias”.** *Caderno Seminal Digital, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 14, jul/dez, 2010.* Disponível em: <http://www.dialogarts.uerj.br/admin/arquivos_seminal/seminal_14.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2013.

GONDRA, José Gonçalves; SCHNEIDER, Osmar (org.). **Educação e Instrução nas Províncias e na corte Imperial (Brasil, 1822, 1889).** Vitória: EDUFES, 2011.

_____. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Educação na Baixada Maranhense 1822/1889. 1982.** 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 1982.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, SP: EDUNICAMP, 1990.

_____. **"Documento/Monumento"**. In: História e Memória. 5º Ed. Trad. Bernardo Leitão et.al, Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p.525-541.

LOPES, Antônio. História da imprensa no Maranhão (1821-1925). Rio de Janeiro: DASP, 1959.

LOPES, Eliane M. Teixeira; FILHO, Luciano M. de Faria; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica 2011.

MARTINS, Maria do Carmo; ROCHA, Heloísa H. P. **Lugares de memória: sedução, armadilhas, esquecimento e incômodos**. *Horizontes*, v. 23, n. 2, p.91-99, jul./dez. 2005.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. 3. ed. São Luís: Fundação Autêntica, 2001.

_____. **Panorama da literatura maranhense**. São Luís: Imprensa Nacional São Luís, 1955.

MELO, Carlos Augusto de. **A formação das histórias literárias no Brasil: as contribuições de Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), de Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871)**. 2009. 326f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas- SP. 2009.

MENDES, Melissa. **A história hoje: gênero, representação e literatura a partir do romance Úrsula de Maria Firmina dos Reis**. Anais XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1336343964_arquivo_ahistoriahoje.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2013.

_____. **Uma análise das representações sobre as mulheres no maranhão da primeira metade do século XIX a partir do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis**. 2013. 149f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA. 2013.

MENDES, Algemira. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX**. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul, 2006. 282p.

MENEZES, Raimundo de. **Dicionário literário brasileiro**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

MILANESI, Dálcio Aurélio. **Sobre a Guerra do Paraguai**. In: Revista Urutágua, revista acadêmica multidisciplinar. 2004 nº 05, Maringá/Paraná/Brasil. Disponível em: www.uem.br/urutagua/06his-milanesi.htm >. Acesso em: 09 fev. 2014.

MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina dos Reis – fragmentos de uma vida**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo /1876-1994. São Paulo: Editora UNESP: CONPED, 2000.

MOTTA, Diomar das Graças. **Pioneirismo da escolarização feminina no Maranhão**. Cbhe3, 2004. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo6/406.pdf> > Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. **A outra escola normal maranhense**. Cbhe5, 2013. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/11.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

NEVES, Fátima Maria. **O Método Lancasteriano e o Projeto de Formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889)**. 2003. 293f. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis, 2003.

_____.; MEN, Liliana. **O Método de Lancaster e a Cultura Escolar**. In: 16º COLE - Congresso de Leitura do Brasil, 2007, Campinas. 16º Cole - No mundo ha armadilhas e é preciso quebrá-las. Campinas: ALB, 2007. p. 212. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais16/sem07pdf/sm07ss12_06.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2014. Acesso em: 13 de jul. de 2015.

OLIVEIRA, Paulo. **Guimarães na História do Maranhão**. 1ª E. Editora Sioge, 1979. _____ . **Cronologia da História de Guimarães**. 2ª E. Goiás: Editora Cegraf, 2008.

OLIVEIRA, Adriana. **Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis**. 2007. 107f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

OLIVEIRA, Rosângela Silva. **Do contexto histórico às ideias pedagógicas predominantes na escola normal maranhense e no processo de formação das normalistas na primeira república**. 2004. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA. 2004.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. 300p.

REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. 2. ed. Impressão fac-similar. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora LTDA, 1975.

_____. Úrsula. 3. ed. Organização, atualização e notas por Luiza Lobo. Introdução de Charles Martin. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1988.

_____. Úrsula. 4. ed. Florianópolis: Editoras Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

_____. Gupeva: romance brasiliense. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. Maria Firmina: fragmentos de uma vida. São Luís: Imprensa do Governo do Maranhão, 1975.

_____. Álbum. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. Maria Firmina: fragmentos de uma vida. São Luís: Imprensa do Governo do Maranhão, 1975.

_____. Gupeva. **Porto Livre**. São Luís, ano 2, n. 68, 9 fev. 1863, p. 3.

_____. Gupeva. **Eco da Juventude**. São Luís, ano 1, n. 14, 12 mar. 1865, p. 3-7.

_____. Gupeva. **O Jardim das Maranhenses**. São Luís, ano 1, n. 25, 13 out. 1861.p. 1-2.

_____. A escrava. **Revista Maranhense**, Ano 1, n. 3, novembro de 1887, apud Moraes Filho, Op.cit.

_____. Úrsula; **A escrava**. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

_____. **Cantos à Beira-Mar**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1871.

_____. **Hino à liberdade dos escravos**. In: FARIA, Antônio Augusto Moreira de; PINTO, Rosalvo Gonçalves (Orgs.). Poemas brasileiros sobre trabalhadores: uma antologia de domínio público. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2011. p. 53.

RIBEIRO, Vânia Mondego. **A Implantação do ensino secundário público: maranhense: Liceu Maranhense**. 2006.152f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA. 2006.

RODRIGUES, **Maria José Lobato**. **Educação feminina no recolhimento do Maranhão: o redefinir de uma instituição**. 2010.154f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA. 2010.

SANTOS, Carla Sampaio dos. **Educação, Negritude e Condição Feminina: uma análise sobre Úrsula, romance abolicionista de Maria Firmina dos Reis** Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, (monografia e graduação), 2013.

SILVA, Régia Agostinho. **A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão**. Leitura: Teoria e Prática, v. 29, n. 56 (2011). Disponível em: <<http://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/52/51>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores**. In: REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. 500 anos de educação escolar. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 nº 14.

TELLES, Norma. **Escritoras, escritas, escrituras**. In: PRIORE, Mary (Org). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2002. p. 401-442.

_____. **Rebeldes escritoras, abolicionistas**. Revista História. São Paulo, jan/jul. 1989. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rh/n120/a05n120.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2012.

VIDAL, Diana Gonçalves; Sá, Elisabeth Figueiredo de; SILVA, Vera Lucia Gaspar da (Org.) **Obrigatoriedade escolar no Brasil**. 1. ed. Cuiabá: EdUFMT, 2013. v. 1. 442 p.

ZIN, Rafael Balseiro. **Literatura e afrodescendência no Brasil dos oitocentos: uma proposta de investigação a partir da análise interna do romance Úrsula (1859) de Maria Firmina dos Reis**. V Seminário de Iniciação Científica e II Seminário da Pós-Graduação. São Paulo 04 a 08 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.fespsp.org.br/seminario2013/artigos/IIseminarioPesquisa_RafaelBalseiroZin.pdf>. Acesso em: 23 set. 2015.

ANEXOS

— A' Francisco Raimundo Quadros — Pelo seu officio de hontem sob n. 1 fico inteirado de achar-se Vinc. exercendo interinamente o cargo de Inspector da Instrucção Publica em lugar do Lente Francisco Sotero dos Reis que o exercia e que passou a tomar assento na Assembleia Legislativa Provincial.

Figura 2: Posse na Assembleia Legislativa Provincial.
Fonte: Jornal Publicador Maranhense, Agosto/1848.

*Nomeação para Professora de primeiras
letras de sexo feminino da Villa de Qui-
manzás - Maria Francisca dos Reis.*

*Doctor Joaquim Franco de Sá - Official da Imperial Ordem do Rio,
Cavalleiro da de Honra, juiz do Direito da Comarca de Alcanizes, e
partida a Assembleia Geral Legislativa, e Presidente da Provincia do
Maranhão por Sua Magestade o Imperador do Brasil D. Pedro II.*

*Fico saber aos que este Alvará virem, que attentando a que Maria
Francisca dos Reis, oppositora a cadeira de primeiras letras de sexo femi-
nino da Villa de Quimanzás, se acha convenientemente habilitada na
forma da Lei de quinze de Outubro de mil e oitocentos e vinte e seis, por
seu conhecimento das Leis em vigor prevista na mesma al-
ticia de mencionada cadeira, que se acha vaga, havendo a cede-
nada annual que legalmente lhe compete. Manda por tanto
que quem pertencer, que obedeça-lhe a pagar desta cadeira, e que pas-
sar a juramento do cargo, adida no vi, e exercitara*

2015/05/14

Figura 3: Nomeação para Professora de Primeiras Letras
Fonte: Livro da Assembleia Provincial do Maranhão, Outubro/1847.

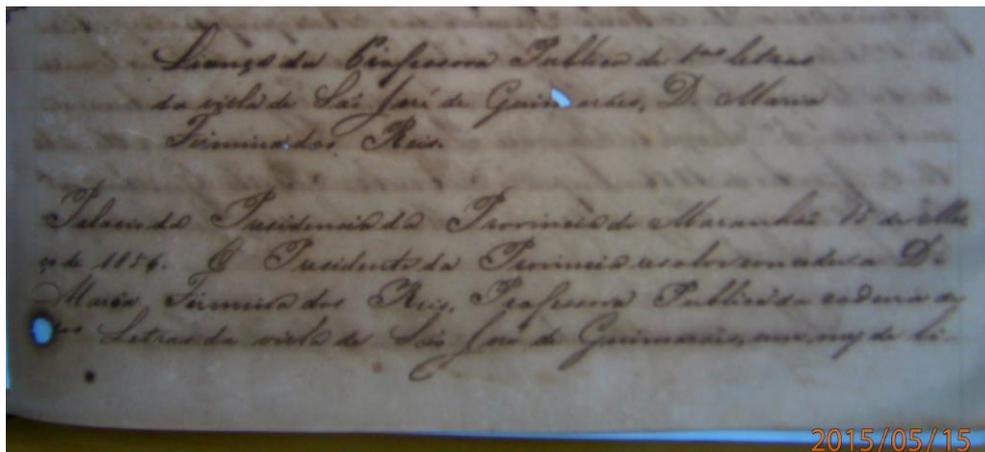


Figura 6: Pedido de Licença
Fonte: Livro da Assembleia Provincial do Maranhão, Março/1856.

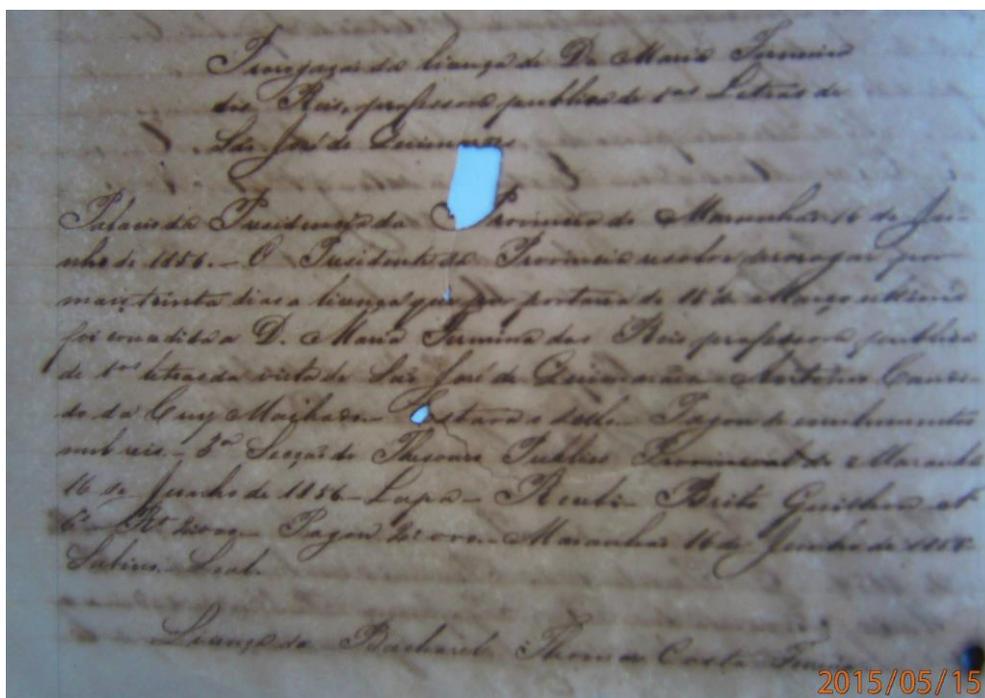


Figura 7: Prorrogação de Licença
Fonte: Livro da Assembleia Provincial do Maranhão, Maio/1856.



Figura 8: Licença
Fonte: Jornal da Tarde, Setembro/1859.

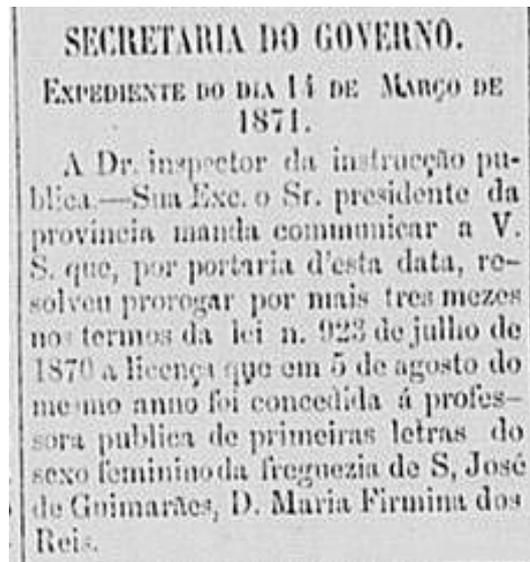


Figura 9: Licença
Fonte: Jornal Publicador Maranhense, Março/1871.

Licença.

Entra em 1.ª discussão o projecto, concedendo um anno de licença, com todos os vencimentos á professora publica de Guimarães, d. **Maria Firmina dos Reis.**

O sr. padre Carvalho:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. padre Carvalho:—Sr. presidente, tenho muito pezar em votar contra o projecto em discussão, tanto mais quando trata-se de uma professora respeitavel por muitos titulos.

Vejo, porém, que a petição vem acompanhada unicamente de dous documentos: o attestado do parcho, que, embora me mereça toda confiança, não é comtudo profissional na materia. . . .

O sr. Carlos Quadros:— De que data é o attestado ?

O sr. padre Carvalho:—De 20 de outubro de 1879.

O outro documento que está junto á petição é um attestado do delegado litterario, que tambem não é profissional, e nelle se declara que esta professora se acha atacada de inflammação no figado.

Ora, já fazendo tempos que esteve atacada d'esta molestia, é muito provavel que já esteja boa; e si assim não fóra, já se teria naturalmente dirigido de novo a esta assembléa, reiterando o pedido.

Voto, portanto, contra o projecto.

O sr. José Ribeiro:—Requeiro, sr. presidente, que seja o projecto remettido á commissão de petições, e a rasão é simples. É possível que a molestia persista, e que esta,

professora precise ainda do favor que lhe concede o projecto; e enquanto vai á commissão este projecto, terá ella tempo de renovar o seu pedido, e apresentar documentos que o instrua.

O sr. padre Carvalho:—Neste caso, melhor seria o adiamento.

O sr. José Ribeiro:—Desde que vá o projecto á commissão, tem a professora tempo de obter novos documentos.

O sr. Raymundo Sá:—Ha um medico em Cururupú.

O sr. José Ribeiro:—E' certo que ha em Cururupú um medico; mas o nobre deputado comprehende, que distante como é uma localidade de outra 14 legoas, facil não é a professora obter esse attestado.

O que desejo é que a assemblea não vote de chofre contra o projecto, porque é isso um acto de injustiça.

E' lido, apoiado e entra em discussão o seguinte requerimento:

«Requero que o projecto vá á commissão de petições.—(S. R.)—J. Ribeiro.»

O sr. Fabio Leal:—Entendo, sr. presidente, que não devemos mandar o projecto, que concede á professora publica de Guimarães licença com todos os vencimentos, por um anno, á commissão de petições, e sim que devemos votar, desde logo, contra; regeital-o *in limine*: cortando assim o abuso que demonstra esta petição, apenas justificada com duos attestados.

E' costume, senhores, que tem estabelecido a assemblea provincial, facilitar estas licenças...

O sr. padre Carvalho:—Apoiado.

O sr. Fabio Leal:—... por mais de um anno, com todos os vencimentos; e foi isto, talvez, que levou esta professora a não acautelar-se, reforçando a sua petição com outros attestados.

Senhores, Guimarães não é tão longe desta capital, que não podesse esta professora aqui vir impetrar licença do presidente da provincia, em procura de attestados mais valiosos.

E' preciso que tenhamos em attenção que os cofres publicos estão esgotados, e que não fica bem a esta assemblea conceder licenças por lapso de tempo tão extraordinario e alem d'isso com todos os vencimentos. E' preciso cortar por uma vez com todos esses abusos que se tem inveterado nesta ordem de serviço publico; de maneira que, hoje, a classe dos empregados publicos tem credito para si um direito novo, que não existe na lei, nem podemos facultar.

Entendo, portanto, que, não tendo a professora de Guimarães tratado de seus interesses, apresentando attestado medico, não somos nós os competentes para curar dellas...

O sr. José Ribeiro:—Peço a palavra.

O sr. Fabio Leal:—adiando o projecto para que ella tenha tempo de preparar attestados pelos quizes tenhamos de dar nosso voto a favor de sua pretensão.

Assim voto contra o projecto e espero que a casa me acompanhe n'este meu voto, ahim de por este meio evitarmos a falta de consideração que se presta a esta casa, proveniente da maneira unanimemente benevola pela qual se dão aqui sempre licenças.

O Sr. Presidente:—Tem a palavra o sr. José Ribeiro.

O Sr. José Ribeiro:—Sr. presidente, eu acompanharia ao nobre deputado nas considerações que acabou de expender; mas não quero que se tome em regra absoluta, que o principio de economia vá ao ponto de negar um favor a que o bom empregado publico tenha direito.

Como é possível, senhores, que a professora de Guimarães instrua com attestado medico a sua petição, si medico não existe na localidade? Como podia ella vir á capital requerer a licença ao presidente, expor-se a um exame medico, si é pobre e vive dos seus ordenados?

Só a assembléa é competente para conhecer da justiça ou não destas licenças: si na concessão d'ellas tem se dado abusos, que alias reconheço. Só a assembléa é deve ser por elles responsavel.

O Sr. Padre Carvalho:—Apoiado.

O Sr. José Ribeiro:—Entendo pois, sr. presidente, que a assembléa não se deve negar, pelo principio de economia, a fazer justiça. —Si como estou convencido é justiça que se pede.

O Sr. Fabio Leal:—Tambem eu não quero isso.

O Sr. José Ribeiro:—Mas si o nobre deputado não quer negar justiça, com o voto contra?

O Sr. Fabio Leal:—Porque é uma pretensão abandonada.

O Sr. José Ribeiro.—Perdão; não é abandonada.

Nós não sabemos qual a razão porque a assembléa provincial, o anno passado, não attendeu ao pedido desta professora e nós apenas começamos os nossos trabalhos. O que devemos procurar saber é si é de justiça a pretensão da illustre professora, que, pela sua illustração, e serviços tem titulo a toda consideração: si fór, attendamol-a; si não, regeitemol-a.

Ainda mais; sr. presidente: si este projecto for regeitado agora—a professora não pôde vir mais a esta casa pedir a licença de que precisa; e é por isso que eu insisto para que o projecto seja remettido á commissão de petições para que, tendo a professora l'isso conhecimento, possa satisfazer a esta assembléa, apresentando outro documento. Naturalmente a commissão demorará o seu parecer, e a professora poderá de novo requerer e instruir sua petição, dado o caso que ainda precise de licença.

O Sr. F. Leal:—Não sei para que ha de a comissão demorar o seu parecer. . .

O Sr. José Ribeiro:—Nenhum inconveniente vejo n'isso; do contrario parece que queremos—sem a precisa endagação negar um favor de reconhecida justiça e a que a pettionaria tem direito.

O Sr. F. Leal:—Nos podemos qualificar-o de injusto, desde que a professora não exhibo attestado medico.

O Sr. José Ribeiro:—Já disse ao nobre deputado, que a professora si não apresentou esse documento foi por não haver medico na sua localidade, e doente, como estava, não podia ir a uma distancia de 14 leguas para obtello.

O que desejo, senhores, é sómente que esta professora tenha prazo sufficiente para habilitar-se e poder de novo requerer a esta assembléa.—Se, como creio, ainda precisa da licença.

Encerrada a discussão e posto a voto o requerimento é approvedo.

Achando-se na ante-sala o sr. tenente coronel Luiz Pereira do Lago Junior, o sr. presidente, convida os supplementes dos secretarios, Prudencia Botelho e dr. Sardinha a irem recebello.

Introduzido na sala das sessões o mesmo sr. deputado, presta o juramento do estylo e toma assento.

Figura 10: Pedido de Licença/ Afastamento
Fonte: Jornal Publicador Maranhense, fevereiro/1880.

A exm.^a sr.^a d. Maria Firmina dos Reis, professora publica de Guimarães é uma das raras senhoras que entre nós tem tido a inapreciavel coragem de escrever para o publico, acha-se aqui na capital, para o fim de tratar de sua aposentadoria, visto contar mais de 25 annos de effectivo serviço.

A *Pacotilha* apresenta-lhe os seus respeitos.

Figura 11: Pedido de Aposentadoria
Fonte: Jornal da Tarde, abril/1881.

A' D. Maria Firmina dos Reis.
professora publica da villa de Gui-
marães, forão concebidos trinta
dias de licença sem vencimentos,
para tractar de seus interesses.

Figura 12: Licença
Fonte: Jornal da Tarde, Maio/1881.